

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS- CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA EDUARDA ANGEIRAS DE MENEZES



A Ultradireita e a Semiótica do Fim do Mundo: Uma Análise das Narrativas nos Estados Unidos, Brasil e Polônia (2015-2025)

**JOÃO PESSOA
2026**

MARIA EDUARDA ANGEIRAS DE MENEZES

A Ultradireita e a Semiótica do Fim do Mundo: Uma Análise das Narrativas nos Estados Unidos, Brasil e Polônia (2015-2025)

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

JOÃO PESSOA
2026

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M543u Menezes, Maria Eduarda Angeiras de.

Ultradireita e a semiótica do fim do mundo [manuscrito] : uma análise das narrativas nos Estados Unidos, Brasil e Polônia (2015-2025) / Maria Eduarda Angeiras de Menezes. - 2026.

103 f. : il.

Digitado.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2026.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre, Relações Internacionais - CCBSA".

1. Ultradireita. 2. Securitização. 3. Análise do Discurso. I. Título

21. ed. CDD 320.53

MARIA EDUARDA ANGEIRAS DE MENEZES

ULTRADIREITA E A SEMIÓTICA DO FIM DO MUNDO: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS NOS ESTADOS UNIDOS, BRASIL E POLÔNIA (2015-2025)

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais

Aprovada em: 24/04/2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fábio Rodrigo Ferreira Nobre** (***.547.894-**), em **22/05/2026 07:53:07** com chave **6a7c9fb455cc11f1ae0272db930b5811**.
- **André Mendes Pini** (***.169.918-**), em **22/05/2026 11:33:13** com chave **2a3873be55eb11f1a3860699a5c2aabb**.
- **Silvia Garcia Nogueira** (***.253.587-**), em **25/05/2026 12:48:01** com chave **1c54c01458511f1aa9642ccfc3923a2**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 26/05/2026

Código de Autenticação: 57d2e1



Ao meu avô José Menezes (em memória), por todos os chocolates Baton Garoto comprados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha analista Luiza, que no meio de tantas palavras foi a única que escutou as minhas.

Agradeço aos meus pais, Janaina e Orlando, por *tudo*.

E ao meu orientador Fábio Nobre, que acompanhou minha jornada acadêmica desde o início.

RESUMO

Este estudo investiga a hipótese da construção de uma “semiótica do fim do mundo”, entendida como uma gramática discursiva de crise, ameaça e colapso, articulada por lideranças de ultradireita em contextos transnacionais. A investigação baseia-se na análise dos discursos de três líderes ultradireitistas, no período de 2015 a 2025, sendo eles Andrzej Duda, na Polônia, Donald Trump, nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro, no Brasil, selecionados por representarem distintos contextos geopolíticos nos quais discursos ultradireitistas emergiram com forte apelo securitário. A pesquisa se apoia nas contribuições teóricas da Análise do Discurso de Pêcheux, que permite o exame da materialidade ideológica dos enunciados, e da Escola de Copenhague, que oferece as categorias para compreensão de como estes enunciados operam politicamente na construção da ameaça. Mobiliza-se conceitos como formação discursiva, formação ideológica, interdiscurso, securitização e macrossecuritização, articulados à análise das temáticas centrais da chamada “quarta onda” da ultradireita e à construção discursiva que a acompanha. Metodologicamente, emprega-se a Análise do Discurso Materialista, com o objetivo de examinar como as narrativas de crise da Ultradireita nos países selecionados produzem uma “semiótica do fim do mundo”- entendida como um aparato material-discursivo que, através da repetição estratégica de determinadas formações ideológicas, fabrica um imaginário de colapso iminente promotor de um movimento macrossecuritizador da política institucional.

Palavras-Chave: Ultradireita; Securitização; Análise do Discurso.

ABSTRACT

This study investigates the hypothesis of the construction of a “semiotics of the end of the world”, understood as a discursive grammar of crisis, threat, and collapse, articulated by far-right leaders in transnational contexts. The investigation is based on the analysis of the discourses of three far-right leaders from 2015 to 2025: Andrzej Duda in Poland, Donald Trump in the United States and Jair Bolsonaro in Brazil, selected for representing distinct geopolitical contexts in which far-right discourses emerged with strong securitarian appeal. The research draws on the theoretical contributions of Pêcheux's Discourse Analysis, which allows for the examination of the ideological materiality of statements, and the Copenhagen School, which offers categories for understanding how these statements operate politically in the construction of threat. Concepts such as discursive formation, ideological formation, interdiscourse, securitization, and macrossecuritization are mobilized, articulated with the analysis of the central themes of the so-called “fourth wave” of the far right and the discursive construction that accompanies it. Methodologically, it employs Materialist Discourse Analysis, aiming to examine how far-right crisis narratives in the selected countries produce a “semiotics of the end of the world” - understood as a material-discursive apparatus that, through the strategic repetition of certain ideological formations, fabricates an imaginary of imminent collapse that promotes a macrossecuritizing movement of institutional politics.

Keywords: Far-right; Securitization; Discourse Analysis.

LISTA DE SIGLAS

AD- Análise do Discurso

ACD- Análise Crítica do Discurso

ADD - Análise Dialógica do Discurso

CA - Cambridge Analytica

CNP - Conselho de Política Nacional

EC- Escola de Copenhague

EP- Escola de Paris

EUA - Estados Unidos da América

FD- Formação Discursiva

FI- Formação Ideológica

FN - Frente Nacional

FPÖ - Partido da Liberdade da Áustria

KKK - Ku Klux Klan

MAGA - Make America Great Again

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ONR - Acampamento Radical Nacional

ONU - Organização das Nações Unidas

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PDR - Populismo de Direita Radical

PFL - Partido da Frente Liberal

PiS - Partido Lei e Justiça

PL - Partido Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PO - Plataforma Cívica

PGR - Procuradoria Geral da República

PSL - Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

TVP - Televisão Pública Polonesa

UE - União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CRISE DO PROJETO NEOLIBERAL E A RECONFIGURAÇÃO DA ULTRADIREITA CONTEMPORÂNEA	15
2. APRESENTAÇÃO DOS CASOS	27
2.1 O Caso da Polônia.....	27
2.1.1. O Sistema Político Polônes.....	27
2.1.2. Ascensão Contemporânea da Ultradireita da Polônia.....	29
2.1.3. A Retórica Política PiS e Duda.....	30
2.2. O Caso dos EUA.....	35
2.2.1. O Sistema Político Estadunidense.....	35
2.2.2. Ascensão Contemporânea da Ultradireita estadunidense.....	37
2.2.3 O Projeto PDR de Trump.....	38
2.3 O Caso dos Brasil.....	43
2.3.1.O Sistema Político Brasileiro.....	43
2.3.2. Ascensão Contemporânea da Ultradireita brasileira.....	46
2.3.3. O Projeto de Bolsonaro.....	49
3.REFERENCIAL TEÓRICO: ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA E SECURITIZAÇÃO	53
3.1. Análise do Discurso.....	55
3.1.1. Análise Crítica do Discurso.....	56
3.1.2. Análise Dialógica do Discurso.....	58
3.1.3. Análise do Discurso Pecheutiana.....	59
3.2. Teoria da Securitização.....	63
3.2.1. Paris e Gales; Outras perspectivas sobre Segurança.....	66
3.2.2 A Macrossecuritização.....	68
4. A SEMIÓTICA DO FIM DO MUNDO EM ANÁLISE: DISCURSOS DE TRUMP, BOLSONARO E DUDA	69
4.1. Andrzej Duda.....	71
4.2. Donald Trump.....	75
4.3. Jair Bolsonaro.....	79
4.4 Resultados.....	85
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

A recente ascensão de forças políticas de Ultradireita em diferentes contextos mundiais tornou-se uma temática amplamente debatida no campo das ciências políticas e sociais (Mudde, 2019; Jüpskas; Leidig, 2020; Brown, 2019; Fraser, 2020; Pini, 2021). E, embora existam divergências conceituais e terminológicas que permeiam os debates acadêmicos acerca dos rótulos utilizados para designar esses movimentos extremistas (Carter, 2019), é observável que esses grupos e políticos têm ganhado relevância em diversos contextos internacionais. Diante dessas divergências, o esclarecimento da terminologia utilizada na presente pesquisa torna-se fundamental. Sendo assim, esta pesquisa utiliza o termo *far-right*, conceituado pelo cientista político holandês Cas Mudde (2000) como expressão guarda-chuva que distingue os grupos de “extrema direita” (*extreme right*) e “direita radical” (*radical right*). É adotada a tradução do termo para o português 'Ultradireita' conforme empregado por Pini (2021) em estudos anteriores.

Conforme destacam Mudde (2019) e Jüpskas e Leidig (2020), a Ultradireita deve ser compreendida a partir de duas vertentes principais, a direita radical que rejeita aspectos fundamentais da democracia liberal, como o pluralismo e os direitos das minorias, mas que ainda assim atua dentro do sistema eleitoral, e a extrema direita, que rejeita a própria democracia em sua essência e opera completamente fora dos mecanismos da política eleitoral e democráticos.

Cas Mudde (2000) define a Ultradireita como movimentos, violentos ou não, cujas pautas incluem ao menos três dos seguintes elementos: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia ou autoritarismo. Jüpskas e Leidig (2020), além de apontarem essas características autoritárias e nacionalistas, sustentam que essa corrente se fundamenta na crença de que as desigualdades sociais são naturais e de que certos grupos são intrinsecamente superiores a outros.

A ascensão desses grupos e ideais, no entanto, não é um fenômeno novo e sua trajetória pode ser analisada a partir de momentos históricos de rearticulação. Para compreender essa ascensão em perspectiva histórica, é útil retomar a proposta de Klaus von Beyme (1988), que identificou três ondas da Ultradireita que surgiram pós-Segunda Guerra Mundial, a primeira, situada entre 1945 e 1955, contou com os grupos marginalizados, em razão da proximidade temporal com o nazi-fascismo e da forte rejeição social a tais ideais no pós-guerra. A segunda, iniciada a partir de 1955 e estendida até 1980, foi marcada por partidos populistas com ideologias anti-elites. A terceira perdurou de 1980 ao início do novo

século, e foi responsável por reintroduzir a Ultradireita nos parlamentos nacionais, tirando-os da marginalidade através da retórica nativista e anti-imigração.

Mudde (2019) ampliou esse modelo ao identificar uma Quarta Onda em curso a partir dos anos 2000, impulsionada por três crises fundamentais: os atentados de 11 de setembro de 2001, a Grande Recessão nos Estados Unidos em 2008 e a questão dos refugiados na Europa. Embora o autor aponte esses eventos como catalisadores imediatos, eles revelam-se como manifestações agudas de uma crise mais profunda: o colapso do projeto neoliberal, nas dimensões econômica, política e social. É diante desse contexto estrutural que a Ultradireita encontrou condições para transformar o mal-estar difuso das populações diante desse cenário, em projetos políticos hegemônicos. (Mudde, 2019; Brown, 2019; Fraser, 2020).

A Quarta Onda se manifestou inicialmente através da reinserção de partidos de direita radical no *mainstream* político e pelo crescimento de movimentos sociais alinhados a essa corrente durante a primeira década do século XXI.

Já na década seguinte, o fenômeno atingiu nova dimensão com a eleição de líderes ultradireitistas em diferentes democracias mundiais. Figuras como Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil e Andrzej Duda na Polônia ascenderam aos mais altos cargos executivos de seus países, representando distintos contextos geopolíticos nos quais discursos ultradireitistas emergiram com forte apelo securitário.

Diante disso, a seleção dos políticos e países investigados justifica-se pela intenção de apontar o caráter transnacional de determinadas narrativas. A seleção de países de regiões geopolíticas diversas, todos com histórico recente de governos ultradireitistas, permite a observação de como, independentemente das particularidades locais, esses atores constroem discursivamente ameaças coletivas que, apesar das especificidades locais, produzem efeitos convergentes de erosão da política institucional. A decisão por um número amplo de casos foi realizada mediante ponderação entre os riscos de comprometer a profundidade analítica e a pretensão de demonstrar padrões globais da Ultradireita.

Diante da escolha dos países investigados, o recorte temporal (2015-2025) tensiona a abrangência dos mandatos e campanhas dos líderes analisados: Donald Trump (eleito em 2016 e reeleito em 2024), Jair Bolsonaro (eleito em 2018) e Andrzej Duda (eleito em 2015 e reeleito em 2020). Essa janela temporal permite analisar não apenas a construção discursiva durante as campanhas eleitorais, mas também observar a materialização dessas narrativas securitizantes no exercício do poder institucional.

Um aspecto central dessas estratégias discursivas reside na mobilização de sentimentos de medo, ressentimento e identificação entre seus apoiadores. Tais narrativas são

sustentadas por discursos de ódio alinhados ao nativismo - característica que Mudde (2019) descreve como uma combinação de nacionalismo e xenofobia, que é baseada na concepção de que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo, a nação -, ao populismo, à xenofobia, ao racismo, à homofobia e a outras formas de intolerância, além disso, os grupos ultradireitistas recorrem ainda à disseminação de ideias alarmistas que amplificam desafios contemporâneos, atribuindo-lhes um potencial catastrófico. (Abrahamsen; Williams, 2025)

Essas estratégias revelam como a Ultradireita, ao construir narrativas que exploram emoções, engaja-se na fabricação de ameaças coletivas. Essas ameaças, construídas e instrumentalizadas discursivamente, funcionam como justificativa política para seu projeto de poder, servindo simultaneamente para mobilizar apoio popular e legitimar medidas autoritárias.

Para compreender como esses discursos ganham densidade e legitimidade, recorre-se às noções de formação discursiva e ideológica conforme elaboradas na Análise do discurso pecheutiana, estas formações são entendidas, de acordo com Brandão (2003), como um conjunto de enunciados ou textos marcados por características comuns em relação à linguagem empregada, aos temas discutidos ou às posições ideológicas que veiculam. Essa noção está intrinsecamente ligada a uma determinada formação ideológica, que por sua vez é compreendida como o conjunto de atitudes, representações ou imagens que os falantes constroem sobre si mesmos, sobre seu interlocutor e sobre o assunto em discussão. Essas atitudes, representações e imagens estão diretamente relacionadas à posição social de onde os sujeitos falam ou escrevem, vinculando-se, assim, às relações de poder que se estabelecem entre eles e que se manifestam em suas interações. É nesse sentido que se pode identificar, por exemplo, uma formação ideológica colonialista, capitalista, neoliberal, socialista, religiosa, entre outras (Brandão, 2003). A Ultradireita instrumentaliza essas formações como ferramentas de comunicação com seus apoiadores: ao recorrer a conceitos-chave – como democracia, liberdade ou ameaça –, eles apelam para valores compartilhados e antagonismos preexistentes, convertendo mal-estares difusos e ressentimentos socioeconômicos em narrativas de crise. Essa construção não é neutra, pois, ao articular identidades coletivas em oposição a inimigos internalizados (sejam minorias, elites ou instituições), os grupos ultradireitistas fomentam hostilidade a aparatos da democracia liberal, pavimentando o caminho para medidas autoritárias apresentadas como necessárias. Aqui, a materialidade desses ideais, manifestada em discursos, símbolos ou performances, revela-se crucial, pois é

através de sua repetição e circulação que a ideologia ultradireitista se naturaliza como resposta a um suposto colapso distópico da sociedade.

Essa dinâmica discursiva de mobilização do apoio popular no engajamento da construção de ameaças pode ser analisada à luz da Teoria da Securitização, formulada no campo dos Estudos de Segurança Internacional pela Escola de Copenhague (Buzan et al., 1998).

O conceito de Securitização foi postulado por Ole Waever em 1995, estabelecendo que questões de segurança são construções sociais. Segundo esta perspectiva, derivada do construtivismo, os processos que elevam determinados temas a ameaças de segurança ocorrem predominantemente através de discursos proferidos por atores com interesse em estabelecer agendas de segurança (Tanno, 2003). Como explica Nobre (2014), a teoria da securitização busca elucidar como uma questão passa a integrar agendas de segurança. Buzan, Wæver e De Wilde (1998) complementam que esse fenômeno ocorre quando um grupo apresenta determinado tema como ameaça existencial a um objeto de referência, legitimando assim medidas extraordinárias para combatê-la.

Em 2009, Buzan e Waever ampliaram essa teoria ao desenvolver o conceito de macrossecuritização, nele os autores partem de uma perspectiva sistêmica e reconhecem padrões mais amplos de securitização que vão além do âmbito nacional. Conforme Villa (2014), o processo de macrossecuritização mantém a mesma lógica fundamental de apelo a ameaças existenciais para justificar medidas extraordinárias, porém opera em escala ampliada, modificando o objeto e o alcance da referência securitizada. Ademais, ele é capaz de organizar e hierarquizar securitizações de nível inferior, operando como molduras amplas que coordenam essas securitizações mais localizadas sob um mesmo horizonte de ameaça.

A partir da visão da teoria da macrossecuritização, observa-se que grupos ultradireitistas de diferentes países articulam, através do uso de formações discursivas e ideológicas, narrativas que fabricam ameaças nos âmbitos social, político e econômico. Ao securitizar atores e instituições diversas, desde minorias até instituições democráticas, esses grupos conectam questões fragmentadas em um quadro unificado de crise, colocando, nesse processo, os aparatos democráticos em xeque. Essa articulação aponta para uma gradual consolidação de objetos securitizados que convergem para a construção de uma ameaça sistêmica, sinalizando uma macrossecuritização progressiva dos processos políticos institucionais.

Diante desse contexto, surge a questão norteadora desta investigação: de que forma discursos da Ultradireita nos países estudados convergem para a macrossecuritização da

política institucional? Como hipótese central, postula-se: Discursos da ultradireita, nos casos analisados, constroem uma “semiótica do fim do mundo” através de formações ideológicas que performatizam narrativas de ameaça, gerando um imaginário distópico de colapso que impulsiona a macrossecuritização da política institucional.

Esta proposição é examinada por meio da análise dos casos do Brasil, Estados Unidos e Polônia, abarcando o período de 2015 a 2025, com foco nos mandatos e campanhas eleitorais dos líderes ultradireitistas Andrzej Duda (Polônia), Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (Brasil). O objetivo central desta pesquisa é examinar, por meio da análise do discurso, como as narrativas de crise da Ultradireita nos países estudados constroem uma 'semiótica do fim do mundo'. Essa construção, ao promover representações distópicas sobre o futuro da democracia liberal, mobiliza e justifica processos de securitização da política institucional.

Neste trabalho, a 'semiótica do fim do mundo' é entendida como um aparato material-discursivo que, através da repetição estratégica de determinadas formações ideológicas, produz um imaginário de colapso iminente. Seu poder reside não na precisão descritiva, mas na capacidade de reorganizar percepções e ações coletivas contra instituições democráticas, operando como catalisadora da macrossecuritização dos aparelhos democráticos liberais.

Para tanto, a pesquisa, de caráter interdisciplinar, tem natureza básica, abordagem qualitativa, com o objetivo exploratório de apresentar o tema, esclarecê-lo e testar a hipótese formulada, de acordo com o método hipotético-dedutivo. Ademais, o procedimento bibliográfico é empregado, com os dados analisados sendo coletados por meio de fontes primárias, como discursos oficiais e oficiais, documentos partidários e *posts* em redes sociais dos Presidentes do Brasil, EUA e Polônia, além de fontes secundárias como livros, artigos acadêmicos e análises jornalísticas, que cumpriram a função de auxiliar na contextualização dos discursos coletados. A seleção das fontes se deu por critérios de relevância temática, atualidade e impacto político. Além disso, a pesquisa conta com a Análise do Discurso (AD) para compreensão das narrativas constitutivas dos movimentos securitizadores e macrossecuritizador.

A AD, enquanto método crítico de influência marxista, é aqui adotada por recusar noções idealistas de neutralidade linguística e por tratar os enunciados como práticas ideologicamente situadas. Essa perspectiva permite desnaturalizar as narrativas da Ultradireita, expondo sua função na construção de consensos autoritários e na

macrosecuritização dos aparatos democráticos liberais. Tal método se baseia em conceitos da linguística, psicanálise e teoria marxista e foi formulado pelo filósofo Michel Pêcheux

A escolha pela Análise do Discurso francesa como fundamentação teórica justifica-se pela capacidade dessa abordagem de desvendar os processos de construção e circulação dos discursos da Ultradireita enquanto práticas ideológicas dialogicamente situadas.

Dentre os conceitos operacionais que essa tradição teórica mobiliza para compreender tais processos, destaca-se o de interdiscurso, que permite investigar como os sentidos de um discurso não se originam em si mesmos, mas emergem de uma complexa rede de relações com outros discursos. Esse conceito pode ser compreendido, segundo Brandão (2003), como a relação de diálogo que um discurso estabelece com outros discursos. Nesse sentido, todo discurso emerge de um trabalho sobre discursos preexistentes: ao se expressar, o sujeito cita, discute e polemiza com outros discursos, sejam eles situados no presente ou no passado.

Ainda que pertençam a matrizes teóricas distintas, é possível estabelecer uma aproximação analítica entre o interdiscurso e a noção de dialogismo, desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin (Voloshinov, 1979), para quem todo enunciado responde a enunciados anteriores e antecipa respostas futuras. Diferentes tradições de análise do discurso convergem, portanto, no reconhecimento de que as palavras carregam uma história que transcende o léxico e de que a alteridade é constitutiva da linguagem.

E é essa compreensão da natureza interacional, polifônica e dialógica da linguagem humana que é fundamental para analisar como as narrativas de crise da Ultradireita não apenas refletem, mas ativamente constroem um imaginário de "fim do mundo". Ao invocar ameaças existenciais, esses discursos ultradireitistas dialogam com medos sociais preexistentes, ressignificando-os em um projeto político de ruptura democrática.

Portanto, ao tratar a linguagem como inserida no campo ideológico, a AD permite que a presente pesquisa movimente-se no sentido de desnaturalizar os mecanismos pelos quais a Ultradireita repete e ressignifica signos, exponha o caráter construído e estratégico desses mecanismos e mapeie as redes de significação que conectam atores políticos em diferentes países, evidenciando padrões transnacionais de mobilização antidemocrática. O uso dessa abordagem teórica e metodológica não apenas atende aos objetivos da pesquisa, mas também amplia o potencial crítico da análise, situando o discurso da Ultradireita como um fenômeno inerentemente polifônico, ideológico e dialógico de conflito e disputa por hegemonia.

Adotando os conceitos de interdiscurso, formações ideológicas e outros complementares formulados dentro da análise do discurso pecheutiana, a AD será realizada a

partir de atividades analíticas, sendo desenvolvida através de um processo integrado que articula contextualização, análise e interpretação.

A pesquisa será dividida em quatro seções, com o primeiro capítulo sendo destinado à caracterização da Ultradireita contemporânea, com foco principal em sua expressão no século XXI, e conexões com o histórico recente. A análise se inicia com a identificação dos fenômenos catalisadores da Quarta Onda de ascensão ultradireitista e a apresentação das categorias analíticas dos instrumentos discursivos partilhados por esta corrente em sua configuração atual, estas guiarão, mais tarde, a análise dos discursos e são: (I) uso do populismo como ferramenta para difusão de suas pautas, (II) uso da religião e elementos religiosos em suas campanhas e governos, (III) adoção de uma posição *antiestablishment* e hostil a instituições democráticas, e (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise. No segundo capítulo é realizada a contextualização da atuação dos líderes e movimentos ultradireitistas nos três países investigados, com um panorama das particularidades sociopolíticas de cada um. O terceiro capítulo explora os fundamentos teóricos que estruturam a pesquisa, integrando as contribuições da Análise do Discurso materialista de Pêcheux sobre ideologia, sujeito e linguagem com a Teoria da Securitização, desenvolvida pela Escola de Copenhague, e sua ampliação para a macrossecuritização. O quarto capítulo aplica o método da Análise do Discurso francesa para investigar como os discursos destes líderes da Ultradireita se convertem em uma narrativa sólida de ameaça, materializando o processo de macrossecuritização. Através desse método, os padrões discursivos comuns da Ultradireita nos países estudados são descritos e interpretados, expondo as estratégias de construção das narrativas de crise. A análise se debruça, como exposto anteriormente, sobre as quatro questões comuns identificadas na retórica dos movimentos ultradireitistas, que são neste trabalho utilizadas como categorias de análise. Por fim, são apresentados os resultados que demonstram como ocorre a construção de uma semiótica do fim do mundo. Essa, ao instaurar retoricamente um ambiente de medo em torno de ideias de crise e insegurança, mostrou-se eficaz para engajar determinadas audiências, ainda que à custa de práticas que hostilizam e fragilizam princípios democráticos liberais. Observou-se, ainda, que as quatro categorias de análise identificadas foram instrumentalizadas de forma entrelaçada nos três países, com ênfases distintas conforme o contexto nacional, produzindo narrativas consolidadas que marcam a atual onda ultradireitista. Verificou-se, também, um processo de securitização ampliada de identidades, valores e formas de vida, no qual Duda, Trump e Bolsonaro securitizam um “estilo de vida

ocidental” contra ameaças como o globalismo, as instituições multilaterais, a democracia liberal e as agendas progressistas.

1. CRISE DO PROJETO NEOLIBERAL E A RECONFIGURAÇÃO DA ULTRADIREITA CONTEMPORÂNEA

Nas décadas finais do século XX, surgiu nos debates ocidentais sobre os rumos políticos e econômicos mundiais um discurso que proclamava o suposto “fim da história” (Fukuyama, 1992). Essa tese baseava-se na combinação entre o aparente sucesso das ideias dos *Chicago Boys* e as orientações dos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA e sustentava narrativas que postulavam a democracia liberal e o capitalismo de mercado como a alternativa única para o futuro global. Desde o slogan TINA (“*There Is No Alternative*”) de Thatcher até as medidas adotadas por Reagan e as reformas econômicas implementadas pelos *Chicago Boys* durante a ditadura militar no Chile, após o golpe de 1973, as ideias de livre mercado e mínima intervenção estatal consolidaram-se no cenário político e econômico do Norte global. Essa tendência culminou na adesão geral ao Consenso de Washington, que, em 1989, sacramentou a hegemonia do pensamento econômico de livre mercado em escala mundial.

Ademais, a derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial e a queda do Muro de Berlim, que marcou o colapso da União Soviética, reforçaram essa idealização de que o capitalismo liberal em voga seria a forma definitiva de organização econômica global. Entretanto, pouco tempo depois do lançamento de teses como a de Fukuyama e da consolidação do Consenso de Washington, a transfiguração do liberalismo em neoliberalismo e sua adoção por diversos Estados do globo, reavivaram questões que deixam claro que a história está longe de ter chegado a seu estágio final.

Pelos últimos 40 anos, a hegemonia neoliberal promoveu o dismantelamento sistemático de barreiras à circulação do capital, levando à desindustrialização, desregulamentação financeira, endividamento predatório do Sul global e precarização laboral, além do enfraquecimento estratégico de sindicatos. Paradoxalmente, esse mesmo projeto neoliberal soube incorporar seletivamente bandeiras progressistas, criando o que Nancy Fraser (2020) identifica como uma contraditória fusão entre economicismo radical e políticas identitárias.

Ao se debruçar sobre o contexto estadunidense, Fraser demonstra como, o que ela analisa como “neoliberalismo progressista” emergiu da aliança entre as vertentes liberais dos

novos movimentos sociais e os setores dinâmicos do capitalismo financeirizado, como *Wall Street*, Vale do Silício e *Hollywood*. Trata-se, como analisa a autora, de um projeto que combina “um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática” (Fraser, 2020) articulando exploração econômica com inclusão simbólica seletiva. O resultado disso foi, não a superação das hierarquias sociais, mas uma nova roupagem destas. Enquanto minorias conquistaram suposto reconhecimento simbólico através de políticas antirracistas, LGBT-inclusivas ou feministas, os mecanismos neoliberais intensificaram a transferência de riqueza para as elites financeiras globais e corroíam as condições materiais da classe trabalhadora.

Essa situação fomentou ebulições no cenário sociopolítico mundial, criando um terreno fértil para movimentos reacionários. Não por acaso, a partir da segunda década do século XXI, o Sistema Internacional passou a ser confrontado com um fenômeno que vem abalando a ordem hegemônica global: a ascensão mundial de forças ultradireitistas que, explorando o mal-estar social gerado por décadas de políticas neoliberais, passaram a oferecer uma resposta reacionária, travestida de antissistêmica, que reaproveita a retórica de resistência social ao mesmo tempo em que reforça estruturas autoritárias, nacionalistas e excludentes - muitas vezes assumindo discursos *antiestablishment* que antes pertenciam à esquerda. Portanto, a partir disso, a ascensão de políticos e partidos ultradireitistas em diversas localidades tornou-se um fenômeno que não pode ser ignorado.

Diante desse cenário, inúmeros estudiosos dedicaram-se a analisar as raízes da ascensão ultradireitista, convergindo em apontar o papel do bloco neoliberal-progressista no fortalecimento desse extremismo de direita. O que Cas Mudde (2019) conceitua como “ansiedade econômica” e “reação cultural” encontra eco nas análises de Wendy Brown (2019) e Nancy Fraser (2020), que também investigam como o neoliberalismo progressista, ao unir capitalismo financeiro e políticas identitárias, preparou o terreno para o avanço da Ultradireita como se vê hoje.

Centrado no contexto europeu, Mudde caracteriza os eleitores da Ultradireita como “perdedores da globalização”. Ao vincular a globalização às políticas neoliberais, o autor demonstra como as classes trabalhadoras do Norte global, outrora vinculadas ao setor fabril, desenvolveram uma profunda ansiedade econômica diante da desindustrialização causada pelo deslocamento produtivo para o Sul global. Mudde (2019) ainda alega que essa ansiedade pode se manifestar tanto na realidade objetiva da pobreza crescente quanto na percepção subjetiva de declínio social.

A análise de Mudde avança ainda nessa argumentação, com a tese da “reação cultural”, que identifica nos fluxos migratórios facilitados e intensificados pela globalização neoliberal, a causa catalisadora para movimentos de insatisfação contra a sociedade multicultural. O autor enfatiza que esses dois eixos, o estresse econômico e a reação cultural, operam de forma complementar, e afirma que é a tradução sociocultural das preocupações socioeconômicas que explica a maior parte do apoio às políticas de Ultradireita.

Fraser (2020), abordando a situação estadunidense, expõe argumentos semelhantes aos de Mudde e apresenta exemplos concretos do caso norte americano. Em *The old is dying and the new cannot be born* (2019) a autora discorre sobre a região do Cinturão da Ferrugem¹. Essa é uma área de centros industriais dos EUA que foram sacrificados, em conjunto e outros centros no sul do país, devido a políticas neoliberais adotadas por Bill Clinton durante seus mandatos entre 1993 a 2001, como o afrouxamento de regulamentações sobre o setor bancário, acordos de livre comércio e adesão a instituições multilaterais.

Fraser afirma que essas políticas e suas sucessoras devastaram as comunidades que dependiam da manufatura, o que gerou sentimentos de insatisfação e desamparo por parte das populações locais. Para a autora, essas populações enxergaram que, para a visão neoliberal, suas economias não eram competitivas e deveriam estar sujeitas à “correção do mercado”, e que, de acordo com os recortes dos ideais progressistas em voga, suas culturas estavam presas ao passado, atadas a valores obsoletos que logo desapareceriam em meio ao cosmopolitismo.

Por isso, Fraser (2020), aponta essa região como exemplo dos impactos sociais e econômicos causados pela realocação industrial, impulsionada por políticas neoliberais. As fábricas, que desde a Revolução Industrial definiram a identidade da área, foram transferidas para países com custos operacionais menores. Em decorrência disso, a região enfrentou questões como desemprego em massa, êxodo populacional, infraestrutura abandonada e queda na qualidade de vida (Gala, 2024).

As reconfigurações econômicas descritas por Mudde, na Europa, e Fraser, nos EUA, não constituem fenômenos isolados. Integram, na verdade, um processo estrutural mais amplo de transformação produtiva que estabeleceu uma Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) em escala global. Essa reconfiguração, impulsionada pelas reformas neoliberais, caracteriza-se pelo que Fröbel, Heinrichs e Kreye (1978) identificaram como a descentralização radical da produção. Nesse novo modelo, as corporações transnacionais

¹ O “Cinturão da Ferrugem” (*Rust Belt*) é uma região dos EUA que historicamente foi o centro da indústria manufatureira no país. A área abrange partes do Meio-Oeste e Nordeste, incluindo estados como Ohio, Michigan, Indiana, Illinois, Wisconsin, Pensilvânia e Nova York. Sua história é marcada por um forte crescimento nos séculos XIX e XX, seguido por um declínio industrial nas últimas décadas. (Gala, 2024)

fragmentam suas cadeias produtivas, transferindo operações industriais para países periféricos de mão de obra barata e legislações ambientais frágeis.

Contudo, os impactos negativos do neoliberalismo e da NDIT não se restringem aos países do Norte Global. Nas economias do Sul, as políticas neoliberais, que foram implementadas sob coerção de organismos multilaterais e acordos internacionais, geraram consequências ainda mais devastadoras como desemprego estrutural, precarização do trabalho e aprofundamento das desigualdades sociais.

Dessa forma, uma dinâmica de dupla face foi criada, visto que, enquanto o Norte Global testemunha o declínio de suas regiões industriais tradicionais, o Sul Global recebe investimentos produtivos que, porém, longe de representar desenvolvimento, reforçam antigas assimetrias estruturais. Embora as fábricas e postos de trabalho tenham migrado para esses países, os centros decisórios e os lucros permanecem ancorados nas economias centrais.

Streeck (2016) analisa que essa contradição revela uma crise estrutural do capitalismo neoliberal contemporâneo, pois embora tenha globalizado a produção, o sistema aprofundou as desigualdades entre nações e também dentro delas. Esse processo, ao transferir custos sociais para trabalhadores em ambos os polos da economia global, tem minado as bases de sustentação política da democracia liberal, criando condições para o fortalecimento dos ideais autoritários que tem se fortalecido tanto no Norte quanto no Sul.

Nesse cenário de colapso do modelo neoliberal, as democracias liberais têm sido tensionadas pelo que Cas Mudde (2019) identifica como a Quarta Onda de ascensão da Ultradireita. Para caracterizar esse fenômeno, Mudde retoma a analogia de ondas desenvolvida por Klaus von Beyme (1988), que traçou um histórico do avanço da Ultradireita no pós-guerra. Segundo von Beyme, após o colapso do nazifascismo em 1945, a Europa teria experimentado ainda três ondas da Ultradireita: a primeira entre 1945-1955, a segunda de 1955-1980, e a terceira no período 1980-2000. A atual Quarta Onda, iniciada nos anos 2000, representa justamente a fase contemporânea desse processo histórico, que está ainda em desenvolvimento.

A primeira onda (1945–1955) emergiu no imediato pós-guerra, composta por grupos ideologicamente ligados ao legado nazifascista. No entanto, o repúdio generalizado a essas ideologias, tanto na Europa quanto em escala global, manteve tais movimentos à margem do sistema político. Por esse motivo, os partidários de Ultradireita que se reagruparam no continente europeu neste período não alcançaram considerável relevância. (Mudde, 2019)

A segunda onda (1955-1980), conhecida como “onda do populismo de direita”, surgiu como reação às alterações sociais na Europa e EUA nas primeiras décadas do pós guerra. A

revolta com a intensificação do movimento de urbanização, a marginalização das periferias rurais e o desenvolvimento do Estado de bem-estar, deu origem a partidos e políticos populistas de Ultradireita. Com essa nova roupagem, a oposição às elites no poder tomou o espaço da fidelidade aos regimes e partidos nazifascistas. Nesse contexto surgiram, na Europa partidos como o *Front National*² (FN) da França e o *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ) da Áustria.

Entretanto, Mudde (2019) afirma que a primeira onda significativa da Ultradireita no pós-guerra foi a que ocorreu de 1980 a 2000, denominada de “onda da direita radical”. Neste período, os partidos de direita radical europeus começaram a conquistar cadeiras nos parlamentos nacionais, marcando a institucionalização dessa corrente. Mudde atribui o aumento do desemprego e a imigração em massa como causas possíveis para esse fortalecimento, e afirma também que nesse momento quase todos os partidos de Ultradireita relevantes na Europa combinavam ideais de nativismo, populismo e autoritarismo.

Durante a terceira onda, os partidos tradicionais de direita remanescentes passaram por mudanças de líderes partidários, e se transfiguraram para partidos populistas de direita radical. Esta, portanto, se tornou a ideologia dominante dentre os movimentos ultradireitistas europeus na época. Neste período, partidos com ideias semelhantes ainda surgiram em outras partes do Globo, como o *One Nation Party* (ONP) na Austrália e o *Bharatiya Janata Party* (BJP) na Índia.

A partir do início do novo século, entretanto, novos desdobramentos do neoliberalismo progressista, já semeado pelo globo, alçaram esses grupos à Quarta Onda a partir de 2001. Nesse sentido, Mudde (2019) identifica três “crises”, ocorridas no começo do século XXI, que funcionaram como catalisadoras para o fortalecimento desses movimentos. A saber: os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos da América, a Grande Recessão de 2008 e a questão migratória que explodiu na Europa a partir de 2015.

Essas rupturas, ao exporem fragilidades econômicas, identitárias e nas instituições, alimentaram o discurso ultradireitista e ampliaram sua base de apoio. Como resultado, a primeira década do século XXI foi marcada pelo retorno de partidos de direita radical ao *mainstream* político em diversas regiões, juntamente com a crescente de movimentos sociais ligados a essa corrente. Já de 2010 a 2020, esses movimentos se fortaleceram e o cenário político mundial foi dominado por diversos líderes ultradireitistas eleitos. Donald Trump nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil, Andrzej Duda na Polônia respectivamente, são

² Desde 2018 o partido passou a se chamar *Rassemblement National*.

alguns dos nomes que alcançaram os principais cargos políticos de seus países e que passaram a representar a Quarta Onda de ascensão da Ultradireita (Mudde, 2019).

Com base nas tipologias que diferenciam a vertente da direita radical e extrema direita, e em sua evolução histórica, é possível observar que a Ultradireita contemporânea apresenta múltiplas formas de organização, que extrapolam os partidos políticos convencionais. A partir dessa divisão conceitual, esses grupos se organizam em quatro formatos distintos de atuação, que transitam entre as direitas radical e extremista. Além dos tradicionais (I) partidos políticos, existem também os (II) movimentos sociais de Ultradireita, que concentram suas ações principalmente em protestos de rua e na divulgação de campanhas temáticas alinhadas aos valores da corrente. Outra dessas formas de organização são as (III) redes intelectuais e midiáticas, que buscam influenciar o debate público através da disseminação de conteúdo ideológico, especialmente no ambiente online. Por fim, as (IV) subculturas, que se baseiam mais em identidades e valores compartilhados do que em um engajamento político formal, também se configuram como formas organizacionais da direita (Jüpskas; Leidig, 2020). Apesar das diferentes formas organizacionais, contextos locais e regionais e os distintos objetivos políticos, que tornam a Ultradireita Global um fenômeno heterogêneo, características comuns aos diversos grupos são existentes e destacam-se (Jüpskas; Leidig, 2020).

A partir disso, focando especialmente nos partidos e líderes políticos de direita radical que ascenderam a grandes cargos globalmente com a Quarta Onda, é possível identificar padrões de discurso comuns, que seguem a mesma estrutura e apelam a elementos semelhantes apesar das diferenças contextuais que rodeiam cada grupo.

O presente trabalho identifica algumas delas através da análise dos casos de Donald Trump, Jair Bolsonaro, Andrzej Duda e seus respectivos partidos políticos - que na maioria destes quadros forneceu e fortaleceu a conjuntura que alavancou essas figuras nas cenas políticas de seus países - A saber, os discursos desses líderes convergem no uso do populismo, nativismo e da religião e elementos religiosos como ferramenta para difusão de suas pautas, também na adoção de uma posição *antiestablishment* e hostil a instituições democráticas, e ainda na exploração estratégica de sentimentos de medo através de uma retórica de crise.

É por meio dessas estratégias que os líderes da direita radical contemporânea constroem uma retórica de “nós versus eles”, alicerçada na exploração de divisões sociais e no apelo a sentimentos alarmistas. Esse arcabouço discursivo consolida sua base de apoio e instrumentaliza o medo e a polarização como combustível político. A seguir, cada eixo previamente mencionado será detalhado.

A retórica populista desses grupos se sustenta em ideologias nativistas e autoritárias, que naturalizam as desigualdades sociais e difundem a noção de superioridade de determinados grupos identitários. O populismo segundo Mudde (2004) é marcado pela divisão maniqueísta entre um “povo puro” e uma “elite corrupta”, entretanto, para além dessa definição proposta por Mudde, Zúquete (2022) afirma que o populismo é uma gradação frente a uma série de outros fenômenos de igual ou maior importância. Portanto, entende-se que o populismo ultradireitista combina-se estrategicamente com outras ideologias que reforçam essa retórica de oposição entre “nós” e “eles”, como o nativismo e o nacionalismo religioso, por exemplo. Essa construção discursiva facilita a identificação de “inimigos internos”, retratados como ameaças existenciais à sobrevivência da nação ou à sua integridade cultural, o que abre margem para manifestações de ódio como antissemitismo, racismo e xenofobia em diferentes intensidades. (Mudde, 2019; Jüpskas; Leidig, 2020).

A natureza flexível e aglutinadora do populismo permite a incorporação de ideologias religiosas, o que pode explicar a crescente instrumentalização de elementos religiosos nesta Quarta Onda. Como observa Mudde (2019), a extrema-direita demonstra capacidade de adaptação tanto a discursos religiosos quanto anti-religiosos, conforme sua conveniência política. O autor destaca que em determinadas situações, quando apropriada por esses grupos, uma determinada religião pode elevar-se à condição de elemento chave da identidade nacional, o que pode gerar um nacionalismo religioso excludente. Nessa lógica, apenas os adeptos da fé selecionada são considerados o “povo verdadeiro” - o “nós” da equação populista -, enquanto praticantes de outras religiões ou não-religiosos são construídos discursivamente como o “outro” ameaçador, a ser marginalizado ou combatido.

Nos três casos analisados nesta pesquisa, observa-se um padrão comum: a religião foi instrumentalizada como elemento central tanto para mobilização política quanto para definição de agendas governamentais. Embora as tradições religiosas mobilizadas variem conforme o contexto nacional - com o catolicismo na Polônia e uma junção do protestantismo e catolicismo sob a rubrica do “cristianismo” no Brasil e nos EUA -, a estrutura retórica permanece essencialmente a mesma. Em todos os casos, o nacionalismo religioso atua através do movimento de afirmação de que apenas certos valores religiosos devem orientar as políticas públicas e o ordenamento jurídico, o que conseqüentemente gera fragmentação social entre aqueles que supostamente representam os “verdadeiros valores nacionais” e os demais grupos sociais.

Os casos estudados indicam padrões semelhantes na instrumentalização política da religião, embora com particularidades em cada contexto nacional. Na Polônia, o partido Lei e

Justiça (PiS) e o presidente Duda transformaram o retorno a uma tradição rural cristã na sua principal plataforma política (Stanley, 2018), e colocaram os valores católicos como fundamento ideológico do Estado. Já no Brasil, Bolsonaro construiu um discurso baseado no cristianismo, combinando elementos católicos mas principalmente evangélicos como pauta central em sua vida política, angariando forte apoio entre a população protestante do país (Menezes, 2022). Nos EUA, Trump adotou estratégia semelhante, instrumentalizando um discurso cristão conservador durante sua campanha e mandato presidencial. Desde sua campanha e governo em 2016 promoveu alianças com lideranças evangélicas (Pini, 2023), criou a White House Faith Office em 2025 - com a missão declarada de 'fortalecer as famílias americanas' - e indicou juízes antiaborto para a Suprema Corte, consolidando a religião cristã como elemento central de sua plataforma política (Marty, 2025).

Embora as tradições religiosas mobilizadas sejam distintas, observa-se uma estrutura retórica comum: a religião é apresentada como núcleo essencial da identidade nacional, enquanto também é sistematicamente retratada como ameaçada por valores globalistas e multiculturais. A partir disso, os líderes ultradireitistas se posicionam como defensores dessa herança religiosa ameaçada.

Esse padrão discursivo cumpre funções políticas, pois estabelece critérios de pertencimento à comunidade nacional, cria um inimigo comum e, a partir disso, justifica medidas políticas excludentes em nome da proteção da identidade nacional-religiosa. O resultado é uma reconfiguração do espaço político em termos maniqueístas, em que questões complexas são reduzidas a uma suposta luta entre tradição e modernidade.

Ademais, a construção da retórica *antiestablishment* é também recorrentemente instrumentalizada pelos grupos de direita radical. Essa estratégia assenta-se em três elementos essenciais: a classe política tradicional, o povo e os atores contra o poder estabelecido (Laclau, 2005). Nessa tríade discursiva, os primeiros são apresentados como “algozes do povo”, o segundo como “vítimas” e os terceiros como “salvadores”.

Nesse sentido, a adoção de discursos *antiestablishment* ou anti-sistema, é uma estratégia característica dos líderes da direita radical. Embora esses grupos estejam inseridos no jogo político partidário e sejam eleitos através dele (Mudde, 2019), eles obtêm vantagens eleitorais ao se posicionarem retoricamente contra as instituições e estruturas de poder estabelecidas, sejam políticas, econômicas ou sociais, mesmo quando integram essas mesmas estruturas. Portanto, esses grupos instrumentalizam estrategicamente essa estrutura retórica ao adotar o papel dos “heróis salvadores”.

Como destaca Mudde (2019), esse fenômeno se explica em parte pela insatisfação recorrente entre eleitores da Ultradireita e abstencionistas com os partidos do convencionais, ou *establishment*. Para esses eleitores, o voto na direita radical funciona mais como protesto contra o sistema do que como apoio a políticas ultradireitistas. Aproveitando-se desse cenário, os grupos radicais cooptam essa massa descontente mobilizando seus ressentimentos econômicos e culturais. A estratégia dessa retórica *antiestablishment* consiste em atribuir a persistência de problemas sociais à ineficiência dos partidos e políticos convencionais, à conivência da mídia tradicional e a supostas elites no poder. Como abordado anteriormente, os “espantalhos” selecionados para representar o “outro” nessa equação populista variam conforme o contexto, sendo o *establishment* aqui retratado como cúmplice na perpetuação das condições socioeconômicas que geram insatisfação.

Nesse cenário, os políticos ultradireitistas se apresentam como *outsiders*, ou heróis salvadores, posicionando-se como figuras à margem da política tradicional e únicas capazes de confrontar o sistema. Essa retórica anti-sistema conta ainda com o fomento sistemático de descrédito e desconfiança nas instituições democráticas. Ao erosionar a legitimidade dessas instituições, criam simultaneamente a percepção de necessidade de “corrigi-las” - posicionando-se, assim, como os únicos agentes aptos a essa suposta reforma.

Cada contexto nacional apresenta particularidades na forma como a retórica anti-sistema é instrumentalizada. Na Europa, um discurso comum à maioria dos partidos ultradireitistas do Parlamento Europeu é o euroceticismo, marcado por desconfiança e hostilidade em relação à União Europeia (UE). Nesse caso, a UE é retratada como uma instituição excessivamente burocrática, autoritária em suas interferências na soberania nacional e impositiva ao estabelecer obrigações aos países-membros, como no caso das políticas migratórias. A partir dessa visão, partido polonês Lei e Justiça (PiS) utiliza do discurso anti-sistema contra a instituição europeia, em nome de uma defesa intransigente da soberania nacional dos países membros contra as instituições supranacionais da UE

Nos Estados Unidos, Donald Trump, apesar de ter sua candidatura atrelada a um dos principais partidos do *establishment*, o Partido Republicano, construiu também a imagem de *outsider* político, apresentando-se como homem de negócios disposto a “*drain the swamp*”, na tradução para português: “drenar o pântano” de Washington. E mesmo após eleito, manteve discursos que hostilizavam as instituições democráticas estadunidenses, semeando dúvidas sobre sua legitimidade.

O caso brasileiro revela mais nuances dessa mesma prática: Jair Bolsonaro, embora tenha sido eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro consecutivamente entre 1991 e 2018, e

tendo migrado por diversos partidos, conseguiu se posicionar como candidato *outsider* em sua primeira campanha presidencial. Estratégia que foi viabilizada pelo contexto de desconfiança da classe política que se consolidou no Brasil após as Jornadas de Junho de 2013 e foi amplificado pela operação anticorrupção Lava Jato.

Outro elemento estrategicamente explorado pela Ultradireita é o apelo a emoções como: medo, ódio, ressentimento e nostalgia da população. Lage e Saraiva (2021) postulam que as áreas das ciências sociais e políticas tem olvidado o protagonismo político dos afetos nas leituras das organização do poder e destacam a importância desses componentes para a compreensão da experiência histórica, e afirmam ainda que, mais importante que esse reconhecimento é a interpretação dessas manifestações não como sintoma de fraqueza ou falta de racionalidade, mas como práticas culturais e sociais subjacentes aos processos políticos. No mesmo sentido, Abrahamsen e Willians (2025), apontam que as práticas narrativas da Ultradireita contemporânea, que eles caracterizam como distópicas, servem como um lembrete da importância que as emoções e o afeto tem sobre a política internacional. Como abordado anteriormente nesta pesquisa, o sentimento de ressentimento de populações em relação às mudanças sociais, econômicas e políticas advindas da globalização neoliberal, funcionou como importante catalisador para o apoio a grupos e políticos ultradireitistas ao redor do Globo (Fraser, 2020; Brown, 2019; Mudde, 2019).

Atentos à importância e ao protagonismo das emoções dos eleitores, grupos e partidos da Ultradireita em diferentes partes do mundo têm instrumentalizado esses afetos visando ganhos políticos. Nesse cenário, ancorados na construção de narrativas distópicas, eles introduzem no debate público uma gramática específica de crise. Como observam Abrahamsen e Willians (2025, p 2), “enquanto a relação flexível da direita radical com a verdade é incontestável, há muito a ganhar ao levar a sério seu uso político da distopia”. Os autores afirmam que essas narrativas constituem mais do que simples alarmismo, mas “distopias críticas” que seguem uma lógica articulada, fundamentada na crítica ideológica ao liberalismo global, ou globalização neoliberal como tratada por Mudde (2019), e ao gerencialismo tecnocrático.

Essas distopias da direita radical expressam, sobretudo, um medo do futuro sob os ideais neoliberais globalizados, explorando as possibilidades latentes de colapso inerentes ao presente liberal. Elas refletem ansiedades e medos sociais e as transformam em ferramentas de mobilização política. Nesse processo, tornam-se componentes cruciais das “guerras culturais globais” (Abrahamsen; Willians, 2025). O conceito de “guerra cultural” foi cunhado por Hunter (2006) para compreender o contexto político cultural dos EUA na década de 1980

e, para Lage e Saraiva (2021, p.127), ele “ajuda a situar os conflitos e antagonismos políticos no terreno das disputas públicas em torno de sentidos, discursos, crenças, ideologias, mitos e sistemas de valores que estruturam a vida social”. Verlaine (2025) afirma que extremistas de direita, em escala global, têm se valido da “guerra cultural” e das “guerras de narrativa” - estas entendidas como conflitos entre versões ou visões distintas de um mesmo fato, em que grupos buscam influenciar a percepção pública sobre questões específicas- com o objetivo de dominar o debate público e, assim, conquistar poder político para impor sua visão de mundo. Uma característica marcante dessas “guerras” inseridas no contexto da Quarta Onda de ascensão da Ultradireita, é que elas estão sendo travadas predominantemente em espaços digitais (Verlaine, 2025; Abrahamsen e Willians, 2025), por ativistas transnacionais e empreendedores políticos que operam numa esfera midiática global onde fronteiras entre informação e entretenimento se dissolvem estrategicamente.

Nesse contexto, a estrutura ideológica populista centrada na dicotomia entre “nós” e “eles”, não se limita ao plano retórico, ela serve de base para o desenvolvimento de estratégias comunicacionais e políticas amplamente disseminadas por esses grupos. A fim de consolidar sua narrativa e expandir sua influência, a Ultradireita contemporânea mobiliza um conjunto de táticas que operam tanto na esfera institucional quanto nos meios digitais. Entre essas estratégias, destacam-se:

A criação de seus próprios espaços de informação e comunicação, a exemplo dos sites *Breitbart news* (EUA) e o *Fria Tider* (Suécia). Isso se deve à desconfiança e rejeição desses grupos às mídias tradicionais, ou *mainstream*, que são constantemente desacreditadas e atacadas, sendo ainda comumente acusadas de trabalhar a serviço do que é chamado de elites do globalismo³. Entretanto, essa relação complexa com a mídia vai além da crítica aos veículos tradicionais. Pini (2021) citando Davey e Ebner (2017), expõe como esses grupos usam diferentes plataformas digitais, desde fóruns como *4Chan* e *8Chan* até aplicativos como *Telegram*, para disseminar suas ideias e coordenar ações.

Da Empoli (2019) destaca a rápida adaptação desses grupos às ferramentas digitais como aspecto fundamental do fortalecimento da Ultradireita contemporânea, que a partir disso utilizaram-nas amplamente na influência de resultados eleitorais. Os casos mais emblemáticos desse uso são as campanhas coordenadas pela empresa inglesa de consultoria política, *Cambridge Analytica* (CA), responsável pela campanha bem-sucedida do *Brexit* e da

³ O termo tem sido amplamente utilizado pela Ultradireita no debate político contemporâneo por sua capacidade de síntese e apelo explicativo abrangente. Conforme Heidrich, (2022), esse conceito se baseia na ideia de uma suposta articulação entre grandes corporações multinacionais e governos nacionais com o objetivo declarado de “destruir a Civilização Ocidental”.

eleição de Donald Trump em 2016. A CA formulou uma estratégia, que se mostrou extremamente eficiente, dividida em três etapas: coleta de dados, análise dos dados (*psychometrics profiling*) e disparo de mensagens personalizadas (*microtargeting*). (Concórdia, 2016 apud Ayres Pinto; Moraes, 2020). Dessa forma, os dados de milhões de pessoas foram coletados e utilizados sem permissão para criar mensagens personalizadas, disseminadas em formatos diversos como posts, comentários, memes e áudios. Essas mensagens reforçavam pautas ultradireitistas, angariando ganhos políticos para os partidos de direita radical. (Ayres Pinto; Moraes, 2020).

No caso brasileiro, como comprova Mello (2022), Jair Bolsonaro se beneficiou, durante a campanha presidencial de 2018, de estratégias semelhantes, envolvendo o uso indevido de bancos de dados com informações pessoais - como nomes, CPFs, localização geográfica e renda - para segmentar e direcionar conteúdos específicos a públicos selecionados.

Essa criação de ecossistemas informacionais paralelos constitui parte central do projeto político da Ultradireita contemporânea. Ao controlar canais próprios de comunicação, esses grupos conseguem construir e amplificar versões alternativas da realidade, atacar adversários, mobilizar apoiadores e deslegitimar narrativas concorrentes. Esse sistema alternativo se articula por meio da difusão de desinformação e da segmentação algorítmica de conteúdos, permitindo a personalização de mensagens com base em dados comportamentais dos usuários. Assim, os grupos ultradireitistas utilizam as redes sociais e seus mecanismos internos para mobilizar afetos negativos, reforçar preconceitos e expandir sua base de influência entre públicos vulneráveis à sua retórica (Da Empoli 2019).

A análise dessas quatro estratégias discursivas convergentes - (I) instrumentalização do populismo, (II) uso político da religião, (III) retórica *antiestablishment* e (IV) exploração de medos sociais através de uma retórica de crise - revela como a Ultradireita contemporânea opera transnacionalmente através de tópicos discursivos que convergem. Líderes como Trump, Bolsonaro e Duda, embora inseridos em contextos nacionais distintos, mobilizam formações discursivas e ideológicas análogas para construir uma semiótica do fim do mundo, na qual a polarização do “nós vs. eles” se alimenta da catastrofização do futuro e da erosão das instituições que representam a democracia liberal. A difusão dessa narrativa é ainda viabilizada pela infraestrutura digital global com o uso de plataformas online, algoritmos e *microtargeting* e também por ecossistemas midiáticos paralelos que dissolvem fronteiras entre informação e militância política ultradireitista. A descrição dos casos específicos da Polônia, EUA e Brasil a seguir, tornará possível observar como essa “semiótica do fim do mundo” dos

grupos de direita encontrou terreno fértil em diferentes cenários políticos, mantendo seu núcleo antidemocrático: a conversão de mal-estares reais em projetos autoritários de poder.

2. APRESENTAÇÃO DOS CASOS

Neste capítulo são contextualizadas as atuações dos líderes e movimentos ultradireitistas nos três países investigados, objetivando-se oferecer um panorama das particularidades sociopolíticas de cada um. Primeiramente é apresentado o caso da Polônia, com uma breve explicação do funcionamento de seu sistema político, uma elucidação da ascensão da quarta onda e de seu desenvolvimento nacional, seguida da exposição das principais pautas e da agenda política de Duda e seu partido. O mesmo modelo de organização é adotado nos subtópicos seguintes, dos casos dos Estados Unidos, com Trump, e do Brasil, com Bolsonaro. Espera-se, com isso, oferecer um panorama suficientemente elucidativo acerca dos cenários domésticos desses países, de modo que, nos capítulos seguintes, esta contextualização baseie ampare a análise.

2.1 O CASO DA POLÔNIA

2.1.1 O Sistema Político Polonês

A Constituição de 1997 postula, na República da Polônia, o princípio da separação dos poderes entre os ramos Legislativo, Executivo e Judiciário. A estrutura legislativa está sob responsabilidade das câmaras alta e baixa do Parlamento. O Executivo encontra-se sob o poder conjunto do Presidente da República e do Conselho de Ministros, enquanto o Poder Judiciário é exercido pelas cortes e tribunais. De acordo com o artigo 127 da Constituição, o presidente é eleito de forma direta, em eleições universais, para mandatos de cinco anos. Ele é o representante supremo da República da Polônia e guardião da continuidade da autoridade do Estado.

Entretanto, apesar de possuir atribuições como apresentar projetos de lei ao parlamento, exercer o veto presidencial, que pode ser anulável por três quintos da câmara baixa, convocar referendos com aprovação do Senado e dissolver o Parlamento em situações excepcionais, é o Primeiro Ministro quem detém os mais robustos poderes executivos (Wyrzykowski; Ciele, 2006). Por sua vez, o Primeiro Ministro é eleito pelo parlamento e responsável por definir os ministros, ele é eleito para mandatos de 4 anos.

A organização do sistema legislativo se dá através do parlamento, que tem estrutura bicameral. Ruiz Rodríguez e Otero Felipe (2020) explicam a estrutura legislativa da Polônia como bicameral assimétrica, sendo o *Sejm*, a câmara baixa, o núcleo decisório, enquanto o Senado, ou *Senat*, que é composto por 100 membros eleitos também por quatro anos, possui um papel secundário. Composto por 460 deputados eleitos para mandatos de quatro anos, o *Sejm* detém primazia no processo legislativo, pois embora as leis aprovadas devam ser enviadas ao Senado, qualquer rejeição ou emenda por parte do Senado pode ser anulada por maioria simples no *Sejm*.

Além disso, a câmara baixa tem competências exclusivas, como superar vetos presidenciais, se formar maioria de três quintos, convocar referendos e confirmar nomeações de altos cargos. Os deputados ainda mantêm vínculos com seus distritos eleitorais, contando com escritórios locais e recursos específicos para atendimento (Sánchez Medero, 2014 apud Ruiz Rodríguez e Otero Felipe, 2020). O controle do parlamento sobre o Executivo é exercido por meio de moções de censura construtivas, seguindo os moldes alemães, que exigem a indicação de um novo primeiro-ministro para derrubar o governo em exercício.

As eleições para o *Sejm* e o Senado são simultâneas, e a dissolução do *Sejm* implica automaticamente a do Senado. Este fato pode ocorrer antecipadamente se o Presidente dissolver a Câmara ou se dois terços dela votarem pela sua dissolução. (Governo da Polônia, 2025)

O sistema de eleição para o *Sejm*, se baseia na divisão do país em 41 circunscrições eleitorais, cada uma elegendo entre 7 e 19 representantes, conforme seu tamanho. Os partidos e coalizões apresentam listas de candidatos, e os eleitores indicam sua preferência por um nome dentro da lista escolhida. A distribuição das cadeiras em cada circunscrição é feita por meio do método proporcional de *D'Hondt*. Segundo esse método, para ter acesso às cadeiras, os partidos precisam superar uma cláusula de barreira nacional de 5% dos votos válidos, caso concorram sozinhos, ou de 8% no caso de coalizões, sendo que as listas representativas de minorias estão isentas deste requisito. No Senado, por sua vez, os 100 senadores são eleitos por sistema majoritário em circunscrições uninominais e sem segundo turno. Apenas as duas províncias mais populosas do país possuem três circunscrições, enquanto as demais elegem dois senadores, cada um por sua respectiva circunscrição. (Ruiz Rodríguez e Otero Felipe, 2020)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota da Alemanha nazista, a Polônia passou a integrar a esfera de influência soviética, tornando-se a República Popular da Polónia sob a tutela da URSS, condição que perdurou até a década de 1980. Durante esse período, a

Polônia foi governada por um regime de partido único, sob o comando do Partido Operário Unificado da Polônia (PZPR). O aumento abrupto dos preços dos alimentos em 1980 deflagrou uma onda de greves operárias, marcando o início de um profundo processo de transformação política.

Nesse contexto emergiu o *Solidarność* (Solidariedade), sindicato fundado no mesmo ano, e que rapidamente alcançou mais de 10 milhões de membros. Liderado por Lech Wałęsa, o movimento articulava elementos do catolicismo, do nacionalismo polonês e do liberalismo ocidental, configurando uma força de oposição que desafiava diretamente a hegemonia do regime vigente. Entre 1980 e 1981, consolidou-se, com o ganho de força do movimento, uma dualidade de poder entre o Estado e o Solidariedade, que, apesar de formalmente decretado como ilegal em 1982, permaneceu como referência central de resistência. (Núñez, 2023)

Na segunda metade da década de 1980, com o enfraquecimento do bloco soviético diante das pressões do imperialismo ocidental, iniciaram-se negociações entre o regime e a direção do Solidariedade, apoiada pela Igreja Católica, religião predominante no país. Esse processo culminou nas negociações dos denominados “Acordos da Mesa Redonda”, que contou com a participação de membros do sindicato Solidariedade e do governo comunista, em 1989 (Ruiz Rodríguez e Otero Felipe, 2020).

Estas negociações restauraram a legalidade do sindicato, criaram uma segunda câmara parlamentar, restituíram o cargo de presidente da república e convocaram eleições parcialmente livres. Realizadas em junho de 1989, essas eleições deram vitória ao Solidariedade, que obteve 99 das 100 cadeiras no Senado e todas as cadeiras em disputa no Sejm. Tadeusz Mazowiecki, um dos fundadores do movimento, foi indicado como primeiro-ministro, tornando-se o primeiro chefe de governo não stalinista da Polônia desde a guerra. Por fim, em dezembro de 1990, Lech Wałęsa foi eleito presidente da república. Seu governo implementou políticas econômicas neoliberais conhecidas como “terapia de choque” (Núñez, 2023), caracterizadas por privatizações aceleradas e abertura de mercado, que reconfiguraram profundamente a economia nacional.

Esse processo de transição político, econômico e institucional iniciado com o colapso do sistema comunista em 1989, teve seu ponto culminante em 2004 com a adesão à União Europeia, durante o “Grande Alargamento”, movimento que integrou dez países⁴ do Leste Europeu ao bloco (Governo da Polônia, 2024). A entrada na UE não apenas coroou a

⁴ Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa. (União Europeia, 2025)

reorientação geopolítica polonesa, mas também institucionalizou as transformações econômicas e jurídicas empreendidas no período pós-socialista, alinhando definitivamente o país aos padrões políticos e econômicos europeus.

Entretanto, para Iancu (2019) o período imediato pós-regime comunista na Polônia foi marcado por um processo tortuoso de construção do sistema partidário, caracterizado por intensa fragmentação política, dissolução frequente de partidos e alta volatilidade eleitoral. A cena política dos anos 1990, portanto, formava um ambiente de instabilidade, e durante essa década, a única divisão política previsível foi a clivagem entre pós-comunistas e anticomunistas, que estruturou o embate partidário no período.

2.1.2 Ascensão contemporânea da Ultradireita da Polônia

Apenas a partir da virada do século esse cenário foi alterado. A instabilidade partidária dos anos 1990, marcada pela fragmentação e polarização pós-comunista, deu lugar, nos anos 2000, a um cenário de crise diante de escândalos de corrupção e falta de eficiência estatal, pavimentando caminho para o surgimento de novas forças políticas voltadas não mais as questões pós e anticomunistas, mas para o novo contexto de integração europeia. Assim, consolidaram-se duas forças de centro-direita oriundas das elites pós-Solidariedade: a Plataforma Cívica (PO - do polonês *Platforma Obywatelska*), partido liberal-conservador, pró-UE e ferrenho defensor dos valores cosmopolitas universais e o Lei e Justiça (PiS - do polonês *Prawo i Sprawiedliwość*), de viés comunitário e nacionalista, que rapidamente empreendeu uma agenda de mobilização anticorrupção e descomunização, aliada a valores tradicionais, invocando ainda o catolicismo e um discurso de identidade polaca. (Iancu, 2019).

A competição política na Polônia passou, então, a se organizar em torno da contraposição entre valores cosmopolitas e tradicionais: o PO tornou-se expressão das classes médias urbanas e escolarizadas, enquanto o PiS passou a representar o interior rural e conservador. (Iancu, 2019).

O fortalecimento do PiS se deve ainda ao fracasso das promessas do liberalismo pós-1989. A globalização neoliberal, como já mencionado, gerou desilusão popular ao produzir um mal-estar social após décadas de políticas liberalizantes que desprivilegiaram as camadas populares (Fraser, 2020). Nesse contexto, o PiS emergiu como resposta reacionária, apresentando-se como força antissistêmica ao mesmo tempo que reforçava estruturas autoritárias, nacionalistas e excludentes. Sua estratégia combinou a apropriação da retórica de resistência social, o discurso antiestablishment que identificava a União Europeia e uma

suposta elite globalista como inimigos do povo e o uso de narrativas populistas restauradoras que prometiam recuperar uma identidade nacional supostamente perdida.

2.1.3 A retórica política do PiS e Duda

Desde os anos 2000, portanto, essa polarização consolidou um padrão de alternância no poder entre os dois partidos, com o PO e o PiS revezando-se nas principais posições executivas, presidência e premiê. Dinâmica sustentada a partir das diferenças ideológicas, visto que, enquanto o PO se mantém alinhado à União Europeia, defendendo os valores ocidentais cosmopolitas, o PiS assume uma posição eurocética, contestando a governança supranacional e promovendo um nacionalismo soberanista.

No entanto, a partir de 2015, o PiS iniciou um período de hegemonia política mais duradoura, marcado não apenas por vitórias eleitorais consecutivas, mas pela implementação efetiva de sua agenda de Ultradireita. Com controle do aparato estatal, o partido promoveu reformas que concentraram poder no Executivo, como a politização do Judiciário, o cerceamento à liberdade de imprensa e a promoção de políticas repressivas, nacionalistas e xenófobas. (Iancu, 2019; Demczuk, 2020).

A hegemonia do PiS após 2015 foi sustentada por uma coalizão entre a presidência de Andrzej Duda, eleito em 2015 e reeleito em 2020, após renunciar formalmente à filiação ao partido Lei e Justiça (PiS), conforme exige a legislação polonesa para candidatos presidenciais, e os governos de Beata Szydło (2015-2017) e Mateusz Morawiecki (2017-2023). Embora juridicamente independente durante seus mandatos, Duda manteve alinhamento orgânico com o PiS, partido ao qual pertenceu desde 2005 e pelo qual foi eleito deputado nacional (2011) e eurodeputado (2014).

Esse arranjo de poder, que vem se fortalecendo desde 2015, deriva de um projeto político pautado por bases ideológicas que se articulam em três eixos centrais: o nacionalismo católico, uma retórica populista antissistema e um conservadorismo autoritário (Chaguaceda; Salas, 2024). Estes eixos se sustentam pela retórica de divisão entre “nós” e “eles” (Mudde, 2019; Jüpskas; Leidig, 2020). No caso polônes, o PiS se apresenta como defensor dos “verdadeiros poloneses”, que seriam os trabalhadores rurais e urbanos precarizados, abandonados pelas elites liberais pós 1989.

A partir dessa retórica, a Ultradireita mexe com sentimentos de ressentimento da população, e engaja promessas de “restituição nacional e social” (Ost, 2018 apud Goldstein, 2022). Estas promessas ficam restritas à esfera econômica, não se trata apenas de garantia de

salários dignos ou fim da emigração forçada no país, tornam-se promessas simbólicas, que alcançam a esfera social e cultural, pautadas num apelo de resgate de um passado idealizado da Polônia, que estaria hoje, supostamente ameaçada por valores estrangeiros e pelas minorias.

Estas ideias são reforçadas ainda pela instrumentalização do Catolicismo. Nesse caso, a religião passa a operar como marcador da identidade nacional, criando uma hierarquia entre cidadãos, na qual, de um lado estão os poloneses “de estrita moral católica” (Gdula, 2018 apud Goldstein, 2022) e de outro, aqueles que, por sua orientação sexual, etnia ou cosmopolitismo, seriam “menos poloneses”. A partir dessa ideia, o PiS busca alimentar a ideia de que “todos os poloneses são católicos” (Pankowski, 2010 apud Goldstein, 2022), excluindo minorias religiosas e secularizadas da noção de pertencimento nacional. Essa fusão entre fé e política é usada para justificar medidas reacionárias, como a criação de “zonas livres de ideologia LGBT” ou a criminalização do aborto, pois passam a ser apresentadas como defesa de uma “tradição rural cristã” (Stanley, 2018 apud Goldstein, 2022).

Para legitimar essa agenda, o partido se utiliza de revisionismo histórico para amparar suas narrativas, empreendendo uma tentativa de apagar ambiguidades e complexidades da histórica polonesa. Em discurso oficial do então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki (ano mandato), o ultradireitista negou qualquer participação polonesa no Holocausto, numa tentativa de reduzir a experiência nacional a uma narrativa de vitimização e heroísmo. Essa manobra de manipulação do tempo histórico apela para a alegação de difusão de uma suposta “verdade sobre o passado” e serve a um duplo propósito: unificar o presente sob mitos nacionais e estigmatizar a oposição, representada no caso do PiS, pelo PO, como “traidora” da pátria (Chmielewska-Szlajfer, 2018 apud Goldstein, 2022).

Outra das bases que completa esse quadro ideológico é o euroceticismo. Nas narrativas eurocéticas, a União Europeia é retratada como força colonizadora, cujas políticas migratórias ou de direitos humanos ameaçam a “soberania civilizacional” da Polônia. Nesse caso, o inimigo externo, representado por Bruxelas e interno, representado pelas elites liberais urbanos e minorias, se fundem em uma mesma ameaça.

Diante desse contexto, o cenário político polonês ainda evidencia uma atmosfera de consentimento em relação aos discursos de ódio promovidos pelo PiS, fenômeno que é caracterizado como “legalismo discriminatório” (Demczuk, 2020). Esse mecanismo, observado em governos populistas como os de Duda, consiste na cooptação de instituições, como o Judiciário, e é empregado na prática como uma ferramenta contra os opositores do

governo, utilizando a própria legislação para perseguir minorias e punir críticos, sempre sob o pretexto de resguardo da vontade popular.

Demczuk (2020) faz uma análise de casos concretos ocorridos na Polônia, como a Marcha pela Independência⁵ de 2016, organizada por grupos nacionalistas como ONR (*Obóz Narodowo-Radykalny*, em português: Acampamento Radical Nacional) e *All-Polish Youth*. O desenrolar de eventos nessa ocasião revelou a condição de seletividade penal do Estado, visto que, enquanto participantes extremistas da marcha gritavam lemas violentos e discriminatórios como “Europa Branca” e “todo refugiado é terrorista”, “Polônia para os poloneses” ou “Toda a Polônia grita conosco, mate o Islã com facões”, sem consequências jurídicas. Já os ativistas antifascistas da oposição presentes na marcha, sofreram agressões físicas e ao recorrer ao Ministério Público da Polônia, denunciando a violência e o discurso de ódio, tiveram seus processos contra os organizadores das marchas encerrados, deixando os militantes extremistas sem punição pela incitação de discursos de ódio e agressão as ativistas.

Demczuk também destaca a disparidade entre o número de crimes de ódio registrados e os casos efetivamente denunciados pelas autoridades públicas, preocupação que foi ressaltada no ano de 2019 pelo Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial.

A crescente influência de grupos como o ONR e o *All-Polish Youth*, organizadores das Marchas pela Independência (Severo; Guerra, 2022) demonstram que o nacionalismo extremo do PiS conta com apoio popular e ressoa em setores da sociedade. A retórica desses grupos, que combina xenofobia, militarismo e heteronormatividade, é legitimada pela ação estatal discriminatória, que transforma o ódio em política pública (Demczuk, 2020).

Essa dinâmica é ainda amplificada pelo controle da mídia pública, sobretudo da Televisão Pública Polonesa (TVP - *Telewizja Polska*) e por veículos oficiais como a *Gazeta Polska*. Ambos convertem a retórica ultranacionalista em gramática do poder, naturalizando a concentração autoritária de instituições. Sob o pretexto de proteção da “democracia real” contra a “corrupção liberal”, esses meios estigmatizam opositores e banalizam discursos de ódio, transformando-os em senso comum (Chmielewska-Szlajfer, 2018 apud Goldstein, 2022). O resultado disso é uma mídia alinhada ao governo que reforça o ressentimento da população, que, por sua vez, valida as medidas extremistas de direita do PiS.

Dessa forma, a trajetória recente da Polônia revela uma transição complexa entre o alinhamento ao bloco comunista e uma democracia liberal fragilizada, cujas promessas de integração europeia e modernização foram gradualmente corroídas pelo avanço de uma

⁵ Evento anual do Dia da Independência realizado por grupos da extrema-direita polonesa. Fonte: REUTERS (2024).

agenda ultradireitista. A consolidação do PiS como força dominante não apenas reorientou o país em direção a um modelo político autoritário e nacionalista, como também mobilizou ressentimentos sociais em prol de um projeto nacionalista, católico e eurocético, que contesta frontalmente os pilares democráticos e multiculturais que sustentam a União Europeia. Nesse processo, o passado é reescrito, o inimigo é ressignificado e a exclusão torna-se política de Estado.

No caso polonês o populismo aparece na construção da narrativa que opõe o “nós” representado pelas comunidades rurais e trabalhadores tradicionais - às elites urbanas cosmopolitas, acusadas de trair os valores nacionais. Essa estratégia ainda se entrelaça com a instrumentalização política do catolicismo, que foi transformado em marcador essencial de identidade polonesa e instrumento de exclusão de minorias seculares e religiosas. Paralelamente, desenvolve-se um discurso *antiestablishment* que sistematicamente deslegitima as instituições democráticas, desde a União Europeia até o poder judiciário polônês, que são retratados como entidades corruptas e alheias aos interesses nacionais. Por fim, todo esse edifício retórico se sustenta na exploração de medos sociais, através da fabricação de ameaças externas (como a imigração ou a “ingerência europeia”) e internas (como as comunidades LGBTQ+), apresentadas como riscos existenciais à soberania e valores tradicionais poloneses. Essa combinação discursiva do PiS e de Duda articula formações ideológicas que condensam e reproduzem significados socialmente compartilhados por seus grupos de apoiadores, como a desconfiança em relação a uma suposta ameaça externa em forma de imigrantes e instituições supranacionais, receios relacionados a um colapso moral e religioso da sociedade polonesa e a desconfiança nas instituições democráticas. Dessa forma, é construído um discurso securitizador que legitima a violência como recurso para neutralizar a “contaminação” cultural atribuída à União Europeia, às minorias e ao próprio ambiente político.

2.2 O CASO DOS ESTADOS UNIDOS

2.2.1 O Sistema Político Estadunidense

Os Estados Unidos da América, constituídos por 50 estados e um distrito federal, são formalmente designados como uma república federal presidencialista, regidos por uma Constituição promulgada em 1787 (U.S. Department of State, 2025). Esse modelo combina um sistema federativo com separação de poderes, cada poder é independente e o sistema *checks and balances* (freios e contrapesos) garante o equilíbrio através de uma limitação mútua dos poderes, nesse caso, o presidente exerce as funções de chefe de Estado e de governo, comandante chefe das Forças Armadas e principal autoridade do poder executivo, enquanto o vice-presidente o sucede em caso de vacância e preside o Senado de forma cerimonial. O poder legislativo do país é exercido pelo Congresso, que funciona de forma bicameral, sendo composto pela Câmara dos Representantes, com 435 membros eleitos por distritos uninominais a cada dois anos, e pelo Senado, que conta com 100 membros, dois por estado, com mandatos escalonados de seis anos. O poder judiciário, é encabeçado pela Suprema Corte, que tem seus membros escolhidos pelo Presidente e confirmados pelo Senado, além disso possui competência para revisar a constitucionalidade das leis e atos governamentais (U.S. Department of State, 2025).

O processo eleitoral federal é descentralizado, com eleições para o Congresso realizadas bianualmente e eleições presidenciais a cada quatro anos, decididas indiretamente pelo Colégio Eleitoral, composto por 538 delegados distribuídos conforme a representação estadual no Congresso. A escolha dos candidatos presidenciais ocorre por meio de primárias ou caucuses, um processo interno dos partidos que pode durar meses. A participação do voto popular nessa etapa varia de acordo com as regras eleitorais de cada estado, já que alguns realizam votações abertas ao público, enquanto outros restringem a participação a filiados do partido.

Devido ao alto custo e à complexa logística necessária, que exige campanhas em todos os estados, apenas os partidos Democrata e Republicano conseguem estruturar candidaturas competitivas, consolidando, assim, características do bipartidarismo no sistema político americano.

Portanto, a eleição presidencial estadunidense é decidida pelo Colégio Eleitoral, onde quase todos os estados adotam o sistema *winner-takes-all* exceto o Maine e Nebraska, que, por terem populações menores, adotam o sistema distrital com dois votos estaduais adicionais. Esse mecanismo permite que um candidato vença mesmo com menos votos populares, desde que conquiste estados-chave, como ocorreu no pleito presidencial de 2016, quando Donald Trump foi eleito apesar da candidata Hillary Clinton ter recebido quase 3 milhões de votos a mais. (Menezes, 2024). Além disso, os chamados *swing states*, como Arizona, Pensilvânia e Wisconsin, onde não há uma preferência eleitoral consolidada, tornam-se alvos prioritários das campanhas por serem decisivos no resultado final.

O sistema partidário norte-americano pode ser classificado como bipartidário, visto que terceiros partidos não afetam, em longo prazo e em nível nacional, a alternância no poder dos dois principais partidos. (Sartori, 1982). Esse formato remonta a fundação da república estadunidense, com Federalistas e Democratas-Republicanos, se intensificou após a Guerra Civil americana (1861-1865), e se fortaleceu ao longo do século XX quando ciclos de hegemonia alternada entre Democratas e Republicanos passaram a ser recorrentes.

Segundo Faria (2015), a consolidação do Partido Republicano como um dos dois principais polos do sistema político estadunidense teve início ainda na década de 1850, em um cenário pré Guerra Civil, de instabilidade institucional e crescente polarização entre as regiões Norte e Sul dos EUA. Nesse contexto, a desarticulação do Partido *Whig*, até então força contrária ao Partido Democrata, e a limitação de organização de legendas menores, como o Partido do Solo Livre (*Free Soil*) e o Partido Americano (*Know Nothing*), deixaram um vácuo político que levou ao surgimento do Partido Republicano, criado naquele momento como a possibilidade de uma nova força que fosse capaz de unificar diversas demandas sociais e regionais em torno de um projeto comum. Faria (2015), postula que esse processo de reconfiguração partidária foi essencial para a estruturação do bipartidarismo no país tal como se conhece hoje, estabelecendo uma dinâmica de alternância entre dois grandes partidos que perdura desde então.

2.2.2 Ascensão contemporânea da Ultradireita estadunidense

Mais do que suas instituições formais, a compreensão da trajetória da Ultradireita nos EUA exige um olhar para os vetores históricos e culturais que estruturaram sua emergência. Os acontecimentos ligados à Guerra Civil estadunidense não marcaram apenas a criação do Partido Republicano e a nova estruturação partidária do país. Pini (2023), afirma que a Guerra

Civil norte-americana deve ser compreendida como paradigmática para os estudos da Ultradireita dos EUA, visto que a derrota dos confederados e o desencadeamento do conflito geraram uma tradição de conservadorismo regional no sul do país, que tem bases no segregacionismo e no ressentimento perante o governo federal. (Nieli, 2019 apud Pini, 2023).

Essa tradição conservadora deu origem a diversos movimentos de extrema-direita, como a Ku Klux Klan (KKK) - organização que surgiu em 1865 como reação dos grupos derrotados na Guerra Civil à incorporação da população negra à sociedade. Ao longo de sua história, o grupo se renovou sistematicamente em resposta aos avanços dos movimentos por direitos civis, passando por três momentos distintos de reconfiguração: 1865-1871, 1915-1940 e 1950-1960 (Costa et al., 2019). Foi durante este último período, nas décadas de 1950 e 1960, que o movimento negro americano alcançou maior força em sua organização contra a segregação racial. O progresso dessa pauta provocou como reação a união entre grupos supremacistas como a KKK e organizações nativistas, impulsionando uma nova fase de crescimento da Ultradireita no país (Pini, 2023).

Dessa forma, na década de 60, essa corrente obteve renovada força nos EUA, e dentro do contexto da Guerra Fria (1947-1991), encontrou um ideal comum e abrangente, que permeia até os dias atuais o imaginário dos extremistas de direita, o anticomunismo. A retórica anticomunista passou a ser, a partir daí, utilizada como grande “espantalho” nas narrativas desses grupos, que passaram a associar o Partido Democrata e seus representantes, a ideais comunistas e pró-soviéticos, numa atmosfera embebida de teorias conspiratórias. (Lipset, 1995; Nash, 1996 apud Pini, 2023).

Com o fim da Guerra Fria e a derrocada do Bloco Soviético, Mudde (2018) argumenta que os movimentos de Ultradireita orientados pelo paradigma anticomunista perderam espaço no cenário político norte-americano. Sobre esse enfraquecimento da retórica anticomunista no período pós-Guerra Fria, Pini (2023) destaca que esse declínio provocou uma crise no movimento conservador como um todo, uma vez que o anticomunismo era o eixo central de suas pautas. Essa crise, por sua vez, gerou um vácuo ideológico dentro do movimento, o que reverberou na trajetória de radicalização do Partido Republicano.

Pini (2023) sustenta que, a partir desse vácuo ideológico no Partido Republicano, ideias populistas de direita radical passaram a ganhar força entre sua base eleitoral. Nesse contexto, a eleição de Barack Obama em 2008 foi um fator determinante para o surgimento do *Tea Party* - movimento conservador *antiestablishment* que emergiu nos Estados Unidos em 2009, expressando o ressentimento histórico de setores da sociedade em relação a questões socioeconômicas. Esse fenômeno contribuiu, paulatinamente, para a consolidação de um

processo de radicalização no partido, aproximando-o de ideias ultradireitistas. Essa transformação no GOP criou as condições para que, anos depois, em 2015, Donald Trump se filiasse ao partido e disputasse as primárias presidenciais com discursos conspiracionistas, racistas e nativistas, revestidos por uma retórica *antiestablishment*, os quais foram tolerados e normalizados pelos setores mais radicais do partido (Pini, 2023).

2.2.3 O Projeto PDR de Trump

A campanha de Donald Trump estruturou-se como um projeto Populista de Direita Radical (PDR) através da convergência de três forças principais. Em primeiro lugar, a direita religiosa fundamentalista - representada pelos movimentos tradicionalistas que, apresentam ideais céticos em relação à modernidade, defendem os valores da tradição cristã ocidental contra o que veem como declínio moral da sociedade ocidental liberal. Este setor encontrou no *Council for National Policy* (CNP), fundado em 1980, seu principal instrumento de influência política, visto que a instituição tem como objetivo maior atuar de forma coordenada nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de na mídia, para promover agendas ultraconservadoras. Essa direita religiosa protestante desempenhou um papel crucial na radicalização do Partido Republicano e na campanha de Trump. Além disso, Steve Bannon, diretor executivo da campanha presidencial de do candidato e posteriormente estrategista-chefe da Casa Branca, operou como elo estratégico, conectando Trump tanto à base eleitoral quanto aos financiadores, enquanto adaptava ao PDR trumpista o Tradicionalismo antimoderno da Ultradireita histórica. Por fim, a *alt-right* (direita alternativa) - movimento com atuação predominantemente online e que defende ideais supremacistas e nacionalistas brancos- engajou com apoio orgânico, atraída pela sintonia com o nativismo e antielitismo do candidato. Essa tríade formou a base de um projeto que combinava religião, nacionalismo econômico, retórica anti-imigração e rejeição às elites, capitalizando tanto inseguranças materiais quanto reações culturais da população. (Pini, 2023)

Após sua vitória nas primárias, a trajetória de Trump rumo à Casa Branca foi marcada por reiteradas manifestações de sexismo, racismo e islamofobia por parte do candidato. Além disso, em seus discursos, Trump defendia a implementação de uma política econômica nacionalista, o distanciamento de instituições multilaterais e medidas rigorosas contra a imigração (Oliveira; Finguerut, 2018)

A estratégia política de Trump, marcada pelo caráter populista de direita radical e discursos e pautas ultranacionalistas, culminou em sua vitória presidencial em 2016. Na

disputa contra Hillary Clinton, do Partido Democrata, Trump obteve aproximadamente três milhões de votos populares a menos que sua adversária, mas venceu pelo sistema do Colégio Eleitoral. Esse resultado reforçou a consolidação de uma agenda ultradireitista no Partido Republicano e acentuou a polarização política nos Estados Unidos.

Já nos primeiros meses de mandato, o governo Trump adotou políticas migratórias alinhadas com suas promessas de campanha de cunho explicitamente anti-imigração e xenófobas. Em janeiro de 2017, assinou ordens executivas que suspenderam temporariamente a entrada de cidadãos de sete países de maioria muçulmana, Síria, Iraque, Irã, Líbia, Somália, Sudão e Iêmen, medida que afetou inclusive refugiados e residentes permanentes que se encontrassem fora do território americano (Hines, 2019). Embora versões posteriores, modificadas após contestação judicial, tenham atenuado alguns aspectos da medida original, mantiveram seu caráter seletivo por nacionalidade. No mesmo ano, o governo revogou o programa DACA (*Deferred Action for Childhood Arrivals*), estabelecido em 2012 por Obama, para regularizar temporariamente imigrantes sem documentação que haviam entrado no país durante a infância, removendo assim proteções contra deportação e autorizações de trabalho para cerca de 800 mil beneficiários (BBC, 2017).

Essas medidas restritivas não apenas consolidaram o perfil anti-imigração, que Pini (2023) postula como característico do governo Trump, como também contribuíram para a radicalização de setores da extrema direita que passaram a enxergar sua administração como canal que legitima agendas mais extremas.

A primeira gestão de Trump foi marcada pela implementação de políticas controversas e também pelo crescente clima de desconfiança nas instituições democráticas, alimentado por narrativas de fraude eleitoral infundadas disseminadas pelo próprio presidente. Este ambiente atingiu seu ápice após sua derrota nas eleições presidenciais de 2020 para Joe Biden. Em 6 de janeiro de 2021, durante a sessão conjunta do Congresso para certificar os votos do Colégio Eleitoral, uma etapa crucial da transição de poder, uma multidão de apoiadores de Trump, incitada por discursos do líder, que alimentava falsas alegações de fraude e vociferava contra a integridade da segurança eleitoral e do próprio Departamento de Segurança interno, invadiu violentamente o Capitólio dos Estados Unidos. (Accioly Filho; Nobre; Leite, 2024) O ataque, amplamente documentado e condenado internacionalmente, representou uma tentativa sem precedentes de subverter o processo democrático e interromper a transição pacífica de poder, símbolo máximo da democracia americana. Este evento foi paradigmático para compreender a capacidade de mobilização da Ultradireita radicalizada.

Apesar da derrota em 2020, da invasão do Capitólio por seus apoiadores e das diversas acusações criminais que enfrentou, Donald Trump manteve apoio da base republicana, um fenômeno que pode ser atribuído a identificação de seus eleitores com a agenda MAGA (*Make America Great Again*) e sua cartilha populista de direita radical. Esta lealdade foi evidenciada durante as primárias republicanas de 2024, quando Trump obteve vitória sobre os demais candidatos republicanos, anulando expectativas de enfraquecimento de seu nome.

O cenário eleitoral nesse pleito ainda foi marcado pelas dificuldades do Partido Democrata. Embora o então presidente Joe Biden (2021-2025) tenha iniciado a campanha como favorito, pesquisas posteriores a março de 2024 apontaram declínio em sua popularidade, com eleitores manifestando preocupação quanto à sua idade avançada e capacidade de governar (BBC, 2024). Durante um debate presidencial em junho de 2024, Biden apresentou desempenho considerado inadequado e preocupante, resultando em amplo debate público sobre sua continuidade na corrida (BBC, 2024). Em julho do mesmo ano Biden anunciou sua desistência e endossou a vice-presidente Kamala Harris como candidata democrata (BBC, 2024).

A instabilidade do Partido Democrata, somada à sólida base eleitoral de Trump e ao cenário de polarização extrema, resultou na vitória do republicano nas eleições de novembro de 2024. Empossado como 47º presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2025, Trump iniciou seu segundo mandato com medidas que indicam os caminhos de sua nova gestão, ao conceder o perdão presidencial para cerca de 1.500 acusados pelo ataque ao Capitólio de janeiro de 2021, dentre eles membros de movimentos violentos extremistas, como os *proud boys*, ele demonstra uma reescritura simbólica dos eventos de janeiro de 2021, mas também movimentações de endosso a táticas de violência política. Além disso, o Presidente também demonstrou a continuidade e endurecimento de medidas anti imigrantes por meio de uma série de medidas para combater a imigração ilegal, dentre elas a ordem executiva de declaração de emergência na fronteira entre EUA e México, o que autorizou o envio de militares à região. (G1, 2025)

Em apanhado geral, a trajetória da Ultradireita nos Estados Unidos revela-se profundamente entrelaçada com as estruturas políticas e culturais do país, desde as raízes históricas do conservadorismo sulista até a consolidação de uma agenda radicalizada no Partido Republicano contemporâneo. A ascensão de Donald Trump simbolizou não apenas a normalização de retóricas nativistas e autoritárias no mainstream político, mas também a instrumentalização de ressentimentos históricos e divisões sociais como estratégia de poder.

Seu segundo mandato, iniciado em 2025, sugere a continuidade de seu projeto nativista e a reabilitação de atores extremistas, reforçando a influência da Ultradireita no cenário nacional.

A trajetória de Donald Trump e do Partido Republicano nos Estados Unidos converge com os elementos discursivos identificados na Ultradireita em outras partes do globo. O uso do populismo como ferramenta política, que se materializa por exemplo no slogan “*America First*”, é empregado por Trump para introduzir a retórica “nós versus eles” no debate público, convertendo complexidades socioeconômicas em antagonismos simplificados. Além disso, a instrumentalização da religião, especialmente através da aliança com grupos protestantes conservadores - que tiveram influência direta no governo ao defender pautas como restrições ao aborto e privilegiar uma visão cristã da sociedade - também serviu para aglutinar apoiadores e eleitores.

Trump e seu PDR também recorreram à postura *antiestablishment*, manifestada tanto nos ataques do líder às instituições - como o Judiciário, a imprensa e o próprio sistema eleitoral - quanto no estímulo à violência política, exemplificado no ataque ao Capitólio em 2021. Por fim, a exploração estratégica de sentimentos de perigo e medo foi amplamente utilizada, transformando imigrantes latinos, muçulmanos e movimentos progressistas em ameaças inventadas, com o objetivo de justificar políticas autoritárias como o “*muslim ban*” e a criminalização de protestos.

Os discursos de Trump acionam determinadas formações ideológicas no sentido pecheutiano, pois condensam e reproduzem significados socialmente compartilhados, como a desconfiança em relação a imigração, medos relacionados a perda de uma identidade cultural, a decadência moral e a desconfiança nas instituições democráticas. Dessa forma, ao invocar a ideia de um país sitiado por inimigos internos e externos, a retórica trumpista promove uma macros securitização do espaço político, onde a exceção se torna a regra e a violência, um recurso legitimado.

Assim como na Polônia, esses elementos combinados - populismo, religião politizada, hostilidade às instituições e manipulação do medo - redefiniram a democracia nos EUA, na qual direitos universais são substituídos por privilégios de grupos específicos. O resultado foi a normalização de um projeto político que desafia as bases do sistema democrático.

2.3 O CASO DO BRASIL

2.3.1 O Sistema Político Brasileiro

A República Federativa do Brasil, composta por 26 estados e 1 Distrito Federal, é formalmente organizada sob um sistema presidencialista conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2025). O modelo político brasileiro combina elementos federativos com um governo central, no qual o Presidente da República exerce simultaneamente as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, liderando o Poder Executivo conforme disposto no Art. 76 da Constituição brasileira. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, de estrutura bicameral, composto pela Câmara dos Deputados, que conta com 513 membros eleitos por sistema proporcional de lista aberta, com número de vagas por estado determinado segundo critérios populacionais, e pelo Senado Federal, composto por 81 membros, eleitos por sistema majoritário em turno único, com mandatos de 8 anos e renovação parcial alternada a cada 4 anos. O órgão responsável pela administração eleitoral no país é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que supervisiona e organiza as eleições em todos os níveis federal, estadual e municipal, sendo responsável pela regulamentação do processo eleitoral, fiscalização das campanhas e diplomação dos eleitos. No âmbito federal, as eleições presidenciais ocorrem a cada 4 anos, enquanto as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados e Senado Federal ocorrem simultaneamente. No nível estadual, os governadores são eleitos pelo mesmo sistema de dois turnos, assim como os prefeitos. As Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais seguem o mesmo modelo proporcional utilizado para a Câmara dos Deputados, com distribuição de vagas proporcional à população no caso estadual e ao eleitorado municipal no caso das câmaras locais. (BRASIL, 2025)

A ascensão da Ultradireita no Brasil, materializada na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, não pode ser compreendida sem uma análise do processo de redemocratização pós-ditadura militar (1964-1985) e das questões políticas e sociais que marcaram as décadas seguintes. A ditadura militar brasileira teve início em 1964 com a deposição do presidente João Goulart e se findou em 1985, tendo sido um período marcado pela restrição de direitos políticos, censura, perseguição política, tortura e assassinatos de opositores. E o processo de redemocratização após esta fase foi antecedido por um lento e controlado período de “abertura”, conduzido pelos próprios militares, iniciado ainda no governo Geisel (1974-1979)

e aprofundado sob Figueiredo (1979-1985). Foi nesse contexto que, em novembro de 1979, o regime decretou o fim do bipartidarismo, que vinha limitando a disputa eleitoral brasileira aos partidos: Arena, pró-ditadura, e MDB, de oposição controlada, legalizando a criação de novos partidos (Araujo, 2015).

Essa medida, segundo Araújo (2015), foi tomada com intenção de fragmentar a oposição enquanto se travestia de liberalização política. Isso se deu pois, com a promulgação da Lei da Anistia - que resultou no retorno de militantes e lideranças de oposição do exílio e liberações das prisões políticas-, esses atores depararam-se com a tarefa de reorganizar forças políticas em um cenário deliberadamente pulverizado. Dessa forma surgiram diversos partidos de esquerda, que buscaram consolidar suas representações e visões políticas. Entre eles, o Partido dos Trabalhadores, fundado por Luiz Inácio Lula da Silva, que destacou-se pelo vínculo com o sindicalismo combativo, e o PDT e o PMDB. Entretanto, essa dispersão de partidos criou uma oposição dividida e frágil na época, que não conseguiu alcançar grandes feitos eleitorais.

O caráter negociado e elitista da transição tornou-se ainda mais evidente nos anos seguintes. A primeira eleição presidencial pós-ditadura foi realizada em 1985 de forma indireta e consagrou a chapa de Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney (PFL) como vencedora. Ambos eram nomes ligados ao antigo sistema bipartidário, visto que Neves era um político tradicional mineiro, e Sarney era ex-presidente da Arena, partido sustentáculo da ditadura. Essa escolha simbolizou para Araújo (2015), o pacto entre setores “moderados” da ditadura e setores “moderados” da oposição, excluindo as forças populares que demandavam ruptura. Essa configuração deu o tom para a Assembleia Constituinte (1987-1988), cujo caráter congressual reforçou o protagonismo das elites políticas em detrimento da participação popular direta, visto que foi uma Assembleia composta por deputados e senadores eleitos em 1986, e não por representantes exclusivamente eleitos para tal. (Araujo, 2015).

Apesar dos avanços na Constituição de 1988, como os direitos sociais e trabalhistas, seu processo de elaboração refletiu a tensão entre as demandas por inclusão vindas de movimentos sociais, sindicatos e organizações populares, que pressionavam por temas como reforma agrária e controle estatal da economia, e as demandas das elites políticas e econômicas, que por sua vez resistiam em abrir mão de privilégios. Araujo (2015) argumenta que a conciliação entre grupos estabelecidos prevaleceu, garantindo a continuidade de estruturas de poder tradicionais e, inclusive, a impunidade aos crimes da ditadura e a manutenção de setores militares na política, fenômeno que Zaverucha (1992) chama de Legado autoritário. Esse Legado refere-se à permanência de práticas e estruturas autoritárias

na democracia brasileira, mesmo após o fim do regime militar, Zaverucha (1992) argumenta que a Constituição de 1988, apesar de formalmente democrática, não conseguiu eliminar completamente as raízes autoritárias, especialmente em áreas como o sistema de justiça e as relações entre as instituições. Essa junção de um ambiente de participação popular limitada, domínio das elites e resquícios do autoritarismo marcou não apenas o momento da transição, mas também ecoou nas décadas seguintes, criando um terreno fértil para crises de representação e fomento ao descontentamento com a “velha política”.

Para Maciel (2011), essa conciliação entre as elites no poder desembocou em uma década de 1990 profundamente influenciada pelo projeto neoliberal que emergia no Sistema Internacional. A partir disso, as eleições presidenciais brasileiras de 1989 alçaram Fernando Collor de Mello e seu projeto neoliberal à presidência do Brasil. Collor, até então um *outsider* sem base partidária sólida, unificou temporariamente as frações da elite econômica em torno de um programa de choque econômico que contou com congelamento de poupanças, abertura comercial e privatizações, entretanto seu plano de governo rapidamente expôs as contradições do neoliberalismo no Brasil, pois enquanto setores do capital industrial e bancário resistiam à abertura indiscriminada e à desestatização, a recessão e a escalada inflacionária corroíam o apoio popular. Por isso, em 1992, em decorrência de denúncias de corrupção e da mobilização de movimentos sociais, Collor sofreu *impeachment*. Essa movimentação consolidou-se sob a bandeira da “ética na política”, entretanto esse fato não alterou a continuidade da agenda econômica liberal no Brasil, que foi retomada por Fernando Henrique Cardoso em 1994 (Maciel, 2011). FHC, apesar da resistência de movimentos sociais e sindicais, obteve êxito na consolidação do avanço e estruturação do neoliberalismo no país durante seus dois mandatos 1995-2002 (Guimarães; Pereira 2020).

Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência do Brasil. Sua ascensão significou a primeira grande mudança de elites governantes no país desde o final do regime militar (Almeida, 2004). A partir daí teve início um período de 13 anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve na presidência do país. Lula foi reeleito em 2006, e na sequência, sua sucessora Dilma Rousseff venceu as eleições em 2010 e conquistou a reeleição em 2014. Durante esse ciclo de governos, o Brasil apresentou avanços expressivos em indicadores sociais: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU registrou aumento desde o início do novo século, refletindo melhorias em áreas como renda, saúde e educação. Entre 2002 e 2014, a taxa de pobreza no Brasil caiu de 26,7% para 8,4%, com mais de 30 milhões de pessoas saindo dessa condição (Fagnani; Gomes; Mello, 2022). Essa redução foi impulsionada pelo crescimento econômico, pela geração de empregos e por programas de

transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, que ampliou seu alcance de 3,6 milhões para 13,9 milhões de famílias entre 2003 e 2015. No mesmo período, a desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini, recuou de 0,587 para 0,524, retornando a patamares próximos aos da década de 1960 (Fagnani; Gomes; Mello, 2022). Sobre isso, Pinho (2016) afirma que a marca desse período petista é a inclusão social. Com programas educacionais (ProUni, Fies, Pronatec), habitacionais (Minha Casa Minha Vida, Minha Casa Melhor) ou na área de saúde (Mais Médicos), o governo federal adotou a estratégia de aumento dos gastos públicos em benefício das transformações sociais.

Entretanto, esse cenário de estabilidade e continuidade dos governos petistas foi interrompido em 2016, quando a então presidente reeleita em 2014, Dilma Rousseff sofreu um golpe institucional que a tirou do poder. A caracterização do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 é ainda objeto de debate na literatura especializada. Neste trabalho, adota-se a perspectiva crítica que interpreta o evento como um golpe (Souza, 2017; Valim, 2017). Para Guimarães e Pereira (2020, p.43) essa situação escancarou “as fissuras éticas, morais e sociais no parlamento brasileiro”, devido à aprovação do *impeachment* apesar da não comprovação de crime de responsabilidade imputados à então presidente. Ademais, além do caráter jurídico que permeou o golpe de Rousseff, acontecimentos no campo social evidenciaram outras particularidades por trás desse acontecimento que devem ser analisadas no entendimento dessa questão.

Uma das principais particularidades da conjuntura que permeou o processo de impeachment de Dilma Rousseff foi a deflagração em 2013, durante o primeiro mandato de Dilma, do movimento “Vem pra Rua”, também denominado de “Jornadas de Junho”. Esses acontecimentos representaram uma virada importante no cenário político brasileiro, e o processo de *impeachment* de Rousseff foi só o primeiro dos desdobramentos resultantes desses protestos, que culminaram na popularização das ideias de Ultradireita mundial dentro do país.

2.3.2 Ascensão contemporânea da Ultradireita brasileira

As manifestações iniciadas em junho de 2013 em São Paulo começaram como protestos de insatisfação popular contra o aumento da tarifa de transporte público na cidade, entretanto a forte repressão policial gerou ondas de revolta popular que inflamaram a população e expandiram as manifestações para o âmbito nacional. Entretanto, para além da insatisfação inicial com o aumento das passagens, posteriormente o movimento ainda

incorporou diversas pautas e demandas heterogêneas sob o amparo do slogan “não é só por 20 centavos”. Souza (2024) ressalta que uma das principais pautas incorporadas foi a retórica anti-corrupção, impulsionada pelos escândalos ocorridos no governo Dilma Rousseff, como a Operação Lava-Jato. Tais escândalos, de natureza multipartidária, foram amplamente repercutidos pela mídia tradicional, que enfatizou a responsabilização dos governos petistas. Nesse contexto, a presidenta Dilma Rousseff viu sua popularidade despencar.

Somado a queda de popularidade da então presidenta, a incorporação dessas múltiplas demandas como o antipetismo e as pautas antigoverno e antipolítica ampliaram o movimento, permitindo que ele alcançasse setores da direita que anteriormente se restringiam a redes online menos expressivas. Esses grupos passaram então a protagonizar os protestos subsequentes, impondo suas pautas características, com ênfase em segurança pública e combate à corrupção. (Souza, 2024)

Prado (2021) analisa esses setores como comunidades online de eleitores do espectro político direitista, e de opositores aos governos petistas. Segundo a autora, esse grupo passou por um processo de radicalização progressiva, que culminou numa vertente extremista devido a uma conjunção de fatores contextuais. Prado (2021) identifica como um dos fatores determinantes desse processo a influência crescente dos ideais da Ultradireita global no contexto brasileiro. Em sua análise, o período entre 2012 e 2013 é situado como marco desse processo de assimilação, quando os discursos da direita radical e extrema-direita internacional ganharam significativa penetração no país, com as mídias sociais atuando como principal vetor de disseminação dessas ideias.

No contexto brasileiro, discursos comuns a Ultradireita estrangeira sobre questões de segurança, política externa e corrupção (Mudde, 2019) encontraram receptividade nas comunidades virtuais de direita e antipetistas, especialmente em plataformas como *Orkut*, *Facebook* e *WhatsApp*. Sobre essas pautas, Mudde postula que o discurso anticorrupção está presente em todos os grupos da direita radical global e que eles elegem uma “elite” particular que está ligada à corrupção, geralmente políticos tradicionais, mas também as elites econômicas, e ainda uma “elite política” amplamente descrita como “a esquerda” que são acusados de roubar ao povo. Enquanto a retórica de segurança da Ultradireita expande o conceito de 'segurança' para além da proteção física, abrangendo dimensões culturais, econômicas e raciais da nação. Nesse contexto, todas as questões sociais são interpretadas como 'ameaças à ordem natural', gerando uma sensação de insegurança. A resposta que esses grupos trazem para questões complexas como drogas, desemprego ou imigração invariavelmente recai sobre soluções autoritárias. Ademais, em relação a pautas sobre

política externa a postura desses grupos se traduz em hostilidade contra instituições supranacionais e ao multilateralismo, que são convertidos em bandeiras para exaltar práticas nacionalistas. (Mudde, 2019)

Dentre os atores que se destacaram no processo de penetração dessas pautas em território brasileiro, a atuação de Olavo de Carvalho - escritor e autodenominado filósofo se sobressaiu, através de sua forte presença e militância online ele engajou membros das comunidades de direita em diferentes redes sociais, principalmente através de cursos online e palestras, consolidando uma extensa rede de seguidores digitais. Esse grupo, que passou por um acelerado processo de radicalização política, tornou-se vetor fundamental para a inserção no debate público brasileiro de pautas e referenciais ideológicos característicos da Ultradireita internacional. Essa assimilação tornou-se evidente nas Jornadas de Junho, quando esses grupos incorporaram nas manifestações posições antiglobalistas, comuns entre setores da extrema direita estrangeira, e discursos a favor da intervenção militar, intimamente ligados ao contexto do legado autoritário brasileiro. Dessa forma, as ideias inicialmente restritas ao ambiente virtual migraram para as ruas e ganharam relevância no debate público brasileiro.

No ano seguinte, 2014, foi deflagrada no Brasil a Operação Lava Jato, que, inicialmente criada para investigar casos de lavagem de dinheiro, estendeu-se até 2021, revelando um amplo esquema de corrupção envolvendo empresas, autoridades públicas e políticos e partidos brasileiros. A megaoperação ganhou grande proporção midiática e conferiu protagonismo desproporcional ao Judiciário no âmbito público (Glezer, 2020). Essa conjuntura gerou na população um profundo descontentamento com a classe política, alimentando na população um forte sentimento antipartidário e antipolítico, esse antipartidarismo atingiu especialmente o PT, partido no poder há 14 anos.

O antipetismo e a conjuntura política formada a partir de 2013, culminou, em 2015, em protestos contra a então presidente Dilma Rousseff e, em 2016, no golpe parlamentar sofrido por ela. Dilma foi afastada do cargo no processo irregular de *impeachment* sob a alegação de “pedaladas fiscais” que, segundo Valim (2017), eram insuficientes para justificar a ação. O golpe sofrido por Rousseff, além de polarizar a sociedade, enfraqueceu ainda mais as instituições democráticas (Souza, 2024), reforçando uma desconfiança generalizada da população em relação aos aparatos da democracia, como os partidos e políticos. Esse cenário aprofundou o sentimento antipolítico, que passou a ser um traço marcante do debate público nacional nos anos seguintes.

Com a saída de Dilma, seu vice, Michel Temer, assumiu interinamente e compôs um novo governo, substituindo ministros e autoridades e alinhando-se ao parlamento. Durante seu

mandato, foram aprovadas diversas medidas de austeridade que resultaram no desmonte de direitos e proteções sociais, como as reformas da previdência e trabalhista. A população ficou exposta à fragilização dos mecanismos estatais que protegiam as camadas mais vulneráveis dos efeitos mais severos da desigualdade social e da pobreza. (Souza, 2024)

2.3.3 O projeto de Bolsonaro

Esse contexto de instabilidade, desmonte de proteções sociais, sentimento antipartidário, descrença na política tradicional e instituições democráticas abriu espaço para a retórica *antiestablishment*, que favorece *outsiders* no debate público. Dessa forma, Jair Bolsonaro, ex-militar que foi deputado federal pelo Rio de Janeiro consecutivamente entre 1991 e 2018, passando por diferentes partidos, ganhou força no cenário brasileiro criticando o *establishment* e se posicionando retoricamente contra a política tradicional, instituições e elites no poder. Segundo Queiroz (2018), a estratégia de Bolsonaro prosperou em um cenário marcado por crise fiscal, demandas sociais insatisfeitas, desemprego, criminalidade e um clima geral de medo e desalento na população. Seu discurso antipolítico “contra tudo que está aí” encontrou eco por dois motivos principais: primeiro, por refletir a insatisfação popular com serviços públicos precários, corrupção e violência; segundo, por alimentar o desejo de vingança contra os partidos no poder nas duas décadas anteriores, embora sem apresentar propostas claras de alternativas.

Bolsonaro ascendeu ao centro do debate público, primeiramente impulsionado por Olavo de Carvalho, quando passou a ser promovido pelas redes online de direita, que, por meio de memes, manchetes enviesadas e notícias falsas, construíram em torno de sua figura uma mitificação. Nessa figura, o público simpatizante aos ideais comuns à Ultradireita, encontrou um porta-voz contra o politicamente correto, um defensor da família cristã e dos valores tradicionais, além de um candidato disposto a enfrentar a esquerda e o *establishment* político. (Prado, 2021)

Por esse motivo, o candidato chegou na corrida presidencial de 2018 com um grupo sólido de apoiadores. Entretanto, foi a combinação das tensões internas do Brasil e do momento de ascensão da Quarta Onda global da Ultradireita no cenário internacional, que criaram as condições ideais para a vitória de Bolsonaro. Com seu posicionamento de *outsider*, seu discurso sintetizou de maneira singular duas ideias chave na conjuntura da época: o repertório antissistema da direita radical internacional e as demandas por “ordem” enraizadas na tradição política nacional.

Dessa forma Jair Messias Bolsonaro foi eleito o 38.º presidente do Brasil, e governou o país de 1.º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, tendo sido eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) no segundo turno das eleições de 2018 contra o candidato do PT Fernando Haddad.

Jair Bolsonaro é um político populista de direita radical; diante disso, sua campanha e governo manifestaram elementos típicos dessa orientação, além do recurso a elementos marcadores desse espectro político no Brasil, como a escolha pelo lema “Deus, pátria e família”, *slogan* que tem ressonância simbólica com o integralismo brasileiro (Almeida, 2020) e foi amplamente usado pelo ex-presidente. Durante sua trajetória política, iniciada em 1989 como vereador do Rio de Janeiro, discursos de ódio contra minorias de cunho machista, racista e homofóbico evidenciaram suas bases ideológicas, que posteriormente passaram a incluir também a instrumentalização do nacionalismo religioso.

A retórica religiosa de Bolsonaro foi marcante, tanto durante suas campanhas quanto em sua gestão. Ele foi o primeiro candidato competitivo, no período pós-redemocratização, a mobilizar abertamente o nome de Deus, fazendo um apelo direto aos cristãos e valendo-se da separação entre um “nós” - legítimo, brasileiro e cristão - e um “outro”, representado por opositores e minorias, que não são vistos como cidadãos legítimos. Esse discurso angariou forte apoio entre os evangélicos neopentecostais, apoio considerado fundamental para sua vitória em 2018. (Menezes, 2022)

Durante seu mandato como presidente, a gestão de Jair Bolsonaro foi marcada por ataques a direitos sociais que também se refletiram em medidas concretas como significativos desmontes orçamentários em políticas sociais estratégicas, com impactos particularmente graves no setor da educação, nos campos do ensino superior e na pesquisa. Como demonstram Couto e Rechi (2023), houve uma perda sensível nas metas orçamentárias para programas essenciais como as bolsas do Prouni, os financiamentos do Fies, as bolsas de pós-graduação *stricto sensu* e as bolsas de estudo no exterior. A dimensão desse desmonte torna-se evidente em duas perspectivas complementares, primeiramente nos valores absolutos, com queda de R\$ 142,7 bilhões liquidados em 2016-2019 para cerca de 90 bilhões planejados em 2020-2023; e também na participação relativa no orçamento federal, que recuou de 13,6% (2012-2015) para 11,62% (2016-2019) e, finalmente, para apenas 6,37% no PPA 2020-2023, uma redução de mais da metade em uma década. Essa retração tanto em valores nominais quanto em prioridade orçamentária, somada à agregação dos programas em rubricas genéricas, demonstra uma estratégia ativa de desestruturação sistêmica das políticas de educação superior e pesquisa no país. (Couto e Rechi, 2023).

Couto e Rechi (2023) ainda destacam que esse padrão de retração estatal também atingiu fortemente a infraestrutura urbana, especialmente nas áreas de habitação e saneamento, onde os investimentos federais foram reduzidos drasticamente, mesmo com a criação do Programa Casa Brasileira, já que a participação de outros entes federados e do setor privado não conseguiu compensar os cortes. Na mesma linha, políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e de educação profissional, altamente dependentes de financiamento federal, sofreram uma desestruturação sistemática.

A gestão da pandemia de Covid-19 pelo governo Bolsonaro foi marcada por grave irresponsabilidade sanitária, com consequências diretas na crise brasileira. O governo adotou uma abordagem clínica individual negligenciando estratégias populacionais, desestimulou ativamente o uso de máscaras, promoveu tratamentos ineficazes como a cloroquina e atrasou deliberadamente a compra de vacinas, além de desencorajar publicamente a imunização. Somou-se a isso a ausência de um comitê científico no Ministério da Saúde, a baixa testagem e a falta de medidas de isolamento adequadas. Como aponta a CUT (2022), essas ações e omissões configuraram uma abordagem política negacionista⁶ que, em consonância com outros líderes ultradireitistas, agravou significativamente a crise sanitária.

Além disso, Bolsonaro constantemente durante seu governo fez ataques a instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), questionando a lisura das urnas eletrônicas e chegando inclusive a ameaçar discursivamente a realização das eleições de 2022. O ambiente de constante deslegitimação e hostilidade dos aparatos democráticos brasileiros culminou em 8 de Janeiro de 2023, em atos golpistas.

Dias após a posse do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, capital brasileira, apoiadores de Bolsonaro invadiram a Esplanada dos Ministérios, o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, vandalizaram e depredaram patrimônio público em uma ação antidemocrática na qual clamavam pela anulação do pleito de 2022, no qual Lula derrotou a tentativa de reeleição de Bolsonaro e foi eleito o 39º Presidente da República do Brasil. Os grupos presentes pediam o cancelamento das eleições, intervenção militar, a volta do AI-5 e o *impeachment* do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Investigações posteriores realizadas pela Polícia Federal (PF), atestam a tentativa de Golpe de Estado, revelando a existência de um plano, intitulado Punhal Verde Amarelo, que tinha como finalidade o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do vice Geraldo

⁶ O negacionismo pode ser conceituado como uma negação em grande escala quando um segmento inteiro da sociedade, muitas vezes lutando com o trauma da mudança, se afasta da realidade em favor de uma mentira mais confortável. (Specter, 2009)

Alckmin; e do ministro do STF, Alexandre de Moraes. Segundo a PF, o plano foi elaborado em novembro de 2022, e contavam com equipes formadas por militares das Forças Especiais (FE), denominados “kids pretos”, que monitoravam o cotidiano e itinerários do ministro e do presidente. (Agência Brasil, 2025) Além disso, a PF também descobriu o envolvimento de vários generais, tanto no plano Punhal Verde e Amarelo, quanto na incitação das manifestações do 8 de janeiro, inflamando o clamor de bolsonaristas pela intervenção militar. (Agência Brasil, 2025)

Em decorrência desses atos antidemocráticos e diante das investigações da PF, a Procuradoria Geral da República (PGR) realizou denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra Jair Bolsonaro, ex integrantes de sua gestão e aliados, acusando-os dentre outras coisas de, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado (BBC, 2025), segundo a PGR, Bolsonaro liderou a articulação de um plano para desacreditar o sistema eleitoral e incitar medidas de exceção contra as instituições.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou, em 2025, a denúncia apresentada pela PGR contra Bolsonaro e outros oito acusados, incluindo três generais do Exército que integraram seu governo: Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Braga Netto. Dessa forma, Bolsonaro passou a ser o primeiro ex-presidente brasileiro a se tornar réu por tentativa de golpe de Estado.

Em retrospecto, seu governo (2019-2022) consolidou um projeto político baseado em discursos conservadores, confronto com instituições democráticas e gestão negacionista durante a pandemia de COVID-19. E embora tenha sido derrotado nas eleições de 2022 e posteriormente declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação (TSE, 2023), Bolsonaro mantém-se como referência central para a Ultradireita brasileira. Os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e o processo judicial por tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito demonstram a persistência e força de sua influência política, ainda que sob contestação institucional. A força desse fenômeno reside justamente nele constituir-se como a expressão brasileira de um padrão em ascensão globalmente.

A trajetória do governo Bolsonaro (2019-2022), consolidou-se a partir de uma retórica que articulou estratégias comuns a direita radical global, o uso da narrativa populista de construção de um “nós” versus “eles”, a instrumentalização da religião como ferramenta política e um discurso *antiestablishment* alimentado por medos e ressentimentos sociais. O “nós” no caso brasileiro foi definido como cidadãos cristãos, conservadores e supostos guardiões dos “valores tradicionais”, enquanto o “eles” engloba minorias, esquerdistas e as

“elites políticas corruptas”, retratadas como ameaças à identidade nacional. Essa divisão, assim como visto nos casos anteriores, serviu para justificar a exclusão política de opositores e a estigmatização de grupos vulneráveis.

A religião operou como pilar deste projeto, com o neopentecostalismo representando a fé cristã que foi transformada em marcador de identidade política. Bolsonaro mobilizou signos como “Deus, Pátria e Família” para vincular a fé cristã ao patriotismo, criando uma ideia de cidadania vinculada à religião, o que marginaliza cidadãos secularizados, LGBTQIA+ e fiéis de religiões de matriz africana. Paralelamente, o uso da narrativa *antiestablishment* que apelava para afetos ressentidos da população, alicerçou a campanha política de Bolsonaro em 2018, e perdurou durante seu governo, culminando em ataques sistemáticos a instituições democráticas, desde o STF às urnas eletrônicas. Essa narrativa ecoa estratégias da Ultradireita estrangeira, como visto no caso dos EUA, Polônia.

De forma semelhante aos casos anteriores, a Ultradireita brasileira também articulou determinadas formações ideológicas que sintetizam e reproduzem significados socialmente compartilhados por aqueles que lhe apoiam, como a exaltação de ideais patriotas, medos relacionados a decadência moral da nação, hostilidade em relação aos não pertencentes ao grupo e desconfianças sobre o pleno funcionamento das instituições democráticas no Brasil. Dessa forma, ao construir a narrativa de um país cercado por ameaças internas e externas, os grupos de Ultradireita brasileiros e Bolsonaro - que diferentemente dos demais líderes analisados não caminha lado a lado com um partido definido -, promovem um discurso securitizador em relação aos aparatos democráticos, que legitima a violência como recurso para neutralizar às alegadas ameaças.

3. REFERENCIAL TEÓRICO: ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA E SECURITIZAÇÃO.

Antes de examinar os enunciados de Bolsonaro, Trump e Duda, é necessário mapear o campo de estudos que servirá como lente para essa análise: a Análise do Discurso. O percurso proposto neste capítulo parte de definições gerais sobre o que se entende por discurso no âmbito das ciências humanas, avança para um panorama das principais escolas que constituem esse campo e, em seguida, aprofunda-se na vertente francesa fundada por Michel Pêcheux. É esta última, com seu aparato conceitual articulado entre linguística, psicanálise e marxismo, que orienta a análise desta dissertação.

Primeiramente, porém, uma breve contextualização se impõe: foi a partir da virada linguística que a linguagem e os discursos passaram a ocupar lugar central nas pesquisas em ciências humanas e sociais, tornando possível aproximações como a que este trabalho propõe com a análise do discurso e teoria da securitização. A partir dessa virada, que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, a linguagem deixou de ser encarada como meio para traduzir ou expressar o pensamento e passou a ser concebida como elemento constitutivo das próprias ideias. Nogueira (2008), afirma que esse “giro linguístico” iniciou a mudança no papel atribuído à linguagem nas Ciências Sociais.

No campo das Relações Internacionais, esse momento foi assinalado por marcos específicos, como o Terceiro Grande Debate, que teve caráter interparadigmático e representou a ruptura com a hegemonia realista. Autores como Richard Rorty, Kratochwill e Onuf, com o construtivismo, trouxeram essa discussão do campo da filosofia para dentro das RI.

Por discurso compreende-se, conforme Pêcheux, o “efeito de sentidos entre os pontos a e b” (Pêcheux, 1969, p. 82). Na visão pecheutiana, esses efeitos de sentido resultam da relação entre língua, ideologia e história, na qual o sentido de algo é construído a partir de formações discursivas e ideológicas, não sendo, portanto, dado ou fechado. Os sentidos não são fixos, consistem em reverberações discursivas dependentes de suas condições de produção, de contexto, evidenciando que o sujeito é interpelado pela ideologia e fala a partir de uma posição que ele mesmo desconhece.

O discurso, conforme entendido nesta pesquisa, trata-se portanto, de uma atividade de construção de sentidos na qual o que se diz significa em relação ao que não é dito, ao efeito que se pretende atingir, ao lugar social de onde se diz e a quem se diz, bem como em relação a outros discursos que circulam ou circularam na sociedade. Ele manifesta-se por meio de textos orais ou escritos, e sua compreensão exige que se considerem o contexto e as condições de produção em que emerge, ou seja, as circunstâncias históricas, sociais e ideológicas que envolvem os interlocutores e que determinam, em certa medida, aquilo que pode e deve ser dito.

É nesse contexto que a Análise do Discurso fornece caminhos para a investigação dos significados, constituindo-se como um modo de examinar tanto o explícito quanto o implícito nos diálogos que compõem a ação social, bem como os padrões de significação e representação que constituem a cultura (Nogueira, 2008).

Delineada a lente teórica principal, a seção se encerra com uma apresentação da Teoria da Securitização da Escola de Copenhague e com a articulação entre essa perspectiva e a

Análise do Discurso pecheutiana. A Escola de Copenhague (EC) foi responsável por estruturar o conceito de *Speech Act* ou Ato de Fala, que tira a linguagem do campo apenas constitutivo das ideias e a aloca como performativa de fato. A partir disso, a EC centraliza a linguagem como foco nos estudos de Segurança Internacional. Esse capítulo portanto estabelece as bases conceituais que permitirão, no capítulo seguinte, investigar como os discursos ultradireitistas constroem a semiótica do fim do mundo e legitimam a macrossecuritização da política institucional.

3.1. A Análise do Discurso

O campo de estudos da Análise do Discurso (AD) surgiu na década de 1960 com Michel Pêcheux, que estruturou a área a partir de uma base teórica diversa, incorporando contribuições de autores como Marx, Saussure e Lacan. Essa origem interdisciplinar faz da AD um campo que transita entre diversas áreas do conhecimento, fundamentando-se principalmente na linguística, na psicanálise e na teoria marxista. A análise pecheutiana, também chamada de francesa⁷, parte de alguns pressupostos como o de que: a linguagem humana é considerada simbólica, o que possibilita múltiplas interpretações e sentidos para um mesmo código; a concepção da linguagem como onipresente nos diversos âmbitos da existência humana; e o entendimento da linguagem como detentora de um caráter materialista, ou seja, como determinada pelas condições materiais de existência e pelas relações de produção que moldam a consciência e os discursos. A materialidade do discurso reside em sua inscrição na história e na ideologia, uma vez que ele é o lugar onde a ideologia se manifesta concretamente. A partir disso, a AD francesa explora quatro conceitos fundamentais e inter-relacionados: a língua, a ideologia, o discurso e a subjetividade. Não há hierarquia entre eles, pois são compreendidos como partes de um processo contínuo de interação. Para essa perspectiva, não há língua sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, o que leva à compreensão de que a linguagem não existe dissociada da ideologia (Freire, 2021).

Apesar da institucionalização da Análise do Discurso como campo de pesquisa no interior da Linguística ter se consolidado com os trabalhos de Pêcheux na França dos anos 1960, é preciso considerar que outros autores e teorias já haviam inspirado reflexões sobre discurso antes mesmo desse período. Nomes como Michel Foucault, Mikhail Bakhtin,

⁷ O Brasil também desenvolveu uma tradição robusta em Análise do Discurso de matriz pecheutiana. A partir dos trabalhos seminiais de Eni Orlandi, que fundou uma linha de pesquisa materialista ancorada nos conceitos de ideologia, sujeito e formação discursiva, a AD brasileira assumiu contornos próprios e se desdobrou em diferentes contextos acadêmicos e grupos de pesquisa. Desse processo, destacam-se como principais expoentes, além de Orlandi, autores como Eduardo Guimarães e Sírio Possenti (Ruiz, 2021).

Jacqueline Authier e Denise Maldidier, cada qual em sua tradição e com seus próprios objetos, contribuíram para os desdobramentos posteriores da disciplina. Essa pluralidade de influências ajuda a explicar por que, sob a mesma denominação, coexistem até hoje diferentes tradições de Análise do Discurso (Ruiz, 2021).

Sob o mesmo nome de AD, portanto, coexistem múltiplas tradições teórico-metodológicas com “características e procedimentos também diferentes” (Iñiguez, 2004). Cada uma delas se distingue em dimensões como orientação face à linguagem, definição dos termos, natureza e papel da teoria, natureza das questões de pesquisa, tipo de dados utilizados, tratamento do contexto, compilação dos dados, amostra, transcrição, categorização, níveis de análise e proclamação dos resultados (Nogueira, 2008). Apesar dessas diferenças, todas buscam, em alguma medida, compreender e problematizar os fenômenos sociais. Para analisar os discursos securitizantes de líderes como Bolsonaro, Trump e Duda, que se articulam em uma rede de ideologia, afeto e construção de ameaça, a vertente francesa emerge com maior pertinência. Diferentemente da abordagem de Bakhtin, centrada no diálogo e na polifonia, e também de Foucault, que para Pêcheux não considera a luta de classes e a determinação da ideologia, a Análise do Discurso de linha pecheutiana privilegia o conflito, a ruptura e os mecanismos de esquecimento pelos quais o poder político naturaliza ideologias. Essa perspectiva permite revelar as formações ideológicas que sustentam o discurso de ódio e a construção do inimigo nos processos de securitização, aspectos que outras vertentes tratam de forma menos política.

Para fundamentar tal escolha, a presente pesquisa buscará traçar um breve panorama do campo teórico em que ela se situa. Assim, serão apresentadas a seguir, de forma concisa, algumas das principais correntes da Análise do Discurso, partindo da compreensão de que três vertentes se destacam, marcadas respectivamente pela influência de Foucault, Bakhtin e Pêcheux.

3.1.1 Análise Crítica do Discurso

Diante disso, apresenta-se a Análise Crítica do Discurso (ACD), uma vertente influenciada pelo pensamento de Michel Foucault, que se desenvolveu a partir dos trabalhos de autores como Ian Parker (1992, 1994, 1998), Norman Fairclough (1989, 1992), Carla Willig (1999, 2003) e Rose (1990). Embora esses autores compartilhem a base crítica em Foucault, suas contribuições apresentam distinções metodológicas, Fairclough por exemplo concentra-se na análise textual e na hegemonia gramsciana, enquanto Parker privilegia a

subjetividade em uma perspectiva psicanalítica e marxista. O presente trabalho não se debruça sobre estas distinções, interessando-nos aqui apenas uma visão geral da ACD.

A preocupação central desta vertente reside no papel da linguagem na constituição da vida social e psicológica. A partir de uma perspectiva foucaultiana, entende-se que os discursos atuam como sistemas que simultaneamente possibilitam e restringem o que pode ser dito, por quais sujeitos, em que momentos e contextos (Nogueira, 2008). No entanto, cabe apontar que a ACD, especialmente a de Fairclough e Wodak, introduz um elemento de normatividade ausente em Foucault. A Análise Crítica do Discurso tem como objetivo denunciar a opressão para promover mudança social, o que a liga mais à Escola de Frankfurt do que a Foucault puramente. Nesse sentido, vale portanto indicar que a ACD transborda Foucault ao assumir um compromisso ético-político explícito de denúncia das assimetrias de poder, aproximando-se da Teoria Crítica.

Nesse quadro, o discurso é definido como um conjunto de afirmações que constrói objetos e uma gama de posições de sujeito, disponibilizando modos específicos de ver o mundo e nele atuar, com implicações diretas para a subjetividade e a experiência (Parker, 2015). Ou seja, o discurso refere-se a sistemas estruturados de termos, figuras e metáforas que organizam os sistemas simbólicos partilhados, sendo fundamentais para a produção de sentido entre os indivíduos (Burman & Parker, 1993; Parker, 1998).

Segundo Nogueira (2008) as preocupações da ACD se debruçam sobre questões de identidade, *self*, mudança social e pessoal, e, de modo destacado, as relações de poder. A abordagem investiga como os discursos estão implicados em processos sociais mais amplos de legitimação e dominação. Discursos dominantes tendem a privilegiar versões da realidade que consolidam estruturas de poder existentes, podendo se naturalizar a ponto de se tornarem “senso comum”. Contudo, a própria natureza da linguagem abre espaço para construções alternativas, possibilitando o surgimento de contra-discursos e formas de resistência (Llombart, 1995). A ACD também incorpora uma perspectiva histórica, examinando a transformação dos discursos ao longo do tempo e sua moldagem por subjetividades historicamente situadas (Rose, 1990), além de atentar para a relação intrínseca entre discursos e práticas institucionais, que mutuamente se apoiam e validam.

A análise nesta tradição é, portanto, essencialmente de macro-discurso. Seu foco não recai predominantemente no enunciado individual em contexto específico, mas na natureza coletiva do discurso, investigando como ele mobiliza recursos sociais e culturais partilhados (Parker, 1992). A questão central torna-se identificar, para um dado tópico, quais discursos estão disponíveis, como se estruturam e a que servem. Por estar fundamentalmente

interessada nas dinâmicas de poder, a ACD direciona seu olhar analítico para formas de desigualdade social, como as baseadas em gênero, raça, etnicidade ou condição de saúde e assume um compromisso de transformar tanto a pesquisa quanto às práticas sociais. Sua ênfase recai sobre as ações que se concretizam discursivamente, como “o abuso do poder, o controle social, a dominação, as desigualdades sociais ou a marginalização e exclusão sociais” (Iñiguez, 2004, p. 118).

3.1.2 Análise Dialógica do Discurso

A segunda vertente a ser considerada neste panorama é a Análise Dialógica do Discurso, que tem como fundamento as teorias formuladas dentro do Círculo de Bakhtin. Esta abordagem, de matriz marxista e materialista, formula uma concepção dialógica da linguagem, inserindo a dimensão social no seu estudo. Ela constrói ainda uma crítica às noções do subjetivismo idealista - que encaram a língua como um ato individual e puro -, e também o objetivismo abstrato da linguística estrutural saussuriana - que tratava a linguagem como sistema imutável, dissociado das relações sociais e do sujeito - (Freire, 2021). Para o Círculo, a língua é viva, dinâmica, polifônica e constituída na disputa de sentidos. A palavra é entendida como um signo ideológico, uma unidade material de sentido que encarna as contradições sociais (Voloshinov, 1979). A ideologia, neste quadro, opera tanto em sistemas constituídos e estáveis (como a arte ou a ciência) quanto no fluxo do cotidiano, sendo a relação entre ambas de caráter dialético e mediada pelos signos verbais. O conceito central desta vertente é o Dialogismo, que postula que todo discurso se constrói em resposta e antecipação a outros discursos, sendo a relação entre sujeitos um princípio constitutivo da linguagem (Brandão, 2003). A Análise Dialógica do Discurso, portanto, parte desses pressupostos para tratar os enunciados como práticas ideologicamente situadas e constitutivas da realidade social. O princípio dialógico ressoa inclusive na dinâmica das relações internacionais, o dialogismo bakhtiniano oferece a base teórica para o que autores como Neumann (1999) desenvolvem ao tratar da construção da identidade do “Eu” e do “Outro” na política mundial. Nesse sentido, a política externa e os discursos de segurança operam como diálogos constantes com uma alteridade constitutiva, seja ela o inimigo que se combate ou o aliado com quem se alinha. A identidade política, portanto, é entendida como algo que não se define em si mesma e sim na relação permanente com aquilo que se constitui como seu exterior.

3.1.3 Análise do Discurso Pecheutiana

A partir do exposto sobre a vertente dialógica, passa-se à exposição do referencial que orienta a presente análise: a Análise do Discurso de linha francesa. Embora compartilhe com a ADD do círculo de Bakhtin uma base marxista e com a Análise do Discurso Anglo-saxã as reflexões de Foucault sobre poder e discurso, sua fundamentação teórica se distingue pela integração com a linguística estruturalista de Saussure e com a psicanálise lacaniana. Ademais, o materialismo que orienta esta vertente, opera a partir do marxismo, mas se constrói também através da releitura de conceitos como o de ideologia realizada por Althusser (1974). É justamente nesse conceito, entendido como uma das instâncias fundamentais da AD francesa ao lado da língua, do sujeito e do discurso, que terá início aqui a exposição do quadro teórico dessa vertente

Ideologia

Em Marx (1845), a ideologia é compreendida como um instrumento da burguesia na luta de classes, cuja função é ocultar a existência desse conflito e produzir uma versão ilusória e invertida da realidade. Althusser (1974), partindo dessa base, reelabora o conceito ao postular a ideologia como um elemento constitutivo de toda a sociedade, de modo que todas as suas instâncias são perpassadas por ela. Para o autor, como toda formação social requer reprodução, a ideologia atua como um aparelho para essa manutenção. Nesse quadro, o Estado é entendido como garantidor da ordem burguesa, operando por meio de dois tipos de aparelhos: os repressivos, que mantêm a ordem mediante a força, e os ideológicos (como a religião, a escola, a família e a política), que atuam mediando a relação entre o imaginário dos indivíduos e suas condições materiais de existência. Dessa forma, para Althusser, toda prática social é, em última instância, ideológica. Pêcheux, dialogando com essa perspectiva, também entende a ideologia como resultado de processos históricos e sociais, conforme Marx, mas avança ao afirmar que ela não é exclusiva de uma classe. Na Análise do Discurso francesa, a ideologia é o que constitui a subjetividade dos sujeitos por meio do processo de interpelação realizado pela linguagem. Assim, não há sujeito fora da ideologia. Pêcheux postula, por fim, que a relação intrínseca entre língua, ideologia e história é o fundamento dos discursos, os quais, por sua vez, funcionam como a execução das práticas ideológicas pela linguagem e dessa forma atuam na reprodução das relações de poder (Freire, 2021).

Se a ideologia, na concepção pecheutiana, constitui a subjetividade pela via da linguagem, torna-se necessário examinar a natureza do sujeito que é por ela interpelado. Essa

investigação exige um afastamento da noção cartesiana de um sujeito centrado e autônomo, rumo a uma concepção radicalmente distinta. Conforme Ferreira (2005), acessar a “morada do sujeito” na Análise do Discurso exige atravessar a “porta da linguagem”, uma vez que o sujeito é entendido não como uma essência prévia, mas como uma construção e um efeito desse campo, a partir disso portanto, a AD pecheutiana entende o sujeito como construído. A psicanálise lacaniana fornece o fundamento para essa compreensão, conforme abordado a seguir.

Sujeito

Pêcheux, ao rejeitar a insuficiência do pensamento cartesiano para explicar as determinações histórico-sociais, incorpora ao campo discursivo a concepção psicanalítica lacaniana de sujeito do inconsciente (Ferreira, 2005). Esse trata-se de um sujeito clivado e descentrado cuja posição é definida por uma falta constitutiva. A tese lacaniana de que “o inconsciente está estruturado em linguagem” indica que a linguagem precede e constitui o sujeito, inscrevendo-o em uma estrutura cujo motor é um furo fundante (Ferreira, 2005). Essa falta, nomeada por Lacan como **objeto a** - a causa perdida do desejo -, é um operador central que encontra paralelo na teoria do discurso.

Na Análise do Discurso, essa falta fundamental articula-se com a instância ideológica. A figura lacaniana do nó borromeano, que simboliza uma aliança indissolúvel entre três anéis, representa o sujeito situado no entrelaçamento dos três registros que constituem a experiência humana: o Real, o Simbólico e o Imaginário. Nessa articulação, a ideologia atua capturando o registro do Imaginário para dar sentido ao Simbólico (a linguagem), buscando mascarar o Real – aquilo que escapa à simbolização e marca a falta constitutiva. Conforme Ferreira (2005), é nesse entrelaçamento que se inscrevem marcas de incompletude como por exemplo o equívoco, a contradição e o inconsciente. Essa falta compartilhada constitui o lugar de possibilidade tanto para o sujeito desejante quanto para o sujeito interpelado ideologicamente. Sem essa abertura constitutiva, o sentido não poderia deslizar, e o discurso seria um sistema fechado e homogêneo.

O sujeito da interpelação é, portanto, um sujeito em dupla determinação. Ele é simultaneamente assujeitado pela ideologia, por meio da interpelação discursiva, e um sujeito do inconsciente, desejante, cuja própria estrutura é marcada pela falta. Sua condição é essencialmente intervalar: o sujeito é definido como “aquilo que um significante representa para outro significante” (Lacan, 2024), ocupando um lugar entre os significantes. Pêcheux sustentou que, apesar de suas especificidades, a ordem do inconsciente e a ordem ideológica

mantêm uma relação de constituição mútua, paradoxalmente interligadas, sendo a linguagem o meio material que permite essa articulação (Ferreira, 2005).

Dessa articulação decorre o que Pêcheux denominou esquecimento. O sujeito não se percebe como ideológico porque o processo de interpelação que o constitui opera no campo do inconsciente. Ele esquece que é determinado pela ideologia e que não é a fonte originária de seu próprio discurso. Esse esquecimento é estruturante: é o que faz com que o sujeito acredite ser dono de si e de suas palavras, quando na verdade ocupa uma posição já definida por formações discursivas que o precedem (Freire, 2021).

Dessa forma, consolida-se a aliança teórica de Pêcheux: o sujeito da Análise do Discurso é o sujeito da psicanálise, que não é dono de si, é interpelado pela ideologia e desejante pelo inconsciente (Freire, 2021). A Linguagem opera tanto como base material quanto como forma dessa relação (Ferreira, 2005). Conclui-se que não há sujeito fora da linguagem ou fora da ideologia, e que ambos os processos se instauram sobre um sujeito já previamente clivado e em falta, conforme teorizado pela psicanálise.

Discurso: Interdiscurso e Intradiscurso

A constituição do sujeito e a operação da ideologia por meio da linguagem, conforme exposto, encontram sua unidade de análise material no conceito de formação discursiva (FD). Em sua origem foucaultiana, uma FD descreve um sistema de dispersão e regularidade entre enunciados (Foucault, 2012, p. 47). Pêcheux absorve e reelabora essa noção a partir do materialismo dialético, relacionando-a diretamente às formações ideológicas. Estas últimas são entendidas como o conjunto complexo de atitudes e representações vinculadas a posições de classe em conflito dentro de uma formação social (Haroche et al, 1971). Desse modo, “os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja” (Orlandi, 2012, p. 43).

A partir disso é possível compreender que uma formação discursiva é a expressão linguística de uma formação ideológica (Pêcheux, 1995). Ela estabelece o que pode e deve ser dito a partir de uma determinada posição social em um contexto histórico específico. Isso significa que uma mesma palavra ou expressão pode assumir sentidos diferentes conforme a FD em que é utilizada. O sentido não está fixo nas palavras, mas se constrói a partir das relações que elas estabelecem com outras palavras dentro de uma mesma FD (Pêcheux, 1995).

A noção de FD é central para a Análise do Discurso, pois permite identificar regularidades na produção de sentidos e conectar essas regularidades à instância ideológica

(Orlandi, 2012). No entanto, para compreender plenamente o funcionamento de uma FD, é necessário considerar o interdiscurso. O interdiscurso é definido como o conjunto complexo de todas as formações discursivas em uma sociedade, Freire (2021) o descreve como um sentido partilhado que circula pela sociedade. O interdiscurso é o lugar do “já-dito”, onde os sentidos já circulam antes de qualquer fala individual. É por meio do interdiscurso que a ideologia opera, interpelando os indivíduos e moldando seu discurso (Pêcheux, 1995). O interdiscurso se manifesta no intradiscurso, que é a sequência linear de palavras efetivamente proferida por um sujeito. O intradiscurso é atravessado pelo interdiscurso principalmente de duas formas. A primeira é através do discurso-transverso, uma articulação de sustentação que funciona de modo semelhante a uma metonímia. A segunda é através do pré-construído, que são elementos do saber social que aparecem no discurso como se fossem evidências naturais. Dessa forma, o intradiscurso - o fio do discurso de um sujeito - é, na verdade, um efeito do interdiscurso (Pêcheux, 1995).

Em síntese, as formações discursivas são como regiões específicas dentro do campo do interdiscurso. O interdiscurso, como conjunto dos “já-ditos”, é que disponibiliza os sentidos que vão formar uma FD (Orlandi, 2012). Uma FD nunca é isolada, mas sempre dependente das relações complexas que mantém com outras FD's no interior do interdiscurso (Courtine, 2009, apud Siqueira, 2024). O processo discursivo se constitui, então, na relação entre o intradiscurso (a fala material) e o interdiscurso (a memória discursiva social) (Caregnato; Mutti, 2006, apud Siqueira, 2024).

Segundo Freire (2021), é nessa relação entre o já-dito e o fio do discurso que emerge a possibilidade de resistência do sujeito frente à interpelação ideológica. Após o sujeito ser interpelado pela ideologia sem dela se dar conta, ele não se limita a reproduzi-la passivamente. Nesse ponto entra o conceito de resistência, que opera por meio de falhas. A falha é um processo inconsciente e constitutivo da língua. É na falha que o sujeito resiste a tudo aquilo que vem de fora para dentro - entendido por Lacan (1985) como o **Outro** - e que busca controlá-lo. Assim, ainda que o sujeito seja construído e esteja rodeado pela ideologia, ele resiste por meio dessas falhas na língua, que são o que o move. Essas falhas não decorrem de um ato voluntário de resistência; são uma propriedade estrutural do discurso. Por esse motivo, os discursos são heterogêneos e não existe discurso puro.

Todo discurso é um conjunto de outros discursos e é atravessado por contradições. Essas contradições podem ser compreendidas a partir das condições de produção do discurso, que se dividem em condições estritas, relativas às informações práticas de quando e onde o discurso foi proferido, e condições sócio-históricas, que dizem respeito ao contexto social,

histórico e político no qual aquele discurso está inserido (Freire, 2021). É por essa articulação da linguagem, ideologia e história que a Análise do Discurso pecheutiana foi compreendida como a mais adequada a esta pesquisa. O arcabouço teórico - baseado no materialismo histórico, no conceito althusseriano de ideologia e na concepção lacaniana de sujeito - permite o entendimento de como os discursos são práticas que constituem sujeitos. As noções de interdiscurso, formação ideológica e formação discursiva são fundamentais para a análise de como as narrativas de Duda, Bolsonaro e Trump constroem uma “semiótica do fim do mundo”, mobilizam formações ideológicas específicas, sensibilizam enunciatários e impulsionam processos de securitização da política institucional.

No entanto, para compreender o impacto específico desses discursos no campo da política e da segurança, é necessário um quadro teórico complementar. No presente trabalho a Teoria da Securitização, desenvolvida pela Escola de Copenhague, fornece esse instrumental. Ela permite analisar como os discursos da ultradireita operam para construir determinados grupos ou ideias como ameaças existenciais, legitimando medidas excepcionais que se colocam fora das normas democráticas liberais.

É por meio da articulação de formações discursivas, comuns a esses atores, que esses grupos produzem uma semiótica do fim do mundo, isto é, um regime de sentidos que conecta signos diversos - como família, nação, soberania, propriedade e tradição - sob a ideia reducionista de ameaça de colapso iminente. Esses grupos constroem um imaginário distópico que, por sua vez, legitima a macrossecuritização da política institucional.

3.2 Teoria da Securitização

Na década de 1980, no contexto da Guerra Fria, surgiu no campo da segurança internacional europeia, a Escola de Copenhague (EC). Essa corrente emergiu encabeçada por Barry Buzan e Ole Wæver, a partir da compreensão da limitação dos estudos de segurança que estavam sendo desenvolvidos pelos Estados Unidos na época, que eram majoritariamente fundamentados na teoria realista das Relações Internacionais. Além disso, a necessidade de formulação de uma política de segurança genuinamente europeia e a demanda por um compreensão mais ampla de segurança, também impulsionaram os teóricos dessa escola. (Tanno, 2003). Atualmente a Escola é composta por pensadores pertencentes ao *Copenhagen Peace Research Institute* (Copri), e é responsável pela inclusão de diversos novos temas à agenda da segurança e das relações internacionais (Nobre, 2013).

No cenário do final da Guerra Fria, surgiram reflexões acerca da estreita ligação do conceito de segurança em vigência com as premissas realistas, o que suscitou debates que consolidaram novas vertentes teóricas nos estudos de segurança internacional, a saber, a tradicionalista, abrangente e a crítica. Dentre elas, destaca-se aqui a vertente abrangente de segurança, que serve de fundamento e é explorada na presente pesquisa.

Segundo Buzan (1991) a vertente abrangente sustenta que os estudos de segurança devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e societal. As concepções advindas da Escola de Copenhague, portanto, enquadram-se na vertente abrangente, e dentre os teóricos dessa Escola, Ole Waever destaca-se por propor uma análise de viés construtivista para o campo da segurança.

Waever oferece a perspectiva de que “questões de segurança são construídas pelas práticas sociais”. E que os processos de construção dessas questões ocorrem, principalmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança (Tanno, 2003). Baseando-se nessa ideia, Waever em 1995 postula o termo “Securitização”.

Ao conceber “Segurança” como uma prática autorreferencial, na qual algo se torna uma ameaça não pela sua existência em si, mas porque é apresentado como tal, Waever introduz o termo “securitização” como uma “versão mais extrema da politização” (Buzan, Wæver e De Wilde, 1998)

O conceito portanto foi definido como “apresentar um objeto ao público como uma ameaça existencial, verificando a aceitação de que essa ameaça seja tratada por meio de medidas excepcionais e de urgência, suspendendo procedimentos e regras comuns pelas quais as ações seriam vinculadas” (Buzan et al., 1998, p. 2526). Nesse sentido, Marra (2023) explica que, para a EC, o processo de politização extrema de determinado tema acontece através dos chamados “atos de fala”. Para que um ato de fala funcione, o ator securizante precisa ter alguma autoridade e o objeto de referência deve ter um apelo legítimo à sobrevivência. A noção de ato de fala, proveniente dos trabalhos de J.L. Austin e John Searle, ainda faz uma distinção entre o aspecto locucionário (o que é dito) e o aspecto ilocucionário (o que se faz ao dizer). A securitização é entendida como um ato ilocucionário: ao declarar que algo constitui uma ameaça, o agente está performando um ato que visa transformar a realidade, não apenas descrevê-la. Dessa forma, a comunicação opera como mecanismo central do processo e uma das principais vias de circulação de ideias, uma vez que se torna responsável por produzir a urgência em torno de determinada ação. A partir disso, é possível afirmar que a principal base do processo de securitização constitui-se na linguagem, justamente por sua constituição pelos

atos de fala, o que conecta essa abordagem à compreensão pecheutiana da linguagem como materialidade. Sobre isso Waever, 1995 comenta:

Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar "segurança" como um ato de fala. Neste uso, a segurança não interessa como um sinal que remete para algo mais real; o ato é a própria enunciação. Ao dizê-lo, algo é feito (como apostar, fazer uma promessa, dar nome a um navio). Ao dizer "segurança", um representante do Estado desloca um determinado tema para essa área específica, reivindicando assim um direito especial de utilizar todos os meios necessários para o bloquear. (Waever, 1995, p. 55)

Sobre a análise dos processos de securitização, Buzan, Wæver e De Wilde (1998) afirmam que a tarefa do analista não é avaliar ameaças objetivas, mas sim compreender os processos de construção de um entendimento compartilhado do que deve ser considerado e coletivamente respondido como ameaça. Para alcançar essa compreensão é necessário antes o entendimento dos atores e objetos envolvidos no processo. A dinâmica precisa de um **ator securitizante**, que, segundo Nobre (2013), pode ser governo, elite política, militar, sociedade civil ou grupo de interesse, que articule determinado tema como uma ameaça existencial a um **objeto de referência**. Esses temas segundo Emmers (2010) situam-se nos campos do “não politizado”, quando a questão ainda não está inserida no debate público e o Estado não lida com ela, “politizado” quando o tema é trabalhado no processo político padrão, faz parte de políticas públicas requerendo decisões governamentais ou alocação de recursos e outras ações do governo, e “securitizado” quando um tema já foi estruturado como uma questão de segurança por um “ato de securitização”, quando um ator securitizante articula um tema já politizado em ameaça existencial a um referencial.

Nobre (2013) pontua que, embora variem, os objetos de referência são coisas que podem ser existencialmente ameaçadas e tem um clamor legítimo à sobrevivência, entretanto, de acordo com as categorias de segurança identificadas pela EC, a saber: a militar, ambiental, econômica, societal e política, esses objetos costuma ser ou ter ligação com o Estado (segurança militar); a soberania nacional, ou uma ideologia (segurança política); a economia nacional (segurança econômica); identidades coletivas (segurança societal); espécies ou habitats (segurança ambiental). A partir da identificação do ator securitizante e do objeto de referência, Nobre (2013) explica como o processo ocorre:

O processo de securitização acontece da seguinte maneira. Um ator securitizante (i.e. governo, elite política, militar, sociedade civil) articula um tema já politizado como uma ameaça existencial a um objeto de referência (Estado, grupos, soberania nacional, ideologia e economia). Em resposta a ameaça, o ator define que são necessárias medidas extraordinárias que se sobrepõem às normas ordinárias do

domínio político. “A securitização é o movimento que leva os políticos além do das regras do jogo estabelecido e estrutura o tema tanto como um tipo especial de política ou sobre a política. Assim, a securitização pode ser vista como uma versão mais extrema da politização.” (BUZAN, WÆVER & DE WILDE, 1998: 23. Apud EMMERS, 2007, p. 111).

Nobre (2013) ainda destaca que a dinâmica da securitização é baseada em dois estágios, primeiramente quando certos temas, pessoas ou entidades passam a ser retratados como ameaças existenciais ao objeto de referência, movimento que costuma acontecer por meio de mecanismos que convençam certas ‘audiências’ de tal ameaça, sendo estes foros de discussão, mídia ou espaços públicos. O autor denomina esse estágio como ‘âmbito formal ou abstrato’ ou “âmbito do discurso”. O segundo momento da securitização, para Nobre (2013), ocorre quando as respostas à ameaça começam a ser executadas. Ainda segundo o autor, o assunto entra no que Buzan chama de “*emergency mode*”, saindo dos processos normais de barganha da esfera política e demandando ação emergencial ou medidas especiais. Por tratar de projetos e políticas efetivamente realizadas, para além da esfera discursiva, este estágio foi denominado de “âmbito concreto ou prático” da securitização. Cabe ressaltar ainda que a securitização só é considerada completa se a audiência aceitar o argumento. Se o líder fala e a audiência não acredita ou as instituições barram, há, para Buzan e Wæver, apenas um “movimento securitizante”, não uma “securitização” completa.

A compreensão desse processo, no entanto, varia conforme a lente teórica adotada. Outras escolas de pensamento também propuseram abordagens próprias para a securitização, como a Escola de Paris e a Escola Galesa, cada qual com ênfases particulares sobre o papel da linguagem, das instituições e das relações de poder na construção de ameaças. O próximo tópico abordará brevemente as proposições dessas escolas, sem a pretensão de aprofundá-las, visto que o foco desta pesquisa recai sobre a Escola de Copenhague. A menção a essas outras abordagens justifica-se apenas pela intenção de oferecer uma visão mais panorâmica dos estudos sobre securitização.

3.2.1 Paris e Gales; Outras Perspectivas sobre Segurança

Enquanto a Escola de Copenhague é associada ao construtivismo por propor que as ameaças à segurança não são inerentes a eventos ou condições, mas sim percebidas e definidas a partir das interações sociais e práticas discursivas (Balzacq, 2011), a Escola de Paris (EP), conhecida como *International Political Sociology* (IPS), relaciona-se ao pós-estruturalismo ao focar no poder da linguagem na criação de ameaças. Para a EP, a

linguagem além de descrever a realidade, também a constitui, moldando percepções e moldando respostas políticas (Accioly Filho, 2025). Essa perspectiva propõe uma análise ancorada na concepção sociológica, voltada à compreensão empírica das dinâmicas da segurança e da política de segurança (Accioly Filho, 2025).

Diferentemente da EC, que privilegia o discurso político dos representantes do poder, a Escola de Paris centra-se no Estado e nas instituições provedoras de segurança - como gabinetes de governo, forças militares e demais órgãos governamentais - como atores fundamentais no processo de securitização. Para a EP, são esses profissionais da segurança e suas práticas institucionais que definem as questões a serem securitizadas e emanam essa definição para a sociedade, sendo a prática institucional mais relevante do que o discurso político (Almeida, 2025). Nessa lente, a securitização opera como um movimento contínuo e sem retorno: uma vez que um tema é incorporado à agenda de segurança, instaura-se um novo estado de coisas do qual não se pode retroceder (Bigo, 2013). Desse modo, a EP adota uma visão distinta da EC quanto ao caráter excepcional da securitização: para a escola parisiense, o processo é pragmático e estratégico, sendo a repetição constante das práticas securitizantes que ocasiona a naturalização e a institucionalização de determinadas questões como pautas de segurança, e não o seu caráter excepcional. Por sua vez, a audiência assume uma posição ativa na interação com os agentes securitizadores, e a mobilização de diferentes discursos de segurança permite que ambas as partes participem da construção de percepções compartilhadas de segurança (Accioly Filho, 2025).

A Escola Galesa, associada à Universidade de *Aberystwyth* é conhecida como escola dos estudos críticos de segurança (*Critical Security Studies* - CSS), é centrada no indivíduo, tem base gramsciana e vincula-se à filosofia social crítica da Escola de Frankfurt. Segundo (Almeida, 2025), essa perspectiva propõe um alargamento dos temas de segurança ainda maior do que o proposto nas Escolas de Paris e Copenhague, que embora já façam parte do movimento de ampliação do conceito de segurança ao aceitarem questões além das tradicionalmente associadas, debruçam-se sobre questões de segurança voltadas ao nível coletivo, enquanto o pensamento de *Aberystwyth* incorpora um aspecto novo: a centralidade do indivíduo combinada com a dialética materialista (Almeida, 2025).

A Escola Galesa denuncia o estatocentrismo dos Estudos Tradicionais de Segurança, entendendo que o Estado pode assumir papel de causa principal da insegurança humana. Por essa razão, enxerga a emancipação como único mecanismo mitigador das reais condições de insegurança sofridas por pessoas e coletividades (Booth, 1991). Essa corrente tem como objetivo compreender situações sociais de desigualdade, opressão e injustiça não apenas para

produzir análises, mas também para identificar possibilidades concretas de superação dos problemas. Para a Escola Galesa o diagnóstico realizado mediante suas análises deve apontar tanto para as patologias quanto para os potenciais práticos de transformação (Gomes, 2017).

Ainda que as escolas de Paris e Galesa ofereçam contribuições relevantes ao campo, o arcabouço que orienta esta pesquisa é, como já exposto, o da Escola de Copenhague, particularmente porque seus conceitos se voltam à análise da linguagem e dos discursos como elementos centrais na construção de ameaças. É a partir dessa perspectiva que se examinará, no próximo tópico, a macrossecuritização.

3.2.2 A Macrossecuritização

Em 2009, Buzan e Wæver ampliaram o escopo da teoria da EC ao formularem o conceito de macrossecuritização. Partindo de uma perspectiva sistêmica, os autores identificam padrões de securitização que transcendem o âmbito nacional. Conforme Villa (2014), a macrossecuritização preserva a lógica fundamental do apelo a ameaças existenciais para justificar medidas extraordinárias, mas opera em escala ampliada, alterando o objeto e o alcance da referência securitizada. É nesse sentido que o conceito de macrossecuritização se mostra adequado ao que se pretende examinar na presente pesquisa.

Os discursos de Bolsonaro, Trump e Duda não operam como ameaças isoladas, para além disso eles articulam diferentes objetos securitizados - minorias, imigrantes, instituições, valores, soberania - em uma narrativa de crise sistêmica que coloca em xeque os processos políticos institucionais. É essa dinâmica ampliada de construção discursiva de ameaças que caracteriza a macrossecuritização neste trabalho. Tendo como atores securitizantes os líderes ultradireitistas do Brasil, Estados Unidos e Polônia, e como objetos de referência tidos como ameaçados as identidades nacionais, ideológicas, religiosas e determinados estilos de vida.

A Teoria da Securitização mostra que nomear algo como ameaça é um ato político que produz efeitos concretos. Como a linguagem é central nesse processo, a Análise do Discurso é a ferramenta escolhida para examinar os pronunciamentos de Jair Bolsonaro, Donald Trump e Andrzej Duda, pois oferece um caminho para observar como esses discursos se formam, de onde vêm os sentidos que mobilizam e como eles se naturalizam. Esses líderes, além de descrever ameaças, proferem discursos que performatizam um imaginário distópico que, ao mobilizar questões ideológicas como nação, família e tradição sob o signo unificador do colapso iminente, legitimam um movimento macrossecurizante. O sucesso dessa operação discursiva se dá pelo fato de que, ao proferirem esses discursos, esses líderes acessam

interdiscursos religiosos, de crise e nostalgia que já habitam a memória da audiência, reativando-os através de formações discursivas específicas em vez de criá-los do zero. Diante disso, a próxima etapa desta pesquisa é analisar empiricamente como essa engrenagem discursiva funciona. A seguir serão examinados, nos pronunciamentos de Bolsonaro, Trump e Duda, as marcas discursivas que constroem a semiótica do fim do mundo, buscando entender como ela legitima a macrosecuritização da política institucional.

4. A SEMIÓTICA DO FIM DO MUNDO EM ANÁLISE: OS DISCURSOS DE BOLSONARO, TRUMP E DUDA.

Este capítulo examina os discursos de Jair Messias Bolsonaro, Donald John Trump e Andrzej Sebastian Duda. O critério de seleção dos discursos respeitou a delimitação temporal proposta na pesquisa (2015-2025) e foi orientado por uma lógica que prioriza a temática, e não a cronologia ou comparação entre países ou diferentes mandatos. A intenção é apontar a constância e a repetição dos temas apresentados, demonstrando como tornam-se narrativas consolidadas. Dessa forma, nem todo período, seja de candidatura, seja de governo, está representado por um discurso específico na amostra. Os discursos foram coletados de portais governamentais *online* oficiais dos países e de instituições como a UE, bem como de veículos de imprensa nacionais e internacionais, e ainda de repositórios digitais de acesso público, como o *American Presidency Project*, da Universidade da Califórnia.

A definição do corpus seguiu uma lógica qualitativa, orientada pela relevância temática dos discursos selecionados, por sua centralidade em momentos de campanha e de governo e por sua pertinência para a comparação entre os casos. Buscou-se reunir pronunciamentos em que os líderes explicitassem temas centrais à pesquisa, como religião, crises, inimigos políticos e instituições. Além disso, a seleção observou um critério de saturação qualitativa, uma vez que, após sucessivas leituras, verificou-se a recorrência dos mesmos núcleos temáticos e estratégias retóricas, sem acréscimo significativo de novas dimensões analíticas. Desse modo, a amostra não pretende oferecer proporcionalidade quantitativa estrita, mas assegurar amostragem analítica suficiente para identificar regularidades discursivas entre contextos nacionais distintos.

Os excertos foram analisados com base em quatro categorias analíticas de caráter híbrido, apresentadas no primeiro capítulo e refinadas a partir da interlocução entre o referencial teórico e o material empírico: (I) uso do populismo como ferramenta para difusão de suas pautas; (II) utilização da religião e de elementos religiosos; (III) adoção de uma

posição *antiestablishment* e hostil a instituições democráticas; e (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise. Embora se apoiem em uma moldura conceitual previamente definida no primeiro capítulo, a operacionalização das categorias decorreu também da leitura atenta do corpus, que permitiu ajustar os recortes analíticos às recorrências discursivas efetivamente observadas

Quadro 1: Categorias analíticas

Categoria	Tópico Discursivo
I	Uso do populismo como ferramenta para difusão de suas pautas
II	Utilização da religião e de elementos religiosos
III	Adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas
IV	Exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise

Fonte: Elaborado pela autora.

O uso do populismo como ferramenta é entendido nesta pesquisa a partir de Zúquete (2022), que afirma que o populismo é uma gradação frente a uma série de outros fenômenos de igual ou maior importância, e também Mudde (2004), que diz que o populismo é marcado pela divisão maniqueísta entre um “povo puro” e uma “elite corrupta”. Portanto, essa retórica de separação entre um “nós” e um “eles” funciona como uma base aglutinadora, à qual se articulam outras ideias e as demais categorias analíticas. Nesse sentido, nesta pesquisa o populismo ultradireitista é entendido como combinado com outras ideologias que reforçam essa oposição, como o nativismo e o nacionalismo religioso, por exemplo. Convém explicitar, contudo, que essa questão não é apenas identitária, mas também moral e política, pois opõe um povo concebido como autêntico a atores construídos como corruptos, desviantes ou ameaçadores. Cabe apontar ainda que o recurso a elementos religiosos é entendido aqui como o apelo à religião para legitimação de narrativas, seja para estabelecer identificação com os eleitores, seja para promover exclusão em relação a outras formas de pensar; a adoção de posições *antiestablishment* e hostis a instituições democráticas é entendida como algo que não abarca apenas instituições formais estatais, mas também organizações multilaterais, instâncias internacionais de monitoramento democrático e instituições socialmente legitimadas, como a imprensa; e por fim, a exploração da retórica de crises compreende noções variadas de crises, como econômica, política ou de colapso dos ideais que sustentam a sociedade.

Reconhece-se que esses temas se apresentam de forma entrelaçada e frequentemente surgem de modo simultâneo em um mesmo excerto. Por isso, a divisão aqui proposta tem um propósito expositivo de organizar a apresentação do que se é pretendido expor, de modo a conferir maior clareza à análise, sem sugerir que tais dimensões operam de forma isolada na prática discursiva dos políticos examinados. Na análise também são apresentadas as condições de produção desses discursos, que estão intimamente ligadas a seus contextos e segundo a AD francesa são inseparáveis do conteúdo do discurso.

4.1 Andrzej Duda

Apresentam-se, a seguir, os discursos de Andrzej Duda, objeto desta análise. Cada um é precedido por uma breve contextualização e seguido da análise correspondente. O mesmo formato é adotado nos próximos subtópicos, referentes a Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Discurso 1: Em maio de 2015, durante discurso após missa no santuário de Santo André Bobola, em Strachocina, o então candidato Andrzej Duda definiu a fé católica como fundamento da identidade nacional polonesa, afirmando que ela moldou a Polônia como sociedade e como nação. Na ocasião, declarou que “os valores da tradição e da cultura polonesas” não podem ser apagados e devem ser protegidos pelas autoridades estatais (wPolityce.pl, 2015). Foi nesse contexto que afirmou:

[...] Temos que lutar para que não transplatem para o nosso sistema jurídico padrões estrangeiros, contrários à nossa tradição e que até tentam erradicá-la. Não pode haver concordância com tal ação, e esta é também uma questão das autoridades estatais.[...] (wPolityce.pl, 2015)

O excerto escolhido trata do sistema judiciário polonês, cuja reforma foi pauta principal durante os anos de governo de Duda e do PiS. Ele afirma que deve haver uma luta para que o sistema judiciário polonês não seja guiado por “padrões estrangeiros”. Ao afirmar isso, assume uma posição de defesa em relação ao que considera contrário às tradições que ele pontua como compartilhadas pelo país no trecho “nossa tradição”. Durante seus sucessivos mandatos, Duda apoiou projetos de lei que reforçavam o controle governamental sobre os tribunais inferiores e a nomeação de juízes, reformas que causaram sucessivos atritos com a União Europeia. O trecho analisado é de um período de campanha de Duda, anterior a seus mandatos, mas demonstra que a pauta já era parte de sua agenda política. Quando se refere a “padrões estrangeiros”, ele faz alusão a formatos de atuação judiciária defendidos pelas instituições do bloco europeu, que consideram os modelos defendidos por Duda como inadequados para o judiciário. Ao utilizar o contexto religiosamente legitimado (II) e ao

mobilizar a retórica de ameaça aos valores tradicionais (*IV*), o candidato entrelaça interesses de sua agenda política com questões religiosas, que já possuem em seu interdiscurso a ideia de que seus valores são perseguidos e ameaçados.

Dessa forma, ele une suas ideias sobre os rumos do judiciário aos valores tradicionais cristãos, apresentando para seu público ambos como ameaçados. Ao citar que essa é uma questão para as “autoridades estatais”, ele também referencia outra temática central para sua agenda política e de outros políticos eurocéticos da Europa: a defesa da autonomia estatal que, segundo afirmam, a União Europeia retira dos países. Essa formação discursiva, embora curta, é composta por diferentes formações ideológicas que compõem a plataforma política de Andrzej Duda: religiosidade cristã conservadora, anticomunismo, anti multiculturalismo e anti globalismo.

Discurso 2: O próximo discurso foi proferido por Duda durante um comício durante sua campanha pela reeleição, em junho de 2020. O candidato afirmou que a defesa dos direitos LGBT é uma “ideologia” pior que o comunismo, a declaração veio dias depois dele ter apresentado um pacote de medidas, a “Carta da Família” (Karta Rodziny), que tinha como objetivo promover os “valores da família”, e que incluíam a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da adoção de crianças por homossexuais, bem como o fim do ensino de temas como a defesa dos direitos LGBT nas escolas (Público, 2020). No comício em Brzeg, sul da Polônia, Andrzej Duda declarou:

[...] A geração dos meus pais lutou durante 40 anos para eliminar a ideologia comunista das escolas, para que não fosse forçada junto das crianças. Não lutaram para que uma nova ideologia aparecesse que é ainda mais destrutiva.[...] (Público, 2020)

O tópico discursivo principal desse trecho é a construção da pauta LGBT como ameaça, nesse caso explorando a retórica de crise (*IV*). Em sua fala, Duda não se refere a pessoas LGBT apenas como grupo social, mas transforma suas demandas por reconhecimento e direitos em uma suposta “ideologia”. Com isso, ele desloca o debate de direitos para o terreno da ameaça moral, associando-o a pautas progressistas relativas à diversidade, à igualdade civil e ao reconhecimento de diferenças. Ele posiciona tal ideologia como perigosa e destrutiva, e a compara ao comunismo, que já é permeada pelo interdiscurso anticomunista que suscita emoções relacionadas a medo e perigo (*IV*) e que é histórica e amplamente utilizada pelo espectro político da direita. A retórica anticomunista é frequentemente adotada por esses grupos em países que foram repúblicas soviéticas ou que, como a Polônia,

integraram o bloco socialista sob influência da União Soviética. Duda utilizou-se dela em sua agenda eleitoral e a enquadra como um grande inimigo, que já foi vencido pelas gerações anteriores, em referência à queda do bloco soviético, mas que ainda deve ser combatido.

Nesse trecho, Duda também enquadra a “ideologia LGBT” como algo que não deve ser mantido perto das crianças, grupo lido como alvo mais vulnerável de uma sociedade. Ao equiparar e até considerar a questão LGBT como mais destrutiva que o comunismo, Duda reforça a ideia de perigo que ele associa a esse grupo. Nessa formação discursiva é observada a ideologia anti-LGBT, que Duda baseia principalmente no discurso religioso cristão (II) - que constrói e embasa uma visão negativa sobre pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Dentro dessa formação discursiva, é possível identificar, portanto, as bases da ideologia anticomunista, antiprogressista e religiosa cristã.

Discurso 3: Este discurso ocorreu em Zwoleń, em janeiro de 2020, e nele Andrzej Duda refere-se à reforma do Judiciário da Polônia aprovada em 2019 e implementada no início de 2020. A reestruturação do sistema judicial é pauta central do partido PiS desde que o partido elegeu Duda à presidência e Beata Szydło como primeira-ministra em 2015. A partir daí foram aprovadas mudanças na legislação polonesa que, segundo críticos e a UE, comprometem a independência dos juízes. A União Europeia posicionou-se contrariamente às alterações desde o início, alegando que elas impedem a aplicação de leis europeias e violam princípios fundamentais do Estado de Direito. Na ocasião, Duda discursou em resposta às alegações da Comissão de Veneza, órgão consultivo do Conselho da Europa que emite pareceres jurídicos sobre questões constitucionais, de que tais mudanças enfraqueceriam a independência do Judiciário polonês. Nesse contexto ele afirmou:

[...] Eles não vão nos impor, em línguas estrangeiras, que tipo de sistema devemos ter na Polônia e como os assuntos poloneses devem ser conduzidos. Hoje, tentam nos tirar de todas as formas o nosso direito a um sistema judiciário honesto e bom, o direito de reformá-lo. Não permitamos que outros decidam por nós. Esta é a União Europeia, sim! E estamos muito felizes com isso. Mas acima de tudo, a Polônia está aqui! [...] (POLÔNIA, 2020)

Novamente o objeto do discurso é o sistema judiciário polonês, e novamente Duda enquadra os rumos do judiciário como ameaçados por interferência externa (IV). Quando ele fala em “línguas estrangeiras”, está se referindo às instituições europeias, como a Comissão de Veneza e a União Europeia, que emitiram pareceres contrários às reformas judiciais promovidas por seu governo. O uso da expressão “línguas estrangeiras” posiciona simbolicamente as instituições europeias como externas e alheias aos assuntos nacionais.

Esse movimento discursivo enquadra a União Europeia como um ente externo que tenta submeter o país a suas determinações, o que faz apelo a um interdiscurso eurocético que suscita desconfiança e raiva em relação às instituições multilaterais (III). E ao afirmar que “não vão nos impor” e “não permitamos que outros decidam por nós” ele reforça a ideia de que as decisões sobre o sistema judiciário devem ser tomadas internamente pela Polônia e posiciona-se como voz ativa dessa resistência a estas imposições.

Ao final, Duda ainda afirma que “esta é a União Europeia, sim! E estamos muito felizes com isso. Mas acima de tudo, a Polônia está aqui”, uma frase aparentemente conciliadora mas que deixa claro que, apesar de ele reconhecer a filiação da Polônia ao bloco europeu, ele a considera subordinada à primazia da soberania nacional. O trecho “mas acima de tudo” estabelece uma hierarquia em que os interesses nacionais prevalecem sobre os compromissos europeus. Essa formação discursiva está estruturada pela ideologia eurocética, pelo anti globalismo e pelo nacionalismo, posições que defendem a autonomia estatal frente às instituições supranacionais e que recorrem à retórica da ameaça externa aos valores e à soberania nacionais.

Discurso 4: O último discurso de Duda analisado nesta pesquisa foi proferido em entrevista à *Telewizja Trwam*, emissora de televisão católica da Polônia, em abril de 2025, durante as celebrações do milésimo aniversário da coroação do primeiro Rei do país, Bolesław, o Valente. Nele, o presidente Andrzej Duda discutiu seus ideais de soberania para a Polônia, abordando a tensão entre a participação do país na União Europeia e a defesa da autonomia nacional em áreas específicas. No trecho em questão, o presidente refere-se à reforma do sistema de justiça que havia sancionado, mas que foi posteriormente contestada e rejeitada por instituições da UE, Duda classifica a reação europeia como parte de um conflito mais amplo com as “elites de Bruxelas”.

[...] Isso é uma usurpação óbvia. Não tenho dúvidas quanto a isso e nunca tive, de que foi um ato absolutamente brutal, descarado de guerra política, conduzido pelas elites liberal-esquerdistas, as elites de Bruxelas ligadas ao EPP (Partido Popular Europeu) e aos socialistas, ou seja, ao partido europeu ao qual pertence Donald Tusk e o seu partido. [...] (wGospodarce.pl 2025)

Neste discurso, Duda se refere a uma decisão política da União Europeia e, ao utilizar adjetivos como “brutal” e “usurpação”, deixa claro o tom acalorado da declaração e manifesta descontentamento e discordância com o ato que ele diz fazer parte de uma “guerra política”. Duda nomeia os responsáveis por tal ato, sendo eles os partidos e políticos que são seus adversários ideológicos, seja dentro da Polônia, como Donald Tusk, ou na UE, como o EPP.

Dessa forma ele os responsabiliza diretamente pelo que caracterizou como “usurpação”, se referindo à autonomia nacional. O presidente também nomeia os “socialistas” e a “elite liberal esquerdista” como responsáveis, trazendo novamente a retórica anticomunista e todo o interdiscurso que a circunda. Além disso, Duda cita ainda uma “elite de Bruxelas”, que cabe ser aqui contextualizada; funciona metonimicamente como referência ao aparato político, burocrático e aos tomadores de decisão da União Europeia.

Bruxelas, juntamente com Luxemburgo e Estrasburgo, constituem as sedes de instituições da UE, como Comissão Europeia, Conselho da União Europeia e Conselho Europeu. Em Bruxelas há também uma sede do Parlamento Europeu. Ao adjetivar como “elites” os membros decisores da UE, Duda está utilizando-se de ideais conspiratórios, anti multiculturalismo e antiglobalistas que afirmam que existem “elites globalistas” progressistas que pós Guerra Fria passaram a exercer grande poderio pelo mundo (III). Heidrich (2022) entende que o conceito do “globalismo” se baseia na ideia de uma suposta articulação entre grandes corporações multinacionais e governos nacionais com o objetivo declarado de “destruir a Civilização Ocidental”. Portanto, nesse trecho Duda promove, além da descrença e rispidez sobre a instituição Europeia, a ideia de colapso e ameaça da “civilização ocidental” (IV), que é uma formação ideológica partilhada por outros políticos ultradireitistas pelo mundo. Além disso, o discurso tem apelos à ideologia anticomunista e do antimulticulturalismo.

4.2 Donald Trump

Discurso 5: O primeiro discurso de Donald Trump a ser analisado é o de posse, proferido em 20 de janeiro de 2017. A fala ocorreu durante a cerimônia de posse em Washington, D.C., e reúne as principais pautas de sua plataforma política defendidas ao longo da campanha:

[...] Por muitas décadas enriquecemos a indústria estrangeira às custas da indústria americana; Subsidiemos os exércitos de outros países enquanto permitíamos o muito triste esgotamento de nosso poder militar; Nós defendemos as fronteiras de outros países enquanto nos recusamos a defender as nossas próprias; E gastamos trilhões e trilhões de dólares além-mar, enquanto a infraestrutura dos Estados Unidos caiu em degradação e deterioração. Nós tornamos outros países ricos enquanto a riqueza, a força e a confiança do nosso país se dissipou no horizonte. Uma por uma, as fábricas fecharam e deixaram nosso solo sem nem pensar nos milhões e milhões de trabalhadores americanos que foram deixados para trás. A riqueza da nossa classe média foi arrancada de suas casas e depois redistribuída ao redor do mundo. [...] (G1, 2017)

Nesse excerto, Trump tem como tópico discursivo principal a ideia de colapso dos Estados Unidos (IV). Para sustentar esse argumento, ele mobiliza diferentes áreas como economia, segurança militar, infraestrutura e confiança nacional (sem contudo apresentar dados concretos sobre elas), para construir uma narrativa de que historicamente os interesses estadunidenses vêm sendo preteridos em nome dos estrangeiros. Esse processo dialoga com o diagnóstico de Fraser (2020) e Mudde (2019) acerca da percepção dos “perdedores da globalização”, elemento apontado pelos autores como catalisador do apoio a políticos ultradireitistas na atualidade. No trecho, Trump instrumentaliza as mudanças econômicas e sociais, iniciadas com a divisão internacional do trabalho neoliberal, como retórica que nomeia e dá vazão às ansiedades econômicas e sociais de parte da população estadunidense, grupo que ele mesmo nomeia como classe média. O presidente afirma que algo pertencente a essa classe lhe foi tirado e distribuído para outros lugares, mas não explica de fato como isso ocorreu, nem o funcionamento da atual divisão do trabalho, tampouco a lógica neoliberal do multilateralismo que está por trás dos fenômenos que narra. Essa omissão e as demais construções narrativas posicionam o discurso numa formação ideológica nacionalista, populista, antimultilateralista e contrária à ordem internacional vigente.

Discurso 6: Em pronunciamento no *Value Voters Summit* (Cúpula dos Eleitores de Valor), em outubro de 2019, Donald Trump falou por mais de uma hora para uma plateia de conservadores religiosos. Abordou temas como os ataques à liberdade religiosa, o processo de impeachment aberto contra ele na Câmara por acusações de abuso de poder e obstrução do Congresso e as acusações de assédio sexual contra o juiz da Suprema Corte Brett Kavanaugh (Christian Post, 2019). Foi nesse contexto que Trump declarou:

[...] Nos encontramos esta noite em um momento crucial da história do nosso país. Nossos valores compartilhados estão sob ataque como nunca antes. Radicais de extrema esquerda, tanto dentro quanto fora do governo, estão determinados a destruir nossa Constituição e erradicar as crenças que todos prezamos. Socialistas de extrema-esquerda estão tentando derrubar as tradições e costumes que fizeram da América a maior nação do mundo. Eles rejeitam os princípios de nossos Pais Fundadores, princípios consagrados na Declaração de Independência, que proclama que nossos direitos vêm do nosso Criador.[...] (The American Presidency Project, 2019).

Novamente a crise é o tópico discursivo do discurso de Trump. Ele coloca os valores tradicionais, tanto políticos - ao citar a Constituição - quanto religiosos conservadores e cristãos - dado o evento e o público para o qual falava - , como profundamente ameaçados (IV). Em sua fala, Trump ressalta a intensidade da ameaça e aponta diretamente os culpados por ela: a extrema esquerda e os socialistas, grupos reiteradamente narrados por ele como

fontes do mal, da crise e da destruição. Esses grupos são frequentemente situados como o “eles” da equação populista (III) “nós contra eles” e, por isso, ao serem citados pelo presidente evocam um interdiscurso anticomunista, presente no imaginário da população estadunidense desde a Guerra Fria, como aponta Pini (2023). Ao declarar os seus valores, que ele afirma serem compartilhados pelo país, como ameaçados diretamente pela esquerda, Trump situa ideologicamente seu discurso à direita do espectro político. Ele faz isso usando a retórica religiosa cristã (II) para amparar a argumentação política ao evocar o “Criador” em sua fala, o que posiciona seu discurso dentro da ideologia conservadora norte americana, que insere a religião cristã no campo político. Este discurso, portanto, pertence a uma formação ideológica primordialmente anticomunista, populista e conservadora cristã.

Discurso 7: Em 6 de janeiro de 2021, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, discursou para apoiadores em um comício na Ellipse, em Washington, D.C., enquanto o Congresso se reunia para certificar os resultados da eleição presidencial de novembro de 2020. Durante sua fala, Trump instou seus apoiadores a marcharem até o Capitólio, expôs uma longa lista de queixas contra a mídia e contra republicanos que considerava insuficientemente favoráveis a seus ideais e proferiu alegações de que a eleição lhe havia sido roubada (NPR, 2021). Após esse discurso, seus apoiadores se dirigiram ao Capitólio, o que culminou na invasão do edifício e, posteriormente, no segundo pedido de impeachment de Trump, que foi acusado por incitação a insurreição.

[...] Mas olhamos para os fatos e a nossa eleição foi tão corrupta que na história deste país nunca vimos nada igual. Podem ir até ao início dos tempos. Sabem, a América é abençoada com eleições. Em todo o mundo falam das nossas eleições. Sabem o que o mundo diz de nós agora? Dizem que não temos eleições livres e justas. E sabem que mais? Não temos uma imprensa livre e justa. A nossa comunicação social não é livre, não é justa. Ela suprime o pensamento, suprime a liberdade de expressão e tornou-se inimiga do povo. Tornou-se inimiga do povo. É o maior problema que temos neste país. Nenhum país de terceiro mundo sequer tentaria fazer o que os apanhámos a fazer. E vão ouvir falar disso dentro de poucos minutos.[...] (NPR, 2021)

Nesse excerto, Trump tem como principal tópico discursivo duas instituições fundamentais para a democracia: as eleições livres e a liberdade de imprensa (III). Ele enquadra ambas em uma narrativa de crise (IV). Ao colocar em xeque a situação atual das eleições e da imprensa estadunidense, Trump reconhece essas instituições como centrais para o funcionamento do país, o que torna a insinuação de que estão corrompidas um fator amplificador do sentimento de crise e urgência. Para sustentar essa narrativa, Trump utiliza o trecho "sabe o que o mundo diz de nós agora?" e elenca uma série de características negativas,

situando discursivamente a percepção de corrupção dessas instituições como algo compartilhado externamente. Ao se posicionar como interlocutor do que "o mundo" diz, ele confere autoridade externa à sua afirmação de que as instituições e, conseqüentemente, o país vivem um momento de deterioração. A partir disso é possível concluir que esse discurso pertence a uma formação ideológica populista de ultradireita, que se opõe à formação ideológica democrático-liberal pois apresenta instituições fundamentais para a democracia como corrompidas e como entraves à vontade popular.

Discurso 8: Durante a 80ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em setembro de 2025, seis meses após o início de seu segundo mandato, o presidente Donald Trump fez um pronunciamento de tom crítico, acusando a ONU de “criar novos problemas” em vez de resolvê-los, Trump citou também o ex-presidente Joe Biden e reprovou a condução da política migratória de seu governo. Recorrendo a uma retórica de crise, ele alertou ainda que os países europeus estão “sendo arruinados” por uma onda migratória descontrolada e que suas sociedades “estão indo para o inferno”. O Presidente também reiterou sua posição de negação do consenso científico sobre o aquecimento global, classificando a agenda verde e as transições energéticas como uma “farsa” e um “golpe” que levariam os países ao fracasso. Em contraponto, exaltou os feitos de seu governo, como o controle das fronteiras. Foi nesse contexto que declarou:

[...] Na nossa fronteira sul, repelimos com sucesso uma invasão colossal. E nos últimos quatro meses, e são quatro meses consecutivos, o número de imigrantes ilegais admitidos e entrando em nosso país foi zero. Difícil de acreditar, porque se você olhar para trás, há apenas um ano, eram milhões e milhões de pessoas chegando de todo o mundo, de prisões, de instituições mentais, traficantes de drogas, de todo o mundo, elas simplesmente inundaram nosso país com a ridícula política de fronteiras abertas do governo Biden. Nossa mensagem é muito simples: se você entrar ilegalmente nos Estados Unidos, você irá para a cadeia ou voltará para o lugar de onde veio, ou talvez até mais longe do que isso, você sabe o que isso significa. [...]

[...] A ONU não só não está resolvendo os problemas que deveria, com muita frequência, como também está criando novos problemas para nós resolvermos. O melhor exemplo é a questão política número um do nosso tempo: a crise da migração descontrolada. Ela é descontrolada. Seus países estão sendo arruinados. As Nações Unidas estão financiando um ataque aos países ocidentais e suas fronteiras [...]. (UOL, 2025)

O tópico discursivo desses trechos também é a retórica de crise e colapso. No primeiro excerto, Trump se refere à imigração nos Estados Unidos, tema central em sua agenda política e a situa retoricamente como uma situação de crise grave, expondo sem dados concretos informações que reforçam a ideia de periculosidade relacionada aos imigrantes (IV). Trump

atribui a culpa da situação ao ex-presidente e adversário político Joe Biden e cita a “política de fronteiras abertas” defendida por ele e por parte dos democratas. No discurso, Trump ainda declara que a crise está sendo solucionada por ele no trecho “Na nossa fronteira sul, repelimos com sucesso uma invasão colossal. E nos últimos quatro meses, e são quatro meses consecutivos, o número de imigrantes ilegais admitidos e entrando em nosso país foi zero.”, dessa forma ele reforça a ideia, tipicamente populista, de que ele é o detentor das soluções para a crise que narra (I).

No segundo excerto, Trump cita a ONU e acusa a organização de não solucionar problemas e ainda de “criar novos” referindo-se novamente à questão da migração, retórica que fortalece a descrença nas instituições multilaterais(III). O presidente faz ainda o movimento de transpor a questão da imigração para o plano internacional, marcadamente para o ocidente. Ele posiciona a crise migratória como uma ameaça não só aos EUA, como também aos demais países ocidentais e afirma que as Nações Unidas são responsáveis por financiar o que ele chama de “ataque aos países ocidentais e suas fronteiras”. Essa formação discursiva está ligada a uma formação ideológica central para a estratégia política de Trump; A ideia de que ocidente está ameaçado pelas consequências políticas, econômicas e sociais da globalização neoliberal. Noção que é frequentemente usada por ele e por outros políticos de ultradireita.

Como apontado anteriormente, Mudde (2019) e Fraser (2020) discorrem sobre os sentimentos de ressentimento e revolta que essa retórica causa em determinada parcela da população, por isso nesse discurso o interdiscurso que permeia esta questão é novamente acionado. Portanto, Trump ao afirmar que os Estados Unidos e o ocidente estão ameaçados e em crise por conta dos imigrantes, o que dialoga com questões do multiculturalismo, está refletindo em sua fala ansiedades e medos sociais e os transformando em ferramentas de mobilização política. Esse discurso está novamente situado numa posição ideológica contrária ao multilateralismo, neste caso representado pela ONU, e também populista e nacionalista xenofóbica.

4.3 Jair Bolsonaro

Discurso 9: Em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro recebeu a faixa presidencial no Congresso Nacional e discursou na rampa do Palácio do Planalto para uma multidão de apoiadores. O discurso de posse reiterou as principais pautas de sua campanha eleitoral:

[...] Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer (sic) padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação.[...]

[...] Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família. Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz. Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.[...] (Biblioteca da Presidência da República, 2019)

Nessa fala, Bolsonaro baseia-se primordialmente na construção de uma narrativa de crise, abrangendo diferentes dimensões (IV). Bolsonaro menciona a crise econômica, o desemprego, a violência, a corrupção e a ideologização de crianças, descrevendo um quadro no qual o país chegou a um ponto de degradação generalizada que exige uma ruptura com o passado. Ao longo dos trechos, o presidente nomeia de forma imprecisa os responsáveis por essa crise, o que amplia o alcance de seus antagonismos e permite condensar diferentes adversários em um mesmo campo de ameaça. Ele cita “ideologias nefastas” que são responsáveis pelo “desvirtuamento dos direitos humanos” e a “desconstrução da família”, posicionando tais ideologias como uma ameaça ao alicerce da *sociedade cristã tradicional* (II). Bolsonaro ainda contrapõe essa situação de crise a uma proposta de reconstrução e convoca a audiência a uma “movimentação” que pretende reestabelecer esses “padrões éticos e morais” destruídos pelas “ideologias nefastas”. Os termos usados por ele remetem a um interdiscurso que carrega uma visão negativa relacionada a ideais progressistas e de esquerda, como proteção dos direitos humanos, aceitação de núcleos familiares que fogem da normatividade heterossexual e posições pró LGBT.

Bolsonaro afirma também que é necessário acabar com “corrupção, privilégios e vantagens” e propõe como resolução a implementação de reformas e a desburocratização, dessa forma ele se posiciona como agente de transformação frente a um estado anterior marcado por corrupção e ineficiência. Nesse discurso, Bolsonaro faz a manobra discursiva populista de contrapor aqueles que ele defende e aqueles que critica (I). A defesa da família, dos valores tradicionais e dos policiais contrasta com a crítica às “ideologias”, aos “defensores de bandidos” e aos que, segundo ele, destroem a sociedade. Essa estrutura reforça

o ideal populista de diferenciação entre um “nós” virtuoso e um “eles” que representa a corrupção, a ideologia e a desordem. Esse excerto condensa as principais pautas eleitorais e formações ideológicas mobilizadas por Bolsonaro: a retórica anticomunista, o populismo, a homofobia e o conservadorismo cristão, e que são principalmente marcadas pela oposição às formações ideológicas progressistas associadas a proteção dos direitos humanos.

Discurso 10: Em discurso de abertura da 76ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), proferido em 21 de setembro de 2021 em Nova Iorque, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, apresentou sua visão sobre o governo brasileiro em meio à pandemia de covid-19. Perante líderes mundiais, ele declarou:

[...] Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões. O Brasil mudou, e muito, depois que assumimos o governo em janeiro de 2019. Estamos há 2 anos e 8 meses sem qualquer caso concreto de corrupção. O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo. Nossas estatais davam prejuízos de bilhões de dólares, hoje são lucrativas. Nosso Banco de Desenvolvimento era usado para financiar obras em países comunistas, sem garantias. Quem honra esses compromissos é o próprio povo brasileiro. Tudo isso mudou. Apresento agora um novo Brasil com sua credibilidade já recuperada.[...] (Biblioteca da Presidência da República, 2021)

O foco de Bolsonaro nesse discurso é evidenciar as mudanças realizadas por seu governo no Brasil. Para isso, ele constrói discursivamente a ideia de que antes de seu governo o país estava em crise. Ele afirma, sem apresentar dados ou provas concretas, que a economia estava em decadência, como nos trechos “Nossas estatais davam prejuízos de bilhões de dólares” e “Nosso Banco de Desenvolvimento era usado para financiar obras em países comunistas, sem garantias” (IV). Como contraponto, declara que essas situações melhoraram durante seus primeiros anos de mandato, afirmando que apresenta um “novo Brasil com sua credibilidade já recuperada”.

Além de apresentar os feitos de seu governo, Bolsonaro atribui a culpa das crises que cita ao socialismo e ao comunismo. Ele afirma que o Brasil estava “à beira do socialismo”, o que não é, de fato, verdade. Quando se refere ao socialismo, além de trazer à tona o interdiscurso anticomunista e de ameaça comunista presente no Brasil desde a ditadura militar, ele está se referindo também aos anos de governos anteriores, de seus adversários políticos e ideológicos, marcadamente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), alocados à esquerda do espectro político. O excerto é marcado por contrapontos que Bolsonaro estabelece: o Brasil que estava em crise sob a gestão de seus adversários de esquerda contra o Brasil recuperado por seu governo; o Brasil afetado pela

corrupção e à beira do socialismo contra o Brasil que tem uma base sólida. Essa base, segundo ele, consiste em ter “um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família”. Ao citar que acredita em Deus e valoriza a família, ele traz o elemento religioso cristão (II), presente em sua agenda política, e atrela essas questões morais, que ele considera valorativas, às demais realizações políticas que está evidenciando. Além disso, quando declara que “respeita a Constituição e seus militares”, Bolsonaro aproxima institucionalidade constitucional e tutela militar numa mesma cadeia de legitimidade. E dessa forma, ao aproximar crença em Deus, valorização da família, respeito à Constituição e deferência aos militares, ele funde referências religiosas, morais, institucionais e militares em uma mesma base de legitimidade política. Esse discurso, portanto, pertence a uma formação ideológica religiosa conservadora cristã e anticomunista, e se opõe à formações ideológicas de esquerda e a ideia de estado laico.

Discurso II: Em transmissão on-line realizada em seu perfil no Facebook no dia 30 de dezembro de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro fez o que chamou de sua última *live* antes do término do mandato. Durante a transmissão, ele afirmou que a campanha eleitoral de 2022 foi parcial, referindo-se a medidas tomadas pela Justiça Eleitoral como a proibição da transmissão dessas *lives* do candidato. Bolsonaro afirmou também que buscou alternativas e “uma saída para isso” na Constituição, em referência a um suposto erro nos resultados, e citou que o seu então partido (PL) entrou com uma petição para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que foi arquivada e multada pelo órgão (Poder360, 2022). No trecho a seguir, Bolsonaro discorre sobre a decisão do TSE e comenta sobre as manifestações de seus apoiadores no período pós eleição, onde muitos deles se reuniram em frente a quartéis ou nas ruas questionando o resultado do pleito:

[...] Bem, o que acontece, qualquer medida de força sempre há uma reação. Você tem que sempre buscar o diálogo para resolver as coisas. Não pode só dar um soco na mesa e não se discute mais esse assunto. E isso tudo trouxe uma massa de pessoas para as ruas protestando desde o dia seguinte do resultado das eleições. E essa massa atrás de segurança foi para os quartéis. Eu não participei desse movimento, eu me recolhi, porque eu acreditava, e acredito ainda, que fiz a coisa certa de não falar sobre o assunto para não tumultuar mais ainda. A imprensa, sempre ávida para pegar uma palavra errada minha, uma frase fora de contexto para criticar... Então, o que houve pelo Brasil foi uma manifestação do povo que não tinha liderança, não tinha ninguém coordenando esses movimentos. Não tinha. E o protesto pacífico, ordeiro, seguindo a lei, ele tem que ser respeitado contra ou a favor de quem quer que seja. Aqui em Brasília que eu fiquei 28 anos no Parlamento, eu ouvia manifestações violentas por parte da esquerda. Já vi os Black Box, vi marchas mais variadas possíveis. Vi o MST invadindo prédios públicos em Brasília... Nunca isso foi taxado de atos antidemocráticos. Nunca.[...] (PODER360, 2022)

A temática principal desse discurso são as reverberações das alegações de Bolsonaro sobre fraude nas eleições. Essas alegações de irregularidade nos resultados fazem parte de uma narrativa, que já vinha sendo construída por Bolsonaro, de descrença nas instituições democráticas (III). Ao questionar medidas da Justiça Eleitoral e decisões do Tribunal Superior Eleitoral sem provas e ao colocar a decisão do TSE como “medida de força” que não busca espaço para o diálogo, ele insinua uma movimentação autoritária de um órgão que deveria ser democrático, dessa forma ele inflama seu público a tentar corrigir essa injustiça. Bolsonaro discorre ainda sobre sua conduta durante os protestos, ele enquadra a si mesmo com em uma posição apartada, que afirma ter sido adotada para “não tumultuar mais a questão”. Com esse trecho ele se posiciona como afastado de seus apoiadores que clamavam por medidas antidemocráticas, apesar de continuar incitando a descrença nas instituições eleitorais. Em seguida, Bolsonaro cita a imprensa como “sempre ávida para pegar uma palavra errada minha, uma frase fora de contexto para criticar”, sem, contudo, citar veículos específicos, dessa forma situando a imprensa, como instituição, como sua opositora e crítica. Além de atribuir à imprensa conotações negativas, ele se apresenta como perseguido por essa instituição e reforça a ideia de que está de mãos atadas diante dessa “perseguição”.

Essa posição é reforçada quando Bolsonaro afirma que “o que houve pelo Brasil foi uma manifestação do povo que não tinha liderança, não tinha ninguém coordenando esses movimentos.” Os protestos tinham teor antidemocrático ao clamarem por intervenção das forças armadas no resultado do pleito. Em sua fala, Bolsonaro além de tentar reiterar que não participou disso, defende que os atos seguiram as leis e devem ser respeitados.

Ele traz como contraponto aos atos de seus apoiadores, manifestantes de esquerda que ele afirma ter presenciado durante sua trajetória política em Brasília. Ele os enquadra como violentos e cita o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como responsável por invasões a prédios públicos no Distrito Federal. Bolsonaro não aponta datas ou momentos específicos, mas ao contrapor seus apoiadores - que ele descreve como pacíficos -, aos manifestantes de esquerda, sua oposição - como violentos- e citar que eles não foram taxados de antidemocráticos, ele constrói o argumento de que seus apoiadores estão sendo injustamente acusados e de que a esquerda é violenta mas passa ilesa de repercussões de seus atos. Essa formação discursiva de Bolsonaro está situada no espectro político da direita e em ideologias antiesquerdistas e antidemocráticas, visto que ele questiona a idoneidade de instituições democráticas brasileiras e de instituições e garantias fundamentais da democracia, como a imprensa livre.

Discurso 12: Em 21 de maio de 2018, o então pré-candidato à presidência Jair Bolsonaro foi convidado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro para discutir a recuperação econômica do estado durante um almoço com empresários fluminenses. Foi nesse contexto que Bolsonaro começou a falar sobre as escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a situação da educação básica no Brasil. Seguiu-se o trecho:

[...] Que canta quase que diariamente a Internacional Socialista, que só se aprende que o socialismo é o paraíso e o capitalismo o inferno, isso está nos livros escolares que nós tivemos acesso, não é apenas ideologia de gênero não, é essa questão também. Quando digo que 'força de expressão': temos que entrar no ministério da educação com lança-chamas pra tirar todo mundo que é simpatizante de Paulo Freire de lá, tem que ser assim, se nós queremos realmente nos salvar.[...]

O tópico discursivo principal desse trecho é a educação, explorando a retórica de crise (IV). Bolsonaro se refere ao conteúdo ensinado nas escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e também à situação da educação no Brasil como um todo. Ele afirma, sem apresentar provas, que nas escolas do MST é ensinado conteúdos que exaltam o socialismo e demonizam o sistema capitalista, apoiando-se no interdiscurso anticomunista. Ao afirmar que “não é apenas ideologia de gênero não, é essa questão também”, Bolsonaro evoca o termo “ideologia de gênero”, frequentemente usado durante suas campanhas e discursos anteriores e que ele usa para enquadrar de forma crítica estudos e políticas que afirmam que gênero como construção social e cultural. Com essa movimentação discursiva, ele invoca interdiscursos morais e religiosos que rodeiam a questão e desloca o debate para o terreno da ameaça moral, associando pautas progressistas relativas à diversidade de gênero a coisas negativas.

Ainda nesse excerto, ele evoca, reiterando que é “força de expressão”, a necessidade de “entrar no ministério da educação com lança-chamas” para remover o que ele denomina de “simpatizantes de Paulo Freire”. Essa parte do discurso demonstra além do descontentamento do candidato com a atuação do Ministério da Educação, também sua intenção de realizar mudanças que ele entende como necessárias. Ao destacar a necessidade destas mudanças ele usa a expressão para “nos salvar”, reforçando a ideia de que algo está em perigo e ameaçado e constrói retoricamente esses “simpatizantes de Paulo Freire” como culpados por isso. Paulo Freire é representante de uma pedagogia dialógica e voltada para uma consciência crítica, entretanto, opositores de suas ideias, geralmente alocados politicamente no espectro da direita, costumam usá-lo como símbolo negativo do que tratam pejorativamente como “esquerdismo”. Ao afirmar que é necessário retirar quem segue a pedagogia freiriana do Ministério da Educação para que uma salvação seja possível, Bolsonaro está situando a

instituição como corrompida e em crise (III) devido a ideais contrários aos seus e clamando pela eliminação de questões caras à esquerda dentro da área da educação.

Portanto, nesse discurso, Bolsonaro mobiliza uma ideia de crise, colocando o campo da educação, representado pelo ME e pelas escolas do MST, como ameaçado por ideologias progressistas e se posicionando como possível resolvidor do problema. Nessa formação discursiva são observadas formações ideológicas cristãs, anti-esquerdistas e anticomunistas.

4.4 RESULTADOS

Esta seção apresenta os padrões identificados a partir da análise do corpus, sem retomar isoladamente os excertos já discutidos. Para facilitar a exposição dos resultados, foi elaborada uma tabela. Os achados estão sistematizados com base nas categorias analíticas já definidas.

Quadro-síntese 2: Sistematização dos achados por categorias analíticas

DISCURSO	ANÁLISE	EIXO TEMÁTICO
1 (Andrzej Duda)	Utiliza valores cristãos conservadores, anticomunismo e hostilidade à União Europeia para mobilizar a narrativa de que o judiciário polonês está em perigo.	(II) utilização da religião e de elementos religiosos. (III) adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.
2 (Andrzej Duda)	Utiliza a “ideologia LGBT” como ameaça moral, comparando-a ao comunismo para evocar medo e perigo, e aciona o discurso religioso cristão para fundamentar a visão negativa do grupo.	(II) utilização da religião e de elementos religiosos. (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.
3 (Andrzej Duda)	Retrata o judiciário polonês como ameaçado por interferência externa da UE, aciona o interdiscurso eurocético para gerar desconfiança nas instituições multilaterais e afirma a primazia da soberania nacional.	(III) adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.
4 (Andrzej Duda)	Crítica decisões da União Europeia, nomeia adversários como “socialistas”, “elite esquerdista” e “elite de Bruxelas”, e aciona retórica anticomunista e conspiratória sobre elites	(III) adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.

	globalistas que ameaçam a civilização ocidental.	
5 (Donald Trump)	Mobiliza a narrativa do colapso dos EUA em diferentes áreas, alegando que interesses estadunidenses foram preteridos em nome dos estrangeiros.	(IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.
6 (Donald Trump)	Mobiliza a narrativa de que os valores tradicionais estão sob ataque, aponta a “extrema esquerda” e os “socialistas” como culpados, seguindo a lógica populista do “nós contra eles” e evoca o interdiscurso anticomunista e a retórica religiosa cristã.	(II) utilização da religião e de elementos religiosos. (III) adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas. (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.
7 (Donald Trump)	Enquadra as eleições livres e a liberdade de imprensa em uma narrativa de crise, insinua que essas instituições estão corrompidas e se coloca como interlocutor de uma percepção externa que validaria a afirmação de deterioração.	(III) adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas. (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.
8 (Donald Trump)	Situa a imigração como uma crise grave, atribui a culpa a adversários políticos, se apresenta como detentor da solução, e acusa a ONU de criar novos problemas para mobilizar a narrativa de que a crise migratória é uma ameaça aos países ocidentais.	(I) uso do populismo como ferramenta para difusão de suas pautas (III) adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.
9 (Bolsonaro)	Constrói a ideia de crise em diferentes dimensões, nomeia responsáveis de forma imprecisa, aponta “ideologias nefastas” como ameaças à sociedade cristã tradicional e se apresenta como agente de transformação que convoca uma “movimentação” para restabelecer padrões éticos e morais.	(I) uso do populismo como ferramenta para difusão de suas pautas. (II) utilização da religião e de elementos religiosos. (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.
10 (Bolsonaro)	Narra o Brasil como em situação de crise antes de seu governo e “à beira do socialismo”, atribui a culpa aos governos anteriores, seus adversários políticos, e afirma que a base sólida do Brasil recuperado é definida por “um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família”	(II) utilização da religião e de elementos religiosos. (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.

11 (Bolsonaro)	Alega fraude eleitoral sem provas, desacredita instituições democráticas, isenta-se da responsabilidade pelos protestos antidemocráticos de seus apoiadores e contrapõe a “pacificidade” deles à “violência” da esquerda para mobilizar uma narrativa antiesquerdista e antidemocrática.	(III) adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas.
12 (Bolsonaro)	Afirma que as escolas do MST ensinam exaltação ao socialismo, evoca “ideologia de gênero” como ameaça moral e situa o ME como instituição corrompida e em crise.	(III) adoção de uma posição <i>antiestablishment</i> e hostil a instituições democráticas. (IV) exploração estratégica de sentimentos de medo e perigo por meio de uma retórica de crise.

Fonte: elaborado pela autora.

No que se refere à posição *antiestablishment* e à hostilidade a instituições, observam-se especificidades conforme o contexto nacional. Duda tende a concentrar suas críticas na União Europeia. Nesse sentido, a reforma do Judiciário polonês é mobilizada discursivamente por ele como veículo para essa narrativa, pois ao apresentar a UE como um ente externo que tenta submeter a Polônia a suas determinações, ele transforma uma disputa institucional doméstica em um símbolo contra instituições multilaterais liberais e de resistência a autoridades supranacionais em defesa de supostos interesses nacionais. Trump, por sua vez, dirige sua hostilidade prioritariamente a instituições domésticas, que ele qualifica como um establishment corrompido. Sua promessa de “drenar o pântano” (*drain the swamp*) de Washington sintetiza essa ideia: ele retrata a capital estadunidense como um ambiente tomado por interesses escusos e por uma classe política desconectada do povo, e mobiliza questões econômicas nacionais e a imigração como evidências dessa falência institucional. E quando se volta contra instituições multilaterais, concentra suas críticas majoritariamente na ONU.

Bolsonaro segue linha semelhante à de Trump, com foco em instituições internas corruptas. Sua narrativa *antiestablishment* se ancora principalmente na pauta da corrupção, tema que mobiliza o eleitorado brasileiro em razão de escândalos como o mensalão e a Operação Lava Jato. Casos como esses consolidaram no imaginário nacional a associação entre política e desvio de recursos públicos, e a partir disso, Bolsonaro atribui a governos anteriores e à esquerda a responsabilidade por esses problemas de corrupção, e desqualifica as instituições domésticas como instrumentos de um sistema viciado. Em todos os casos, os três

líderes procuram se apresentar discursivamente como “outsiders” que vêm de fora do *establishment* para resolver as crises que eles próprios narram, ou como figuras em ruptura com o establishment, ainda que essa autoinscrição varie em plausibilidade conforme a trajetória política de cada um.

Em relação à religião, os três líderes operam a partir de uma mesma matriz cristã, embora existam diferenças de denominações que variam conforme o contexto nacional. A observação empírica do corpus permite identificar que: enquanto Duda possui predominantemente repertórios ligados ao catolicismo polonês, Trump e Bolsonaro operam com uma combinação de catolicismo e protestantismo evangélico sob a rubrica do “cristianismo”. Os elementos religiosos frequentemente não são apresentados como pautas isoladas, estão corriqueiramente infiltrados em outras temáticas e são evocados para sustentar narrativas de crise, como as de que os valores cristãos estão ameaçados - conforme visto nos discursos 1,2 e 6- e posicionamentos populistas que contrapõem um “eles” que corrompe a moral cristã a um “nós” virtuoso, que deve restaurar a tradição religiosa ameaçada - conforme *discurso 9* -.

A mobilização do medo e da crise aparece nos discursos com contornos diferentes conforme os contextos nacionais, de forma entrelaçada à religião e ao *antiestablishment*, mas também acionada em outras temáticas, como economia e segurança pública. Entretanto, é possível identificar, em diferentes graus, um denominador comum: nos três casos, emerge a ideia de que existe um modo de vida ameaçado que precisa ser defendido.

Duda frequentemente apresenta a União Europeia como símbolo de ameaça à soberania da Polônia e aos valores católicos poloneses. Em seus discursos, a UE é retratada como uma instituição burocrática e autoritária que interfere nas decisões internas do país e que por vezes impõe pautas contrárias à tradição religiosa nacional - conforme *1,3 e 4*-. O medo, nesse caso, é mobilizado em torno da perda do controle sobre o próprio território e da erosão da identidade católica polonesa.

Trump, por sua vez, costuma direcionar sentimentos de medo e perigo prioritariamente para a imigração. Os imigrantes são apresentados como uma ameaça à segurança física dos cidadãos estadunidenses e aos valores nacionais - conforme *8* -. A narrativa trumpista constrói a imagem de um país invadido por estrangeiros que não compartilham da cultura americana, que cometem crimes e que competem por recursos públicos. Dessa forma, Trump mobiliza esses sentimentos evocando a necessidade de proteção territorial e a defesa de um modo de vida nacional ameaçado - *discursos 5 e 6* -.

Bolsonaro recorre frequentemente à ideia do perigo que recai sobre a moral cristã, os valores tradicionais e a formação das crianças, mas também sobre a segurança pública. Em seus discursos, pautas como a “ideologia de gênero” nas escolas são apresentadas como ferramentas de corrupção da família e da infância - 9, 10, 12 -. A questão da segurança pública aparece como contraponto à suposta leniência de governos anteriores com o crime organizado. Nesse caso o medo é mobilizado em torno da ideia de que as próximas gerações serão *doutrinadas* por valores contrários ao cristianismo e de que a sociedade brasileira perderá sua base moral, ao mesmo tempo em que a insegurança física justifica medidas de endurecimento.

Em diferentes contextos e com distintos alvos, o mecanismo é o mesmo. E o apelo reiterado a estas ideias nos discursos de Trump, Duda e Bolsonaro constitui um repertório cuja repetição, examinada à luz da vertente materialista francesa da análise do discurso, contribui para estabilizar formações discursivas recorrentes que caracterizam manifestações contemporâneas da ultradireita nesses países. Pela perspectiva pecheutiana, constitui um espaço material de produção de sentidos, no qual a realidade social é significada sob condições históricas e ideológicas determinadas, e essa significação é sempre atravessada pela ideologia, que por sua vez interpela os sujeitos e lhes oferece posições discursivas a partir das quais eles podem dar sentido a essa realidade. Dessa forma, os sujeitos são efeitos da interpelação ideológica que se dá no discurso. E é nesse processo que a repetição estratégica de certos elementos - como a ideia de corrupção na política doméstica, da ameaça de instituições democráticas, do perigo da imigração ou do colapso dos valores cristãos, usados para interpretar sintomas da realidade material do sistema capitalista neoliberal - torna possível a fabricação de um imaginário de colapso iminente.

Esta pesquisa entende que esse fenômeno constrói uma “semiótica do fim do mundo”: um aparato material-discursivo que, através da repetição estratégica de determinadas formações discursivas, produz um imaginário de colapso. E cujo poder não reside na precisão descritiva, mas na capacidade de reorganizar percepções e ações coletivas. Essa observação dialoga com o que outras pesquisas discorrem sobre o tema, como a identificação proposta por Abrahamsen e Williams (2025) de que os discursos da direita radical constroem “distopias críticas”: narrativas que, ancoradas no medo do futuro sob o neoliberalismo globalizado, exploram as possibilidades de colapso inerentes ao presente liberal.

A hipótese proposta nesta pesquisa sustenta que a ultradireita global constrói essa “*semiótica do fim do mundo*” e que tal construção é capaz de impulsionar a macros securitização da política institucional. Os resultados da análise confirmam que é

possível identificar a primeira parte da proposição: de fato há uma construção dessa semiótica por meio das formações discursivas e narrativas de ameaça examinadas. No entanto, não foi possível, nesta pesquisa, comprovar que esse movimento discursivo se traduza em um impulso efetivo para a macrossecuritização da política institucional nos termos inicialmente previstos. O que se observa, em contrapartida, é um movimento de outra ordem, que será detalhado a seguir.

As análises apontam para um movimento que esta pesquisa, em caráter analítico e exploratório, denomina *macrossecuritização identitária*. Trata-se da construção discursiva de um “nós” civilizacional - ocidental, cristão, heteronormativo - como ameaçado em sua existência. Diferentemente do movimento de macrossecuritização clássico, que na obra de Buzan e Waever (2009) se refere a processos de securitização que tentam ordenar o Sistema Internacional como um todo acima do nível do Estado-nação, o movimento observado aqui atua no plano dos valores, das tradições e de um modo de vida. Portanto, Duda, Trump e Bolsonaro estariam securitizando um “estilo de vida ocidental” contra ameaças globais que estariam ligadas ao globalismo, as instituições multilaterais, a democracia liberal e as agendas progressistas. Estas são construídas como ameaças por supostamente imporem aos Estados do Ocidente cartilhas que os obrigam a aceitar um multiculturalismo forçado, o que representaria o fim da hegemonia de suas tradições, cultura e valores; o multilateralismo, que defende ideais de cooperação e integração e é compreendido por eles como afronta à soberania nacional; e as agendas políticas progressistas, que pregam a inclusão de minorias, o respeito aos direitos humanos e às diferenças, e que são interpretadas como ataques e violações ao modelo de família nuclear heteronormativa e a moral cristã.

Essas construções podem ser relacionadas a elementos ideológicos centrais da ultradireita contemporânea, tal como discutidos por Mudde (2019), o etnopluralismo, que argumenta que as pessoas estão divididas em grupos étnicos iguais, mas que devem permanecer segregados, seja implícita ou explicitamente, e o nativismo, descrito pelo autor como uma combinação de nacionalismo e xenofobia, que se baseia na concepção de que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo, a nação. Nesse contexto, elementos não nativos, sejam pessoas ou ideias, são lidos como fundamentalmente ameaçadores para o Estado-nação homogêneo. Também integram essas formações ideológicas ideais racistas, a homofobia, machismo e o populismo.

CONCLUSÃO

Com base na teoria da Análise do Discurso materialista de Pêcheux e na Teoria da Securitização da Escola de Copenhague, intencionou-se responder a questão norteadora desta pesquisa: de que forma discursos da Ultradireita nos países estudados convergem para a macrosecuritização da política institucional?. A partir dela, foi possível cumprir o objetivo central de examinar, por meio da AD, como as narrativas de crise da Ultradireita nos países estudados constroem uma semiótica do fim do mundo e aprofundar a análise da construção discursiva da ultradireita global, tendo como objeto os discursos de Donald Trump (EUA), Jair Bolsonaro (Brasil) e Andrzej Duda (Polônia) no período de 2015 a 2025. Embasado pela perspectiva teórica da AD pecheutiana e da Escola de Copenhague, o estudo revelou como o uso estratégico da repetição de determinadas formações discursivas e ideológicas serviu como tradução para sentimentos de desamparo gerados pela realidade material do sistema neoliberal, sendo utilizado por esses políticos na fabricação de um imaginário de colapso, aqui chamado de semiótica do fim do mundo.

Destaca-se que a escolha pela AD materialista se mostrou apropriada para analisar os casos em questão, pois oferece o aporte teórico da compreensão do sujeito como efeito da interpelação ideológica que se dá no discurso e a noção de que a realidade material é significada pela linguagem. Esses aspectos foram essenciais para entender como os três líderes conseguiram articular questões tão caras à realidade material em seus discursos e se posicionar como representantes de um “nós” virtuoso ameaçado por forças externas e internas.

Os resultados indicam que a construção da semiótica do fim do mundo foi usada como estratégia política, criando um ambiente de medo e reforçando narrativas que giram em torno de ideias de crise, ameaça, colapso e insegurança. Essa abordagem, embora eficaz para engajar determinadas audiências, culmina em práticas que hostilizam e fragilizam os princípios democráticos liberais.

Observou-se ainda que as cinco categorias identificadas - populismo, religião, retórica de crise, hostilidade a instituições e posição *antiestablishment* - foram utilizadas de forma entrelaçada, ainda que com diferentes ênfases conforme o contexto nacional. E que a repetição estratégica desses elementos, examinada à luz da AD materialista, produz discursos consolidados que marcam a atual onda da ultradireita nesses países.

É a partir dessa constatação que se retoma a hipótese deste trabalho. Conforme discutido ao longo da pesquisa, a hipótese propõe que a ultradireita global constrói a

semiótica do fim do mundo e que esta seria capaz de impulsionar um movimento macrossecuritizador da política institucional.

Os resultados confirmaram a primeira parte da proposição: a construção dessa semiótica por meio das formações discursivas e ideológicas mobilizadas. No entanto, não foi possível comprovar a segunda parte, ou seja, que esse movimento discursivo se traduza em um impulso efetivo para a macrossecuritização da política institucional nos termos inicialmente previstos.

O que se observou, em contrapartida, foi um deslocamento analítico: em vez de uma macrossecuritização da política institucional em sentido estrito, as evidências sugerem um processo de securitização ampliada de identidades, valores e formas de vida. Um processo no qual Duda, Trump e Bolsonaro estariam securitizando um “estilo de vida ocidental” contra ameaças globais ligadas ao globalismo, às instituições multilaterais, à democracia liberal e às agendas progressistas. Essa observação dialoga com a literatura recente sobre o tema, em especial com a identificação das “distopias críticas da direita radical” por Abrahamsen e Williams (2025).

Ao identificar padrões transnacionais de comportamento e, destacadamente, de discurso ultradireitista na quarta onda de ascensão desse movimento, a pesquisa contribui para um campo de estudo que se mostra urgente diante da crescente popularidade e dos consideráveis resultados políticos alcançados por essas forças. Compreender suas práticas discursivas é um passo necessário para a construção de alternativas que permitam lidar com o fenômeno.

A pesquisa demonstra ainda que a articulação interdisciplinar entre Relações Internacionais, Estudos de Segurança e Análise do Discurso oferece caminhos fecundos para a compreensão da ultradireita contemporânea. Contribui também conceitualmente ao propor a noção de “semiótica do fim do mundo” e analiticamente ao deslocar a leitura de uma macrossecuritização institucional para uma questão identitária.

Cumpra ainda reconhecer que a pesquisa apresenta algumas lacunas que podem ser melhor exploradas em estudos futuros. Ressalta-se aqui o limite de generalização decorrente da análise de apenas três casos, tendo em vista que esta impede a análise de outros cenários geopolíticos e tradições religiosas, os quais permanecem como campo aberto para exploração, especialmente em contextos não ocidentais. O trabalho também concentrou-se nas estratégias discursivas dos emissores, deixando de lado possíveis análises da recepção desses discursos pela audiência, e tampouco orientou-se para a demonstração de efeitos concretos do discurso

no plano institucional. Esses aspectos, portanto, permanecem como desafios metodológicos a serem enfrentados em investigações futuras.

Para além dessas limitações de escopo, o recorte centrado nos presidentes revelou uma dificuldade concreta na coleta do corpus polonês. Enquanto os casos brasileiro e estadunidense contam com estruturas que reúnem discursos oficiais, seja em seções específicas dos sites oficiais dos governos, seja em projetos de arquivo como o *The American Presidency Project*, os discursos do presidente polonês não dispõem de um repositório comparável. Essa assimetria gerou obstáculos na obtenção da íntegra dos discursos de Andrzej Duda em relação aos demais líderes analisados.

Diante das lacunas apresentadas, abrem-se oportunidades para que pesquisas futuras se dediquem à análise da recepção e circulação dessas formações discursivas nas audiências, ou à investigação da relação entre discurso, securitização e políticas públicas concretas. O aprofundamento empírico da noção de macrossecuritização identitária e a testagem da categoria em outros casos da ultradireita global também se apresentam como perspectivas particularmente férteis para investigações vindouras.

Posto isto, a pesquisa permitiu ainda observar como a conversão de demandas políticas, econômicas, morais, religiosas e identitárias em linguagem de ameaça existencial produz determinados efeitos. Reforçam-se as hostilidades a instituições democráticas e à ordem multilateral, com repercussões para a democracia liberal e para o pluralismo. Ao mesmo tempo, o movimento securitário se desloca do Estado para um modo de vida ocidental cristão heteronormativo. Essa construção discursiva específica, comum aos três líderes analisados, contribui para explicar como a ultradireita converte ressentimentos difusos, pautados na realidade material, em uma base sólida de apoio político. Esta dissertação espera ter contribuído, ainda que modestamente, para a compreensão destes mecanismos pelos quais a ultradireita vem construindo, a partir de mal-estares generalizados, uma semiótica do fim do mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael C. **Radical right dystopias in the global culture wars**. *Global Studies Quarterly*, v. 5, n. 1, jan. 2025. Disponível em: <https://academic.oup.com/isagsq/article/5/1/ksae091/7958368?login=false>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ACCIOLY FILHO, Lauro Henrique Gomes. **A securitização da fronteira dos Estados Unidos com o México: uma análise dos discursos de Donald Trump no Twitter (2015-2016)**. 2025. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2025. Orientador: Fábio Rodrigo Ferreira Nobre. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/dissertacoes/#1724326400739-3852b8b0-0069>. Acesso em: 23 mar. 2026.

ACCIOLY FILHO, Lauro Henrique Gomes; NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira; LEITE, Alexandre César Cunha. **Discursos importam: o impacto da mídia preparatória em ataques às Instituições Democráticas, aplicando estudo de caso nos Estados Unidos (2021) e no Brasil (2023)**. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, e1400, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v19n3.2024.1400>. Acesso em: 15 jun. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Caminhos da Reportagem relembra ataques de 8 de janeiro de 2023**. 06 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-01/caminhos-da-reportagem-relembra-ataques-de-8-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. **Os estudos de segurança internacional na segurança marítima: a Marinha do Brasil e o pensamento estratégico em segurança**. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 219-256, 2025. DOI: 10.21544/2359-3075.30205. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/6691>. Acesso em: 24 mar. 2026.

ALMEIDA, João Paulo Martins de. **"Deus, Pátria e Família": Os Sentidos Do Fascismo Brasileiro, Do Integralismo ao Populismo do Século XXI**. *79Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, Serra Talhada, v. 2, n. 7, p. 163-178, jul. 2020. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/entheoria/article/view/3855/482483904>. Acesso em: 23 set. 2022.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A política social no governo Lula. **Novos Estudos Cebrap**, v. 70, p. 7-18, 2004.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Presença, Lisboa, 1974.

ARAUJO, Isabella Belmiro. **Os livros didáticos de Geografia no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): quando o ensino serviu, em primeiro lugar, para forjar a**

ideia de país grande, país potência e em constante desenvolvimento. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) – UERJ, São Gonçalo, 2015.

AYRES PINTO, Danielle Jacon; MORAES, Isabela. **As mídias digitais como ferramentas de manipulação de processos eleitorais democráticos**: uma análise do caso Brexit. Revista de Estudios Sociales, Bogotá, n. 74, p. 71-82, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res74.2020.06>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BALZACQ, Thierry. 2011. **Securitization theory: how security problems emerge and dissolve**. London: Routledge.

BIGO, Didier. A sociologia política internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de relações internacionais, sociologia e teoria política. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 173-195, jan./jun. 2013. Tradução de Manuela Trindade Viana. ISSN 1982-0240

BOOTH, Ken. **Security in anarchy**: utopian realism in theory and practice. International Affairs, Oxford, v. 67, n. 3, p. 527-545, jul. 1991. ISSN 1468-2346. JSTOR: 2621950. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2621950>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à Análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003.

BRASIL. Senado Federal. **CPMI - 8 de Janeiro - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2606/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BURMAN, Erica; PARKER, Ian. **Discourse analytic research**. New York: Routledge, 1993.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. Introdução. In: **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. (Cambridge Studies in International Relations).

BUZAN, Barry; WÄVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais**. Organizações Rurais & Agroindustriais, [S. l.], v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CARDOSO, S. H. B. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARTER, Elisabeth. **De referentes, significado e palavras: uma reavaliação do conceito de extremismo de direita e radicalismo de direita**. In: CONGRESSO DA ECPR, 2019, Wrocław. Painel 407: Ideologia, Estratégia e Organização do Partido Radical/Extrema Direita. Wrocław: European Consortium for Political Research, 2019. Disponível em: <https://ecpr.eu/Events/Event/PaperDetails/2526>. Acesso em: 30 maio 2025.

CHRISTIAN POST. **Trump talks religious freedom, Kavanaugh, impeachment at Values Voter Summit.** 13 out. 2019. Disponível em:
<https://www.christianpost.com/news/trump-talks-religious-freedom-kavanaugh-impeachment-at-values-voter-summit.html>. Acesso em: 12 mar. 2026.

COSTA, Pedro Gabriel de Souza e; XAVIER, Fernando de Barros Honda; BENEVIDES, William Rupp; RICHTER, Mariana Patrício; PILÃO, Valéria. **A construção do contexto histórico do movimento social Ku Klux Klan.** Cadernos Uninter: Humanidades em Perspectiva, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em:
<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/887>. Acesso em: 12 ago. 2025.

COUTO, Leandro Freitas; RECH, Lucas Trentin. Capítulo 15 - **Desmonte ativo no governo Bolsonaro: uma aproximação pela perspectiva orçamentária.** In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Moraes de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta (Org.). Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. p. 444-474. (1a ed.). Disponível em:
<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/b2246fbf-db2f-4b4c-9f04-e7850bfc40b/content>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Os sete erros de Bolsonaro que permitiram 75% das 690 mil mortes por Covid-19.** 28 nov. 2022. Disponível em:
<https://www.cut.org.br/noticias/os-sete-erros-de-bolsonaro-que-permitiram-75-das-690-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 30 jul. 2025.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os Engenheiros do Caos:** como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. São Paulo: Vestígio, 2019.

DEMCZUK, Agnieszka Elżbieta. **The Discriminatory Legalism Strategy and Hate Speech Cases in Poland: The Role of the Commissioner for Human Rights in Fighting Discrimination.** Maria Curie-Skłodowska University. Institute of Political Science and Administration, Lublin, v. 27, n. 2, 2020. Disponível em:
<https://journals.umcs.pl/k/article/view/11252/0>. Acesso em: 21 fev. 2025.

EMMERS, Ralf. Securitization. In: COLLINS, Allan (Ed.). **Contemporary Security Studies.** 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 109-123.

FAGNANI, Eduardo; GOMES, Gerson; MELLO, Guilherme. **Como o PT salvou o Brasil: redistribuição da renda e redução da pobreza.** Focus Brasil, São Paulo, 16 abr. 2022. Disponível em:
<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/04/16/como-o-pt-salvou-o-brasil-redistribuicao-da-renda-e-reducao-da-pobreza/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FARIA, Débora Jacintho de. **A crise partidária da década de 1850 e a formação do Partido Republicano nos Estados Unidos.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVIII, 2015, Florianópolis. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, Ideologia e Psicanálise (Langage, idéologie et psychanalyse). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 69–75, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.979. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/estudosdalinguagem/article/view/979>. Acesso em: 21 mar. 2026.

FOUCAULT, Michel. **As formações discursivas**. In: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREIRE, S. Introdução à Análise de Discurso. [Videoaula]. Manaus: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UR517vMBKTixgM8AN5bAr7w6fhVa0dHN/view>. Acesso em: 4 dez. 2025.

FRÖBEL, Folker; HEINRICHS, Jürgen; KREYE, Otto. **The new international division of labour**. *Social Science Information*, v. 17, n. 1, p. 123–142, 1978.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 1992.

G1. **Confira as medidas que Trump anunciou desde o início do governo nos EUA**. G1 Mundo, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/02/20/confira-as-medidas-que-trump-anunciou-desde-o-inicio-do-governo-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2025.

G1. **Veja e leia íntegra do discurso de posse de Donald Trump**. Rio de Janeiro, 20 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-integra-do-discurso-de-posse-de-donald-trump.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2026.

GALA, Paulo. **A história do cinturão da ferrugem nos EUA**. Paulo Gala, 21 jul. 2024. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/a-historia-do-cinturao-da-ferrugem-nos-eua/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GLEZER, Rubens. **A ilusão da Lava Jato: foi um erro concentrar em operações judiciais toda a luta contra a corrupção**. Piauí, São Paulo, n. 162, mar. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/ilusao-da-lava-jato/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GOLDSTEIN, Ariel. **Derechas radicales en Hungría y Polonia: entre el pasado y el presente**. *Agenda Política*, v. 10, n. 1, p. 139–165, jan.–abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.1.5>. Acesso em: 03 jun. 2025.

GOMES, A. de T. A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional – 25 anos depois. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 173–197, 2017. DOI: 10.21530/ci.v12n1.2017.609. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/609>. Acesso em: 1 abr. 2026.

GOV.PL. Governo da República da Polônia. Disponível em: <https://www.gov.pl/web/gov/szukaj?scope=brasil&query=sejm>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GOVERNMENT OF POLAND. Gov.pl. Disponível em: <https://www.gov.pl/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GUIMARÃES, Karoline Claudino; PEREIRA, Maíra Carvalho. **Neoliberalismo e Fascismo: o paradigma perverso do bolsonarismo.** Revista Eletrônica Interações Sociais, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 30–47, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/11813>. Acesso em: 3 abr. 2026.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. **A Semântica e o Corte Saussuriano:** Língua, Linguagem, Discurso. Linguasagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem, 1971. Disponível em: <https://tinyurl.com/y9jbvcvv>. Acesso em: 2 abr. 2017.

HEIDRICH, Anselmo. **A teoria do globalismo e suas falácias.** Revista de Geopolítica, v. 13, n. 2, p. 1-18, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://revistageo.com.br/revista/article/view/397/311>. Acesso em: 12 jul. 2024.

HINES, Barbara. Las políticas migratorias de Donald Trump. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 284, p. 53-71, nov./dic. 2019. ISSN 0251-3552. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/las-politicas-migratorias-de-donald-trump/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

HUNTER, James Davison et al. **Is there a culture war?: a dialogue on values and American public life.** Washington: Brookings Institution Press, 2006.

IANCU, Alexandra. **A «viragem iliberal» contra o Estado de direito: reflexões sobre as recentes evoluções políticas na Polónia e na Roménia.** Relações Internacionais, n. 62, p. 57–73, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2019.62a05>. Acesso em: 14 maio 2025.

ILHA, Franciele Roos da Silva; BRITTES, Letícia Ramalho. **Teorias discursivas: diferentes possibilidades analíticas na pesquisa educacional.** Humanidades e Inovação, v. 8, n. 36, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4333>. Acesso em: 4 dez. 2025.

IÑIGUEZ, L. (Org.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

JÜPSKAS, Anders; LEIDIG, Eviane. **Knowing what's (far) right: A compendium.** Oslo: Center for Research on Extremism, 2020.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 2:** o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Tradução de Marie Christine Lasnik Penot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 14:** a lógica do fantasma. Estabelecimento de texto: Jacques-Alain Miller. Tradução: Teresinha N. Meirelles do Prado. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason.** London: Verso, 2005.

LAGE, Leandro R.; SARAIVA, Luiziane Silva. **Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo**. Ecopós, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2021. Dossiê Guerras Culturais. DOI: 10.29146/ecopos.v24i2.27704. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LLOMBART, Margot Pujal i. Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidade. **Revista de Psicología Social Aplicada**, Madrid, v. 5, n. 1/2, p. 165-184, 1995.

MACIEL, David. O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-1992). **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390>. Acesso em: 13 abr. 2026.

MALDIDIER, D. **Elementos para uma história da análise do discurso na França**. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p. 15-28.

MARRA, Yasmin Goes. **A securitização da imigração na Europa: o caso da Alemanha e a influência da opinião pública na (des)securitização**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/40518>. Acesso em: 23 fev. 2026.

MARTY, Antonella. **Deus, pátria e poder: o nacionalismo cristão busca conquistar os Estados Unidos**. Instituto Humanitas Unisinos (IHU), São Leopoldo, 6 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/649117-deus-patria-e-poder-o-nacionalismo-cristao-bu-sca-conquistar-os-estados-unidos-artigo-de-antonela-marty>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã / teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.

MENEZES, Maria Eduarda Angeiras de. **Religião, conservadorismo e Jair Bolsonaro (2018-2022): o recurso a elementos religiosos e conservadores na eleição e governo de Jair Bolsonaro: um estudo de caso sobre o neopentecostalismo e a agenda da Ultradireita no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/2541>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MUDDE, Cas. **The Ideology of the Extreme Right**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

MUDDE, Cas. **The Populist Zeitgeist**. Government and Opposition, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>. Acesso em: 2 jan. 2025.

MUDDE, Cas. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

NARZETTI, Claudiana. **A filosofia da linguagem de V. Voloshinov e o conceito de ideologia**. Alfa, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 367-388, 2013.

NEUMANN, Iver B. **Uses of the other: "The East" in European identity formation.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. O processo de securitização no subcomplexo amazônico de segurança: explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia. 2013.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12479>. Acesso em: 23 fev. 2026.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. **A semissecuritização no subcomplexo amazônico de segurança: explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia.** Revista Eletrônica Inter-Legere, n. 14, p. 1-24, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/5324>. Acesso em: 21 fev. 2025.

NOGUEIRA, Conceição. **Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 24, n. 2, p. 235-242, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000200014>. Acesso em: 4 dez. 2025.

NPR. **Read Trump's Jan. 6 Speech, A Key Part Of Impeachment Trial.** [Leia o Discurso de Trump em 6 de janeiro, uma parte fundamental do julgamento de impeachment]. 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/02/10/966396848/read-trumps-jan-6-speech-a-key-part-of-impeachment-trial>. Acesso em: 12 mar. 2026.

NÚÑEZ, Ronald León. Polônia, 1980-1989. **A Terra é Redonda**, São Paulo, 29 out. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/polonia-1980-1989/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

FINGUERUT, Ariel; OLIVEIRA, Thayris de. Trump e Putin são os dois lados da mesma moeda? As tendências autoritárias e populistas nos Estados Unidos e na Rússia contemporâneos. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 79-105, jul. 2018. ISSN 2675-150X. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/10>. Acesso em: 13 abr. 2026.

PARKER, Ian. **Critical discursive psychology.** 2. ed. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2015. [2002].

PARKER, Ian. Social constructionism, discourse and realism. London: Sage Publications, 1998.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso** (1969). Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso.** Campinas: Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PINI, André Mendes. **Desinformação e populismo radical de direita: o caso da eleição de Donald Trump em 2016**. 2021. 302 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PINI, André Mendes. **A vitória de Donald Trump nas eleições de 2016: A extrema-direita e as fake news**. Curitiba: Appris Editora, 2023.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. **Planejamento governamental no Brasil: trajetória institucional, autoritarismo e democracia em perspectiva comparada (1930-2016)**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/12451>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PODER360. **Leia a íntegra do que disse Bolsonaro em 30 de dezembro de 2022**. 30 dez. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-que-disse-bolsonaro-em-30-de-dezembro-de-2022/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

POLSAT NEWS. **Duda: Nie będą nam w obcych językach narzucali, jaki ustrój mamy mieć w Polsce** [Duda: Não vão nos impor, em línguas estrangeiras, que tipo de sistema devemos ter na Polônia]. Polsat News, Polônia, 17 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.polsatnews.pl/wiadomosc/2020-01-17/duda-nie-beda-nam-w-obcych-jezykach-narzucali-jaki-ustroj-mamy-miec-w-polsce/?ref=article>. Acesso em: 12 março 2026.

POLSKIERADIO24.PL. **Apoio à família, proteção do casamento, crianças e aposentados. Veja o que prevê a Carta da Família**. Varsóvia, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://polskieradio24.pl/artykul/2528816,wsparcie-rodziny-ochrona-malzenstwa-dzieci-i-emerytow-zobacz-co-zaklada-karta-rodziny>. Acesso em: 12 mar. 2026.

PRADO, Michele. **Tempestade Ideológica: bolsonarismo: a alt-right e o populismo iliberal no brasil**. [S.I]: Lux, 2021.

PÚBLICO. **Presidente polaco diz que defesa dos direitos LGBT é uma “ideologia” pior que o comunismo**. Lisboa, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/14/mundo/noticia/presidente-polaco-defesa-direitos-lgbt-ideologia-pior-comunismo-1920521>. Acesso em: 12 mar. 2026.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **A campanha presidencial do "contra tudo que está aí"**. Congresso em Foco, [Brasília], 21 nov. 2018. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/coluna/39289/a-campanha-presidencial-do-contra-tudo-que-esta-ai>. Acesso em: 30 jul. 2024.

REUTERS. **Far-right Independence Day march in Warsaw draws thousands**. Reuters, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/default/far-right-independence-day-march-warsaw-draws-thousands-2024-11-12/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ROSE, N. Psychology as a "social" science. In: PARKER, I.; SHOTTER, J. (Org.). **Deconstructing Social Psychology**. London: **Routledge**, 1990.

RUIZ, Marco Antonio Almeida. **Por uma análise do discurso brasileira**: gestos de leitura na construção de um campo de pesquisa. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 6824-6837, out./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e77815>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/77815>. Acesso em: 12 fev. 2026.

RUIZ RODRÍGUEZ, Leticia M.; OTERO FELIPE, Patricia. La democracia en regímenes poscomunistas: República Checa y Polonia. Barcelona: FUOC (Fundació per a la Universitat Oberta de Catalunya), 2020. 42 p. (PID_00271357).

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEVERO, Denise Osório; GUERRA, Paula. **Extrema direita, xeno-populismo e colonialidade: discurso de ódio e colonização do imaginário no presente**. Todas as Artes: Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura, v. 5, n. 1, p. 55–76, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21843805/tav5n1a3>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SIQUEIRA, Vinicius. **Formação discursiva e interdiscurso**: Michel Pêcheux. Colunas Tortas, 20 jul. 2024. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/formacao-discursiva-e-interdiscurso-michel-pecheux/>. Acesso em: 29 jan. 2026.

SOUZA, Jéssica Matheus de. **A ascensão da extrema direita: uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos**. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2024.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPECTER, Michael. **Denialism: How Irrational Thinking Hinders Scientific Progress, Harms the Planet, and Threatens Our Lives**. New York: Penguin Press, 2009.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: A política do "nós" e "eles"**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

STREECK, Wolfgang. **How Will Capitalism End: essays on a failing system**. London: Verso, 2016.

TANNO, Grace. **Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT. Santa Barbara: University of California, [2026]. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/>. Acesso em: 12 mar. 2026.

UNIÃO EUROPEIA. **O seu portal de acesso à União Europeia:** notícias, destaques. Bruxelas, 2025. Disponível em: https://european-union.europa.eu/index_pt. Acesso em: 13 abr. 2025.

UNITED STATES. **DEPARTMENT OF STATE.** Home. Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.state.gov/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

UOL. **Abraço em Lula e críticas a ONU: veja a íntegra do discurso de Trump na ONU.** São Paulo, 23 set. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/09/23/leia-a-integra-do-discurs-o-de-trump-na-onu.htm>. Acesso em: 12 mar. 2026.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

VERLAINE, Marcos. **O debate público sob as "guerras" de narrativas e cultural.** DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Brasília, 9 fev. 2025. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/92155-o-debate-publico-sob-as-guerras-de-narrativas-e-cultural>. Acesso em: 31 jul. 2025.

VILLA, Rafael Duarte. **O paradoxo da macrossegurização: quando a guerra ao terror não securitiza outras "guerras" na América do Sul.** Contexto Internacional, v. 36, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/yDjmDRqdhYL5vKvwzsrFxdd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2025.

VOLOSHINOV, V. [BAKHTIN, M.]. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: HUCITEC, 1979.

VON BEYME, Klaus. **Right-wing extremism in post-war Europe.** West European Politics, v. 11, n. 2, p. 1–18, 1988.

WAEVER, Ole. **Securitization and desecuritization.** In: LIPSCHULTZ, Ronnie D. (Ed.). On security. New York: Columbia University Press, 1995.

WGOSPODARCE.PL. **Prezydent: elity brukselskie złamały traktaty Unii** [Presidente: elites de Bruxelas violaram os tratados da União]. 26 abr. 2025. Disponível em: <https://wgospodarce.pl/informacje/149910-prezydent-elity-brukselskie-zlamaly-traktaty-unii>. Acesso em: 12 mar. 2026.

WPOLITYCE.PL. **Andrzej Duda: "To właśnie nasza wiara katolicka jest fundamentem, który ukształtował nas jako społeczeństwo i naród"** [Andrzej Duda: "É precisamente a nossa fé católica que é o fundamento que nos moldou como sociedade e nação"]. 2 maio 2015. Disponível em: <https://wpolityce.pl/polityka/243020-andrzej-duda-to-wlasnie-nasza-wiara-katolicka-jest-fundamentem-ktory-ukszaltowal-nas-jako-spoeczenstwo-i-narod>. Acesso em: 12 mar. 2026.

WYRZYKOWSKI, Mirosław; CIELE, Agnieszka. **The Constitutional Court of Poland: Between the Model of Legal Review of the Law and the Model of Political Dispute**

Settlement. Leiden Journal of International Law, v. 19, n. 2, p. 239–256, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1574019506002537>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ZAVERUCHA, Jorge. **Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.19, 1992, p. 56-65.

ZÚQUETE, José Pedro. **Populismo: lá fora e cá dentro.** Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022.